

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DANIEL JUNIOR DE SOUZA

**A INSERÇÃO DE COIMBRA (MG) NA REGIÃO GEOGRÁFICA
INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DO
PAR CIDADE PEQUENA E REGIÃO**

VIÇOSA (MG)

2022

DANIEL JUNIOR DE SOUZA

**A INSERÇÃO DE COIMBRA (MG) NA REGIÃO GEOGRÁFICA
INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DO
PAR CIDADE PEQUENA E REGIÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Msc. Samarane Fonseca de Souza Barros (FCT/Unesp)

Coorientadora: Dra. Marilda Teles Maracci (DGE/UFV)

VIÇOSA (MG)

2022

DANIEL JUNIOR DE SOUZA

A INSERÇÃO DE COIMBRA (MG) NA REGIÃO GEOGRÁFICA
INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA: ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DO PAR
CIDADE PEQUENA E REGIÃO

Monografia apresentada ao Curso de
Bacharelado em Geografia da Universidade
Federal de Viçosa como requisito para
obtenção do título de bacharel em Geografia.

Banca Examinadora

Prof^ª. Msc. Samarane Fonseca de Souza Barros

Orientadora

Faculdade de Ciências e Tecnologia-Unesp

Prof^ª. Dra. Marilda Teles Maracci

Coorientadora

Departamento de Geografia-UFV

Prof. Msc. Rodrigo Sartori Bogo

Avaliador

Faculdade de Ciências e Tecnologia-Unesp

Prof^ª. Dra. Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

Avaliadora

Departamento de Geografia-UFV

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por todas as bênçãos concedidas a mim. Pela força, sabedoria e capacitação dispensadas a mim permitindo concluir esse trabalho.

Aos meus pais, Aparecida e Vicente, por todo apoio e carinho. A meu irmão, Rodrigo, pelas boas conversas e companheirismo. Aos demais familiares, pela torcida e pelas orações.

Aos amigos que a Geografia me deu, em especial os da minha “panelinha”, Luan, Jonathan, Wesley, Mateus, Arnaldo, Maik, Paulo, Marcos, Ana Luísa e Gabriel. Obrigado pela parceria, pelos auxílios e pelas boas conversas, permitindo com que minha jornada, muitas vezes exaustiva, pudesse ter momentos descontraídos que contribuíram para que minha trajetória fosse menos árdua.

Aos amigos que a Zootecnia me proporcionou. Sim, antes de cursar Geografia entrei primeiramente na UFV para cursar Zootecnia, contudo, com o passar do tempo, fui percebendo que infelizmente não estava me identificando muito bem com a profissão, o que me fez tomar a difícil decisão de mudar de curso. Todavia, apesar desse imprevisto, tive tempo suficiente para formar grandes amizades, a minha primeira “panelinha”, no caso. Romário, Lucimauro, Luciano, Marcos Antônio, Felipe, Bruno, Yago e Társis, agradeço a vocês pela amizade, pelas parcerias e pelo apoio na minha difícil decisão de troca de curso. Tanto vocês, quanto aos meus amigos da Geografia, estarão para sempre na minha vida, nem que seja na minha memória.

A todos os demais colegas de curso, pois embora não compuseram a minha “panelinha”, não deixaram de contribuir de alguma forma com a minha formação. Vocês também estarão sempre nas minhas lembranças.

Aos meus amigos de fora da UFV, seja os que conheci na escola, alguns deles desde o ensino fundamental, seja os que conheci além da escola, obrigado pela longa amizade e por todo o apoio.

A UFV, pela oportunidade de fazer o curso, bem como a todo corpo técnico e professores do DGE, pela assistência e pela troca de saberes.

A Prefeitura Municipal de Coimbra, pela disponibilização de ônibus escolares em vários horários para levar e buscar os estudantes da UFV, bem como das demais faculdades particulares de Viçosa, o que me permitiu manter o movimento pendular Coimbra-Viçosa.

E claro, a Samarane, minha orientadora, pela paciência e por ter desempenhado a orientação com muita dedicação, competência e louvor.

Ao professor Gustavo, pela coorientação, exercendo essa função também com dedicação e competência.

A professora Marilda, que aceitou assumir o lugar do professor Gustavo em um momento pouco anterior à minha defesa, exercendo a coorientação com dedicação e competência também. Explicando o caso, no desenrolar da minha pesquisa, o professor Gustavo conseguiu passar em um concurso para o ingresso na carreira docente na UFJF, e precisou se desligar da UFV pouco antes da minha defesa. Ao professor Gustavo, portanto, mais uma vez obrigado e sucesso nessa nova etapa.

Aos demais professores da banca, Rodrigo e Isabel, por terem aceitado o convite de compô-la e por todas as contribuições dadas.

A todos, portanto, meu muito obrigado.

*“[...] No lugar pequenino de outrora,
A semente do bem germinou.
E o produto é a cidade de agora
Pela qual tanta gente lutou.
[...] Salve Coimbra, cidade ternura!
Onde há paz e calor juvenil.
Tu cultivas e colhes ventura,
Pois, teu povo é valente e gentil”.*
Hino de Coimbra

RESUMO

As cidades pequenas são maioria no cenário nacional, o que por si só já nos remete a necessidade de estudá-las, levando em consideração ainda que elas também estão inseridas na rede urbana, apresentando dinâmicas, funções e problemas como qualquer cidade média e grande. Durante muito tempo, os estudos sobre cidades em sua grande maioria se voltavam para cidades grandes e médias, contudo, recentemente as cidades pequenas também começaram a ganhar espaço nos estudos urbanos, porém, ainda são poucos se comparados às cidades de maior porte e que exercem uma maior centralidade em sua região. Desta forma, buscando contribuir com os estudos sobre cidades pequenas, este trabalho teve como objetivo compreender a inserção de Coimbra-MG na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora. Para alcançar este objetivo, a metodologia adotada baseou-se em levantamento bibliográfico, levantamento de dados secundários e a posterior análise deles e trabalho de campo. Com isso, percebeu-se que Coimbra exerce relações mais fortes com cidades das Regiões Geográficas Imediatas de Viçosa e de Ubá, exercendo um papel, em linhas gerais, de subordinação e dependência em relação a essas cidades polo localizadas próximas a ela.

Palavras-chave: Cidade Pequena, Região, Coimbra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Coimbra na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora	11
Figura 2 - Distribuição espacial dos municípios com menos de 10000 habitantes na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora	23
Figura 3 - Comparação entre as regionalizações de 1990 e de 2017.....	43
Figura 4 - Regiões Geográficas Imediatas da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora	47
Figura 5 - Região Geográfica Imediata de Viçosa	51
Figura 6 - Perímetro Urbano da Cidade de Coimbra.....	65
Figura 7 - Distrito Industrial e outros equipamentos urbanos de Coimbra (MG)	70
Figura 8 - Loteamento Valle Verde – Coimbra (MG).....	71
Figura 9 - Loteamento sentido à zona rural Pedro Teixeira – Coimbra (MG)	71
Figura 10 - Loteamento no bairro São Sebastião – Coimbra (MG)	72
Figura 11 - Loteamento no bairro São Sebastião – Edificações.....	72
Figura 12 - Loteamento José Chequer – Coimbra (MG).....	73
Figura 13 - Loteamento José Chequer – Edificações	73
Figura 14 - Compilação de Alguns Edifícios Construídos ou em Fase Final de Construção	74
Figura 15 - Mapa de fluxos agropecuários - insumo, 2018.....	82
Figura 16 - Mapa de fluxos agropecuários - maquinário, 2018	83
Figura 17 - Mapa de fluxos agropecuários - assistência técnica, 2018	83
Figura 18 - Mapa de fluxos agropecuários - destino da produção, 2018	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de municípios no Brasil por classes de população total, 2010. ...	20
Gráfico 2 - Porcentagem de população total do Brasil por estrato de população de município em 2010.	21
Gráfico 3 - Representatividade de municípios em Minas Gerais por estrato de população total em 2010.	22

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceituações de Cidade Pequena.....	29
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto e PIB a preços correntes (mil reais).....	49
Tabela 2 - IDHM, ranking do estado de Minas Gerais nos anos de 1991, 2000 e 2010	55
Tabela 3 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), edição 2018 - ano base 2016	56
Tabela 4 - PIB municipal e participação dos setores na economia dos municípios da Região Geográfica Imediata de Viçosa, em 2019	57
Tabela 5 - Distribuição percentual da população ocupada por setores de atividade em Coimbra	66
Tabela 6 - Principais produtos agropecuários do município de Coimbra - MG, em 2020	68
Tabela 7 - Ligações entre municípios, 2018.....	86
Tabela 8 - Atração do município de Coimbra – MG, 2018.....	87
Tabela 9 - Ligações entre cidades, 2018.....	89

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	14
2	CIDADE PEQUENA E REGIÃO: UM PAR A SER ANALISADO.....	17
2.1	OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS CIDADES PEQUENAS.....	17
2.2	A INDISSOCIABILIDADE ENTRE CIDADE PEQUENA E REGIÃO	31
3	A REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA ...	35
3.1	FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA.....	36
3.2	AS REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS	45
3.3	A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE VIÇOSA	50
4	COIMBRA ENQUANTO CIDADE PEQUENA.....	60
4.1	A ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE	60
4.2	UMA LEITURA CONTEMPORÂNEA.....	66
5	A INSERÇÃO DA CIDADE DE COIMBRA NO CONTEXTO REGIONAL	79
5.1	COIMBRA E SUAS RELAÇÕES REGIONAIS	79
5.2	SINTETIZANDO O PAPEL DE COIMBRA.....	91
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICES	103

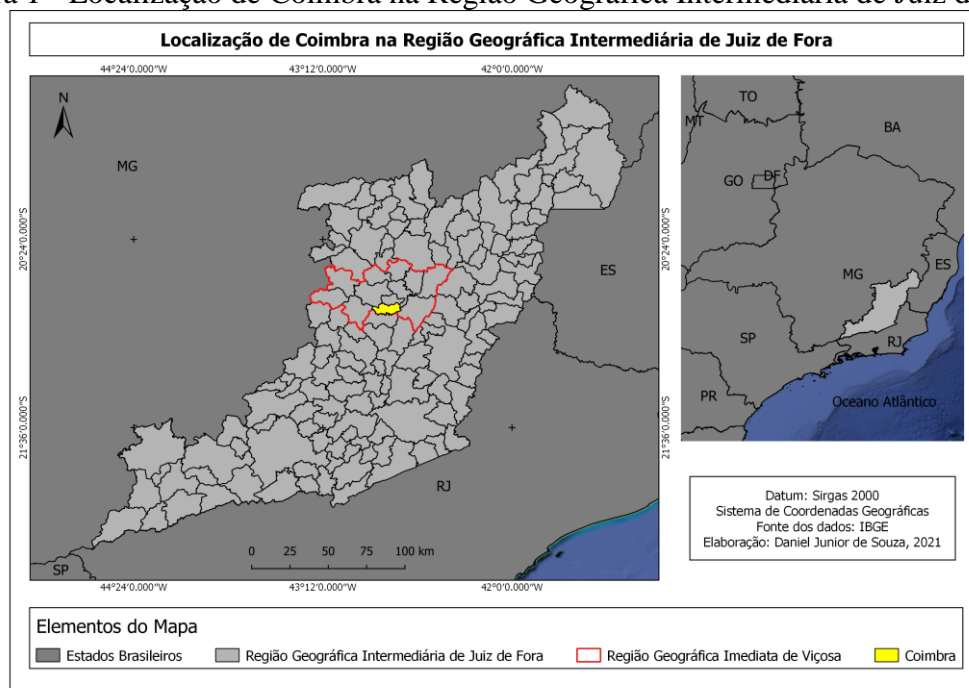
1 INTRODUÇÃO

O intuito de realizar uma pesquisa sobre uma cidade pequena partiu primeiramente da própria vivência do autor deste trabalho. Este desde o seu nascimento vive na cidade foco deste estudo e sempre observou que ele e seus demais conterrâneos tinham e ainda tem a necessidade de recorrer a outros núcleos urbanos na busca de serviços mais específicos em saúde e educação, por exemplo.

Além da curiosidade do autor sobre qual o papel de Coimbra (MG) na região em que está, a presente pesquisa busca contribuir com os estudos sobre as cidades pequenas que, conforme Sposito e Jurado da Silva (2013), apesar de estarem crescendo nos últimos anos, ainda são um pouco defasados se comparados aos estudos sobre as cidades médias e as cidades grandes. Desta forma, é necessário delimitar o nosso objeto de estudo, porém, é importante ressaltar que tal estudo parte de uma perspectiva multiescalar, levando, portanto, em consideração a relação entre a cidade de Coimbra e a região na qual se insere: a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

Coimbra se localiza na porção sudeste do estado de Minas Gerais, mais precisamente na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e se insere na Região Geográfica Imediata de Viçosa (IBGE, 2017). Sua localização pode ser melhor conferida no mapa abaixo (FIGURA 1).

Figura 1 - Localização de Coimbra na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora



Fonte: IBGE. Organização do autor.

O município é cortado pela rodovia federal BR 120, sendo esta a principal via que coloca Coimbra em uma situação geográfica favorável. Segundo estimativa do IBGE (2021), a população era de 7631 habitantes.

Em um panorama geral, além do setor de serviços, as atividades agrícolas ainda apresentam um papel importante na economia da cidade, tendo como principal produto o tomate (IBGE, 2020), reafirmando os laços da cidade com o campo que, segundo o censo de 2010, possuía população equivalente a 1898 habitantes enquanto a população urbana era de 5156 habitantes (IBGE, 2010).

Quanto à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, é interessante ressaltar que ela é, em muito, correspondente à mesorregião da Zona da Mata. Juiz de Fora desponta nesta região como capital regional organizando e comandando os fluxos de toda a área (BARROS, 2020). A região e os laços de coesão socioespacial foram definidos em função da economia cafeeira que atribuiu características econômicas e sociais (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2005; 2006), sendo uma das regiões mais ricas de Minas Gerais na primeira metade do século XIX. A economia cafeeira engendrou a modernização da região que foi aprimorada com a implementação das ferrovias e rodovias, possibilitando a expansão de sua teia de relações e tornando a cidade de Juiz de Fora o principal centro comercial deste contexto regional (BARROS, 2020).

Contudo, esta região passou por graves crises, principalmente, a partir da década de 1930, o que levou algumas cidades a crescerem mais em relação a outras, ocasionando forte dependência de centros urbanos menos complexos para com os de maior complexidade. Além dessa crise, outros fatores que ainda serão discutidos contribuíram com a estagnação demográfica e econômica da região, sendo ela uma das mais defasadas do estado de Minas Gerais conforme os últimos estudos (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2005; SILVEIRA, 2014; BARROS, 2020).

A região é caracterizada por um grande número de cidades pequenas que apresentam pouco dinamismo econômico e a necessidade de recorrer a polos maiores para suas demandas de bens e serviços. Dos 146 municípios que compõem a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, apenas 49 apresentavam, segundo o censo de 2010, mais de 10.000 habitantes (BARROS, 2020), o que torna importante a análise de Coimbra enquanto uma cidade pequena inserida neste quadro regional.

Nessa direção, o objetivo geral da pesquisa é compreender o papel de Coimbra na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, considerando o par analítico cidade

pequena e região. Para isso, recorreu-se metodologicamente a levantamentos bibliográficos e levantamentos de dados secundários, conforme será explicitado posteriormente. Buscou-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Analisar os conceitos de cidade pequena e região;
- Entender a conformação da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e a importância das cidades pequenas para este recorte;
- Compreender a estruturação da cidade¹ de Coimbra;
- Analisar a relação de Coimbra com cidades-polo da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e com a região como um todo.

Admite-se a hipótese de que Coimbra possua uma relação de subordinação e dependência com cidades mais complexas no que diz respeito à gestão do território, como Viçosa, Ubá e Visconde do Rio Branco.

Isto posto, ao se verificar a produção geográfica sobre o espaço urbano, observa-se que as pesquisas tendem a se direcionar para a avaliação das cidades grandes e também, mais recentemente, das cidades médias (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). Corrêa (1999) já havia alertado que no contexto dos esforços de reflexão empreendidos sobre o espaço urbano, as cidades grandes têm sido, preferencialmente, privilegiadas.

Santos (1982b *apud* SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013) considerou a importância de se estudar as cidades pequenas, que ele preferiu denominar cidades locais, afirmando que, se analisada a realidade urbana com acuidade, outro fenômeno urbano surge, sendo ele o das cidades locais, que merece tanto interesse quanto às demais categorias de cidades.

A escolha do objeto de estudo considerou também a realidade sócio-demograficamente estagnada da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora onde mais de 70% das cidades têm menos de 10000 habitantes (BARROS, 2019; 2020). Esta é uma premissa emblemática, levando-nos a acreditar que o estudo das cidades pequenas merece atenção por estas serem a maioria neste recorte regional.

Desta forma, tendo em vista o contexto da produção e da desigualdade espacial do fenômeno urbano, fica clara a relevância do estudo das cidades pequenas, além delas representarem expressiva quantidade de centros e possuírem uma área espacial (se

¹ A estruturação da cidade refere-se aos processos escalonados no espaço intra-urbano, conforme aponta Silva (2006).

agregadas territorialmente) realmente importante (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Portanto, esse trabalho foi dividido em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, “Cidade pequena e região: um par a ser analisado”, procuramos abordar dados mais gerais como o percentual de cidades pequenas no Brasil, em Minas Gerais e na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, as diferentes conceptualizações de cidade pequena, bem como a sua indissociabilidade em relação à região.

No segundo capítulo, “A Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora”, procuramos caracterizar a referida região a partir de um viés histórico, econômico e social. Posteriormente, abordamos as Regiões Geográficas Imediatas que a compõem, dando uma atenção especial à Região Geográfica Imediata de Viçosa, uma vez que Coimbra nela se insere.

No terceiro capítulo, “Coimbra enquanto cidade pequena”, a análise voltou-se para a estruturação da cidade de Coimbra a partir dos processos, principalmente, econômicos e urbanos, assim como a forma como eles tem se mostrado atualmente.

No quarto capítulo, “A inserção da cidade de Coimbra no contexto regional”, procuramos explicitar qual o papel de Coimbra na região enquanto uma cidade pequena, trabalhando com a ideia de divisão territorial do trabalho e procurando demonstrar as suas relações com outras cidades da região.

Por fim, nas “Considerações Finais”, foi feito um resgate de todas as abordagens mais relevantes no decorrer do trabalho, procurando evidenciar, mais uma vez, a importância dos estudos sobre as cidades pequenas e a inserção de Coimbra na região onde está, dando ênfase ao vínculo entre ela e as demais cidades a partir de uma perspectiva multiescalar.

1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo geral do trabalho que é compreender o papel de Coimbra na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, foi necessário definir alguns procedimentos metodológicos para o alcance de cada um dos objetivos específicos.

Para analisar conceitos de cidade pequena e região foi realizado um levantamento bibliográfico em repositório de universidades e em plataformas indexadas.

Esta etapa também foi necessária para a caracterização da região em estudo, bem como para a compreensão da estruturação da cidade de Coimbra. Entendemos por estruturação da cidade o que aponta Silva (2006) sobre o conjunto de relações e processos que se estabelecem entre os distintos usos do solo da cidade. Logo, a estruturação da cidade está relacionada aos processos em escala micro, isto é, referentes à escala do intraurbano. Ademais, houve a busca sobre outros trabalhos relacionados à temática principal, que são as cidades pequenas, à caracterização da região, bem como acerca da relação e construção do par analítico cidade pequena e região.

Assim, sobre cidade pequena nos apoiamos em Corrêa (2011), Endlich (2006, 2017), Silveira (2014), Sposito e Jurado da Silva (2013), Fernandes (2018) e Maria Encarnação Beltrão Sposito (2009, 2010). Sobre a região nos apoiamos em Corrêa (1997). Mais especificamente sobre a região em análise, isto é, a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, nos apoiamos em Barros (2019, 2020, 2021) e Silveira (2014). Para contribuições acerca da estruturação das cidades nos apoiamos em Silva (2006), Maria Encarnação Beltrão Sposito (2007) e Miyazaki (2015).

É importante frisar que, embora esteja dada a divisão acima dessas obras, todas contribuem para o entendimento de cidade (pequena e/ou média) e região, uma vez que esse par analítico se comporta como indissociável. Ainda, a pesquisa não se limitou apenas às obras citadas acima, devendo ficar claro que outras também foram utilizadas como referências bibliográficas, conforme poderá ser notado no decorrer do trabalho.

Além do levantamento bibliográfico, foram coletados dados secundários para a caracterização da região e a estruturação de Coimbra. Esses dados, referente a aspectos econômicos, sociais e políticos, foram levantados a partir do IBGE. Em especial, foram utilizados dois estudos do IBGE: as Regiões de Influência das Cidades (REGIC – IBGE, 2020) e a proposta de regionalização de 2017 que considera as Regiões Geográficas Intermediárias e as Regiões Geográficas Imediatas (IBGE, 2017). Além desses dados, foram consultados outros oriundos dos censos já feitos pelo IBGE e em especial dados sobre a população urbana e rural e sobre a economia urbana e a economia do campo. Esses dados puderam ser extraídos a partir do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). O SIDRA é uma ferramenta digital que pode ser acessada através de qualquer navegador de internet e que permite consultar, de um modo simples e rápido, os dados de quase todos os estudos e pesquisas realizados pelo IBGE.

Ademais, foram buscadas informações dos consórcios intermunicipais dos quais Coimbra faz parte para tentar identificar quais são os laços mais próximos de Coimbra com as outras cidades da região. Foi possível verificar que Coimbra faz parte de três consórcios, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CIS-MIV), o Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá e Região (SIMSAÚDE) e o Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga (CIMVALPI). A inserção de Coimbra nestes consórcios liderados por cidades-polo da região já evidencia alguns laços que a cidade tem com estas centralidades.

O tratamento dos dados coletados foi feito por um viés quanti-qualitativo. Ou seja, iremos olhar o quantitativo, principalmente, no que diz respeito à comparação de Coimbra com outras cidades, mas foi feita também uma análise qualitativa, isto é, o que esses dados estão significando. Foram utilizados *softwares* livres para a elaboração e organização de tabelas, como o Microsoft Excel, além dos dados terem sido correlacionados com a teoria e a literatura levantada.

Quanto ao trabalho de campo, é importante salientar que foram seguidos todos os protocolos de segurança recomendados pelas autoridades médicas em razão do contexto sanitário mundial ocasionado pela pandemia da COVID-19, doença provocada pelo vírus SARS-CoV-2. Logo, no trabalho de campo foram observadas as estruturas da cidade, por exemplo: quais são os distintos usos do solo urbano, qual setor terciário é predominante na cidade, ela é verticalizada ou não etc. Isto posto, o trabalho de campo então teve o intuito de analisar a estrutura da cidade, principalmente, no que tange a distribuição de serviços, de comércios, de infraestruturas urbanas etc. O trabalho de campo contribuiu também com a coleta de imagens.

Por fim, foram confeccionados mapas através do *software* QGIS 3.10.9 a partir dos arquivos *shapefiles* cedidos pelas bases digitais do IBGE, da Fundação João Pinheiro (FJP), dentre outras.

2 CIDADE PEQUENA E REGIÃO: UM PAR A SER ANALISADO

Estudar cidades pequenas é um grande desafio, em função, dentre outras coisas, do elevado número delas por todo o território nacional. Isto leva as cidades pequenas a possuírem diferentes papéis de acordo com as regiões nas quais estão inseridas.

Desta forma, este capítulo tem como objetivos demonstrar quantitativamente as cidades pequenas no Brasil, em Minas Gerais e na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, e em razão disto a importância dos estudos sobre as mesmas, uma vez que elas se inserem na rede urbana de forma diferente quando comparadas às médias e grandes cidades. Além disso, neste capítulo procuramos analisar os diferentes conceitos de cidade pequena e, em seguida, a indissociabilidade entre a escala da cidade e a da região.

Logo, este capítulo foi estruturado em duas partes. Na primeira, intitulada “Os múltiplos olhares sobre as cidades pequenas” procuramos abordar dados mais gerais, por exemplo: o percentual de cidades pequenas no Brasil, em Minas Gerais e na região em estudo (Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora), a fim de demonstrar a relevância dos estudos sobre cidades pequenas. Além disso, procuramos fazer uma exposição dos vários autores que abordam cidades pequenas em suas diferentes perspectivas, demonstrando a pluralidade do campo de estudo.

Já a segunda parte intitulada “A indissociabilidade entre cidade pequena e região” buscamos discutir a necessidade de analisarmos as cidades pequenas em conjunto ao seu respectivo contexto regional.

2.1 OS MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS CIDADES PEQUENAS

A conceituação de cidades pequenas e o aprofundamento nos debates sobre esta temática se torna um desafio e, da mesma forma, uma necessidade. Atualmente, vemos difundir trabalhos acadêmicos voltados às análises desses núcleos urbanos, evidenciando a preocupação da ciência de olhar para a diversidade urbana em sua totalidade. Contudo, tem-se ainda a grande dificuldade na conceituação de cidades pequenas, devido à quantidade e a diversidade delas, como já dito. Além disso, a proximidade destas cidades com o meio rural gera uma complexa confluência entre urbano e rural (FERNANDES, 2018), dificultando ainda mais os estudos e definições acerca destes núcleos.

Há de se considerar que o urbano não é formado apenas pelas grandes e médias cidades. As preocupações acadêmicas precisam compreender o urbano brasileiro em sua totalidade e isto leva a necessidade de inserir as cidades pequenas nas discussões, especialmente, no que diz respeito aos papéis desempenhados por elas e a sua inserção na rede de cidades. Não só a área acadêmica precisa dar atenção às cidades pequenas, as políticas públicas, a imprensa e a sociedade em geral também devem destacá-las com o objetivo de demonstrar a sua expressiva quantidade, diversidade e também seus problemas (FERNANDES, 2018). Logo,

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira, como também esta falta de estudo compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio dos centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção. Portanto, problematiza-se a realidade em análise desde o mirante da Geografia Urbana. Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores. Estas localidades compõem expressiva parte do território do Brasil e demograficamente são ainda espaços de significativa parte da sociedade (ENDLICH, 2006, p.31).

É válido salientar que as cidades pequenas não estão isoladas, isto é, elas estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas urbanas, inclusive em esfera global, uma vez que fazem parte do modo de produção capitalista, bem como são influenciadas, pelo fenômeno da globalização (FERNANDES, 2018). Por isso, é essencial que as cidades pequenas sejam analisadas de maneira relacional, isto é, a partir da relação com outras cidades, com a região e com a rede urbana. Logo, as cidades pequenas não são compreendidas *per se*.

Antes de tratarmos as cidades pequenas a partir de dados estatísticos e da literatura especializada, faz-se necessário abordar a diferença entre dois conceitos: o de município e o de cidade. O município consiste na menor unidade de hierarquia na organização político-administrativa, e no Brasil a sede de cada município é reconhecida como uma cidade e ela irá possuir obrigatoriamente o mesmo nome do município, logo, cada município tem necessariamente uma cidade (FERNANDES, 2018). Contudo, é importante ressaltar que academicamente a compreensão de cidade vai muito além de ser apenas a sede municipal.

Também não podemos ficar presos ao quantitativo populacional para caracterizarmos uma cidade ou não, pois muito mais importante que o quantitativo é o

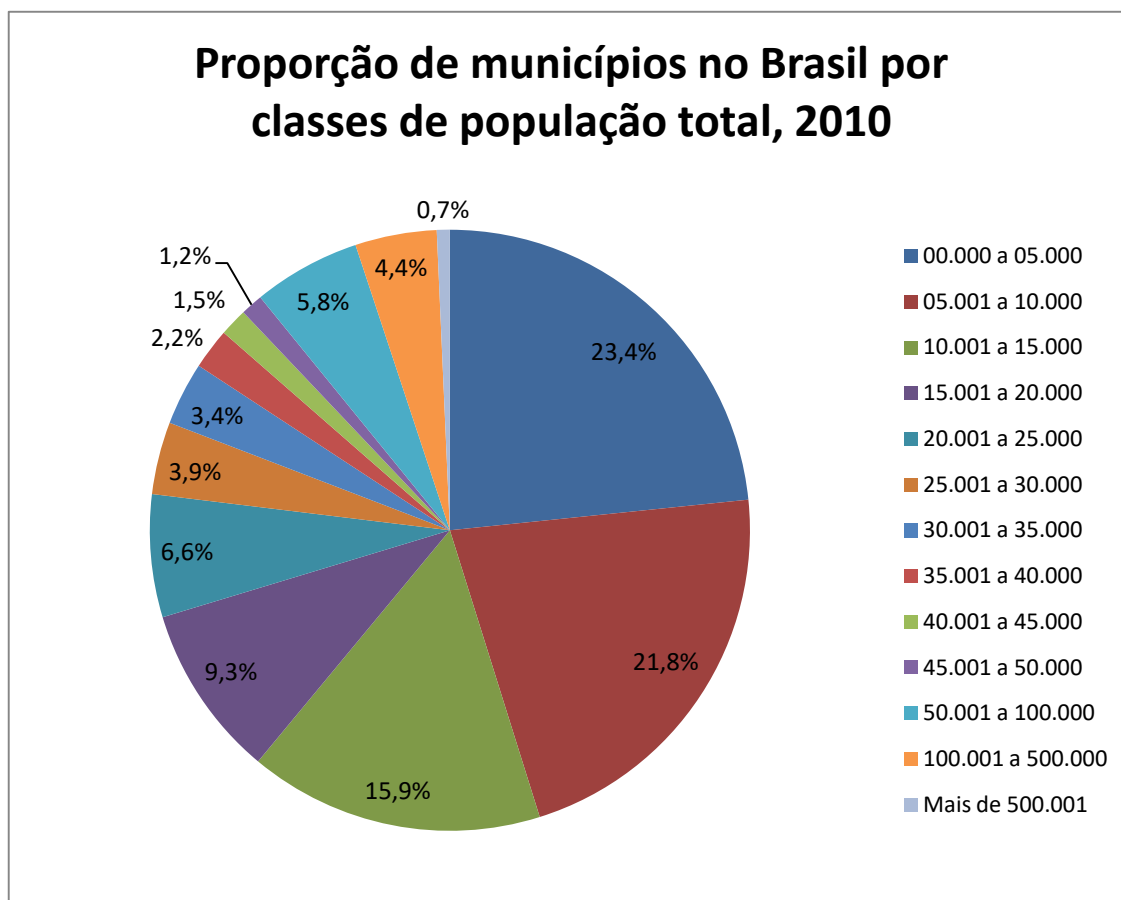
qualitativo, isto é, a função que a cidade exerce no meio que está inserida, sua forma e dinâmica, sendo considerada uma aglomeração capaz de responder às necessidades inadiáveis da população, sendo elas reais ou criadas, com verdadeira especialização do espaço conforme Santos (1982b *apud* SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013) havia explanado.

Quando falamos em cidade pequena, a primeira coisa que vem à nossa cabeça é o viés quantitativo, isto é, o número mínimo e máximo de habitantes que a cidade deve ter para ser considerada pequena. É importante destacarmos que nem na literatura especializada e, tampouco, nos órgãos públicos há um consenso sobre as faixas de população que caracterizam as cidades pequenas como tal.

Pereira (2007) acredita que o patamar máximo para uma cidade ser considerada pequena é de 20 mil habitantes, esse patamar, inclusive, é utilizado pelas estatísticas internacionais para classificar esse tipo de cidade (FERNANDES, 2018). Já Bernardelli (2004) considera que as cidades pequenas são aquelas com menos de 30 mil habitantes. Corrêa (1999) utiliza das expressões "pequenos centros" e "pequenos núcleos" para também se referir às cidades pequenas, considerando o patamar máximo de 50 mil habitantes para que assim sejam classificadas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também segue este parâmetro, considerando cidades pequenas como sendo aglomerados urbanos com contingente populacional de até 50 mil habitantes (VIEIRA; ROMA; MIYAZAKI, 2007).

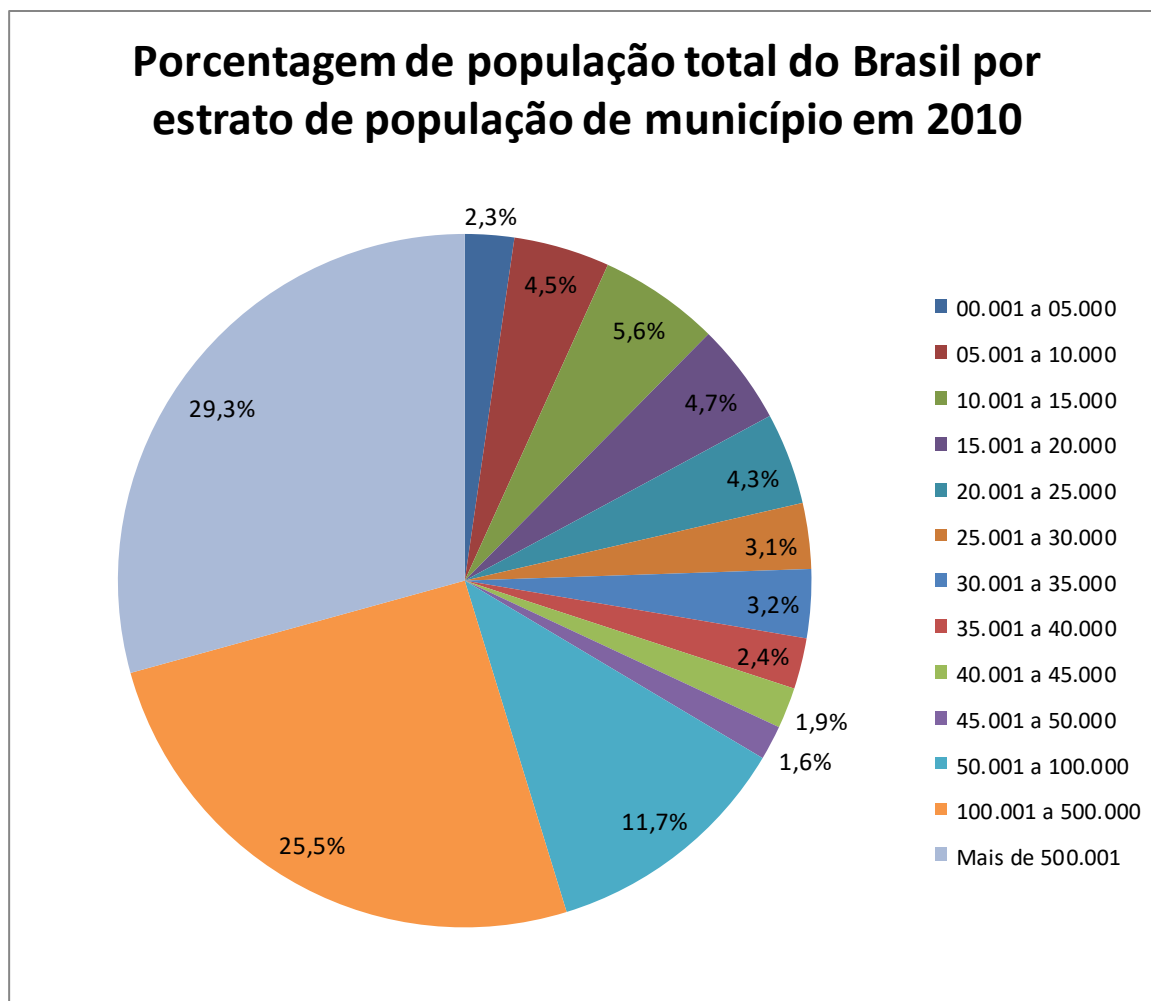
O urbano brasileiro é composto por diferentes classificações de cidades, inclusive no que diz respeito às pequenas cidades, porém, apesar das grandes divergências acerca dos conceitos e da aplicabilidade deles, bem como das disparidades regionais, esses conceitos se tornam um norteador para que possamos entender a distribuição espacial das cidades na rede urbana brasileira (FERNANDES, 2018). O Gráficos 1 a seguir, mostra a proporção de municípios brasileiros em porcentagem por estrato de população total. Já o Gráfico 2, traz a porcentagem de população total do Brasil por estrato de população de município. Ambos são de acordo com dados do IBGE (2010).

Gráfico 1 - Proporção de municípios no Brasil por classes de população total, 2010.



Fonte: Adaptado de Fernandes (2018).

Gráfico 2 - Porcentagem de população total do Brasil por estrato de população de município em 2010.

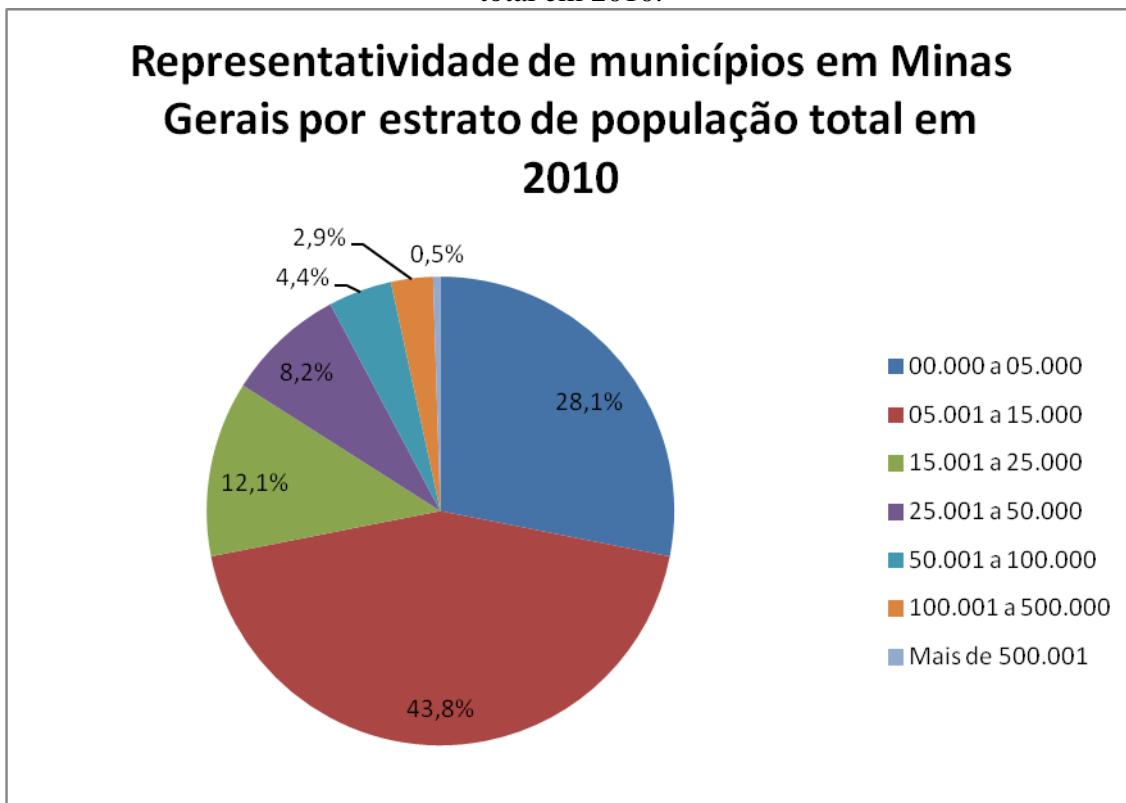


Fonte: Adaptado de Fernandes (2018).

A partir dos gráficos acima, é necessário considerar a existência de uma significativa parcela de 64.004.918 pessoas residindo em espaços que geralmente são negligenciados pelas políticas públicas, pelos meios de comunicação e também pela sociedade brasileira (FERNANDES, 2018). As cidades pequenas, então, abrigam uma boa parcela da população brasileira e, por isso, merecem a atenção de diferentes frentes da sociedade civil, órgãos públicos e também da academia.

A seguir, fazendo um recorte para o estado de Minas Gerais, o Gráfico 3 apresenta a proporção de municípios mineiros por estratos da população, de acordo com o censo de 2010. A partir dos dados podemos perceber uma expressividade numérica das pequenas cidades no estado de Minas Gerais. Em linhas gerais, o estado mineiro é composto em sua maioria por cidades pequenas.

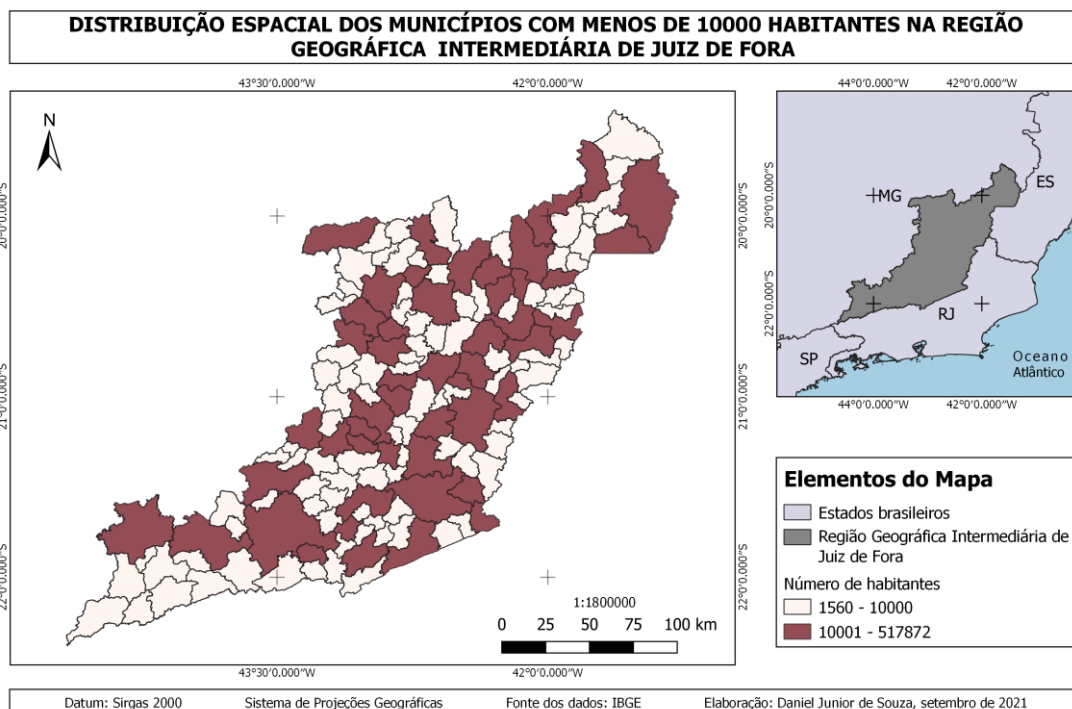
Gráfico 3 - Representatividade de municípios em Minas Gerais por estrato de população total em 2010.



Fonte: Adaptado de Fernandes (2018).

Seguindo a mesma tendência do gráfico acima, a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é também caracterizada por um grande número de cidades pequenas que, em particular, apresentam pouco dinamismo econômico e a necessidade de recorrer a polos maiores para suas demandas de bens e serviços (BARROS, 2020). Dos 146 municípios que compõem a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, apenas 49 apresentavam, segundo o censo de 2010, mais de 10.000 habitantes (BARROS, 2020). Em outras palavras, um pouco mais de 70% dos municípios apresentam menos de 10 mil habitantes (BARROS, 2019). O mapa abaixo (Figura 1) denota a distribuição espacial dos municípios com até 10 mil habitantes na região intermediária de Juiz de Fora.

Figura 2 - Distribuição espacial dos municípios com menos de 10000 habitantes na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora



Fonte: IBGE. Organização do autor.

Tendo em vista tudo o que foi explicitado até aqui, vale lembrar que independentemente da quantidade absoluta ou do patamar relativo, apenas a utilização dos dados demográficos para definir uma cidade como pequena não é suficiente. Desta forma, aceitar o número mínimo para caracterização de diferentes tipos de cidade significa incorrer no perigo de uma generalização, uma vez que o fenômeno urbano abordado sob um viés funcional é antes um fenômeno qualitativo, apresentando certos aspectos morfológicos (SANTOS, 1982 *apud* FERNANDES, 2018). Por isso, nossa análise seguirá contemplando mais os papéis das cidades pequenas na região do que o viés demográfico para a sua definição e caracterização.

O número mínimo ou máximo de habitantes de uma cidade não pode ser o elemento determinante para o debate sobre a temática das cidades pequenas. É certo que a quantidade e as discussões numéricas são importantes como um primeiro passo, ainda que complexo e passível de grande discussão, mas a utilização de um número não é de forma alguma suficiente para entender o universo das cidades pequenas brasileiras (FERNANDES, 2018).

Endlich (2006) concorda com este fato ao afirmar que se pode buscar um patamar demográfico mínimo como ponto de referência para o estudo das cidades,

desde que este não seja um critério isolado e rígido. Esta autora continua ao evidenciar que não basta o número, mas uma situação social em que seja possível o consumo e o desenvolvimento do mercado. Desta forma, a existência ou não de uma cidade implica não somente em uma aglomeração espacial de pessoas, mas também no grau de acessibilidade, bem como a demanda destas a partir de uma economia de mercado. Assim, a divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são essenciais nas análises sobre cidade pequena. Endlich (2006) ainda lembra que outra maneira de conceituar as cidades pequenas da rede urbana abrange uma classificação baseada no alcance de seus papéis no âmbito do conjunto urbano.

Corrêa (1994 *apud* FERNANDES, 2018) nos lembra que a caracterização de uma cidade como pequena está associada a sua inserção em uma determinada rede urbana, região ou área, isso porque elas se definem a partir das relações internas e em função das interações externas que estabelecem com outras cidades, o que vai definir a sua posição no espaço regional ou na rede urbana.

Sposito (2009) faz uma contribuição para este debate elencando os pares de articulação que, segundo a autora, são importantes para a compreensão das cidades médias e pequenas, sendo eles: o rural e o urbano, a cidade e a natureza, a cidade e a região, a continuidade e a descontinuidade, a concentração e a dispersão, a polarização e a difusão. A partir disto, então, podemos inferir que o estudo das cidades pequenas habita a natureza multiescalar dos processos. Abaixo, trataremos dos dois primeiros pares de articulação por serem os mais caros a esta primeira parte do capítulo.

Segundo Sposito (2009) não há qualquer possibilidade de compreender cidades pequenas e médias sem tratar da articulação entre o rural e o urbano. A autora chama atenção para esse par analítico em relação às cidades pequenas e médias, uma vez que muito mais do que as metropolitanas, essas interações são essenciais para se dizer porque essas cidades existem, bem como dizer quais são os seus papéis desempenhados no período atual. Ela afirma, portanto, que não é possível compreender cidades pequenas e médias sem pensar nos próprios espaços municipais que elas comandam, que elas constituem e que também geram a vida de relações econômicas e sociais que as tem como pontos de apoio. Então, ao olharmos o que nelas se realizam, como elas desempenham as atividades, esta relação entre a cidade e o campo aparece como uma grande força.

O segundo par de articulação trazido por Sposito (2009) e interessante para esta pesquisa, em especial, é o da relação entre a cidade e a natureza. No caso das cidades pequenas e médias, esta relação se mostra muito mais forte, pois são cidades com níveis menos amplos de interações, são cidades que segundo ela ainda nos possibilitam pelo tamanho que possuem um tratamento mais adequado da natureza, assim como exigem reconhecimento de uma consciência maior sobre o fato de que a cidade é também natureza, para que assim haja a superação da ideia de que a natureza está fora da cidade. Logo, quando a autora fala em par de articulação não quer dizer que a cidade está de um lado e a natureza do outro, mas é a própria compreensão de que a cidade é natureza e de que, assim, são os processos de produção do espaço urbano os que mais estão interferindo a dinâmica dos processos da natureza.

Ao invés de utilizar o termo cidade pequena, Santos (1982b *apud* SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013) optou por cidade local, sendo que um dos principais motivos que o levaram a adotar esta conceptualização foi a noção de volume. Ainda segundo este autor, a cidade local torna-se o centro funcional, mas não dinâmico da região circundante. Este tipo de cidade é uma aglomeração capaz de responder às necessidades inadiáveis da população, sendo elas reais ou criadas, com verdadeira especialização do espaço e deixando, portanto, de servir às necessidades da atividade primária. Uma dificuldade em relação à adoção da nomenclatura de cidade local, é que esta pode induzir a pensar que esses centros são apenas locais e que não possuem relações com outros núcleos, mesmo que de maneira unidirecional (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Santos (1979 *apud* ENDLICH, 2017) ainda emprega outro termo em seus estudos: as pseudocidades. Uma vez que o prefixo pseudo se refere àquilo que é falso, para a interpretação de pseudocidade levanta-se a hipótese de que o autor considera essa realidade como não sendo propriamente uma cidade, isto é, ela faz pensar que é, mas não é (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013). Em outras palavras, sem uma complexidade mínima, aquela em que as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária e passam a servir às necessidades vitais da população, elas podem ser consideradas, segundo Santos, como pseudocidades (SANTOS, 1979 *apud* ENDLICH, 2017).

Ao tratar do tema, Sposito e Jurado da Silva (2013) lembram que o termo cidade pequena é amplamente empregado pela mídia e pelos leigos, ganhando uma conotação

muitas vezes vaga, com seu sentido geográfico sendo perdido, distorcido e até mesmo negligenciado. Em muitos casos, tais locais são caracterizados como pacatos e seguros, polos de recepção de idosos e com um alto nível de qualidade de vida. De acordo com estes autores, a cidade pequena possui uma materialidade no seu plano espacial enquanto forma no processo de urbanização, assim como possui uma imaterialidade que pode estar relacionada aos seus fluxos que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais etc.

A cidade pequena possui uma dimensão geral que é comum aos demais centros urbanos na expressão da cidade e que abrange uma totalidade. Possui também particularidades, isto é, predicados que são parte do todo em conjunto e, ainda, contém singularidades que se referem às suas características únicas, combinadas na produção desigual do espaço e na divisão territorial do trabalho (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

De acordo com Sposito e Jurado da Silva (2013, p. 37):

Geograficamente, as cidades pequenas diferem entre si, pois existem realidades particulares em cada centro, havendo distinções na inserção da rede urbana, do caráter demográfico, na economia, na estruturação urbana, entre outros [...].

Decorre, portanto, a importância de não se fazer generalizações, embora possa haver características comuns.

As cidades pequenas podem ser compreendidas como o nível mais básico do urbano, embora existam particularidades que precisam ser consideradas nessa afirmação, a depender do contexto geográfico. É importante lembrar que mesmo que se encontrem no patamar inferior das relações urbanas, as cidades pequenas apresentam-se como pontos de comunicação com outros centros, não sendo apenas um local específico da produção agrícola e da dependência total econômica (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Então, as cidades pequenas são núcleos urbanos que representam uma extensão menor se comparada a centros maiores, atendendo ao pressuposto da realização da vida, da produção do espaço, bem como da reprodução capitalista, ressaltando a divisão territorial do trabalho. São pontos de comunicação econômica com outros centros e a depender do contexto apresentam uma intensa relação com o campo, principalmente, em seu limiar inferior. Em síntese, seu espaço urbano tende a ser mais bem conhecido

por seus habitantes, menos complexo e menos fragmentado (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Endlich (2006) nos lembra que o conceito de pequena cidade é de difícil elaboração. Conforme a autora, as localidades que assim são denominadas oferecem elementos para a discussão não apenas deste conceito em si, mas também do próprio conceito de cidade, uma vez que nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. Assim, cidades pequenas são localidades em que tais requisitos se encontram mesmo que com patamares mínimos. A mesma autora afirma que pequena cidade é aquela "localidade onde os elementos, processos ou atributos mínimos devem estar presentes e onde pode ser reconhecida a existência de uma cidade, embora com patamares elementares" (ENDLICH, 2017, p. 35).

Já para Corrêa (2011), a pequena cidade é entendida como sendo o núcleo de povoamento, no qual certa parte da população se volta para a realização de atividades ligadas a transformação e circulação de mercadorias e prestação de serviços, enquanto outra parte da população, podendo ser maior ou menor, está engajada em atividades agrárias, o que pode levar a se pensar em uma relação rural-urbano.

Ainda, a pequena cidade como núcleo da sede municipal, exerce a função político-administrativa e associada a esta, há atividades econômicas vinculadas à produção e circulação de mercadorias, bem como à prestação de serviços. A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade ao invés de tamanho demográfico, desta forma, ela se caracteriza por ser um centro local, ou seja, um centro que exerce centralidade em relação ao seu próprio território municipal, onde vive uma população dispersa e dedicada sobretudo às atividades agrárias (CORRÊA, 2011).

Corrêa (2011) define cinco tipos ideais de pequenas cidades, sendo elas:

- os lugares centrais, que constituem centros locais na hierarquia urbana brasileira, sendo menos frequentemente centros de zona. Se localizam principalmente nas áreas incorporadas à industrialização do campo, áreas agrícolas modernizadas, sobretudo no Centro-Sul. A distribuição de bens e serviços para atividades agrárias se torna a principal atividade do lugar central;
- os centros especializados, que constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais vão lhes conferir uma identidade singular;
- os reservatórios de força de trabalho, que constituem pobres núcleos de povoamento, sendo mais agrários do que urbanos e locais de existência e reprodução de

uma força de trabalho expulsa do campo, seja porque este foi submetido à industrialização, seja porque se tornou decadente ou estagnado;

- os centros que vivem de recursos externos que constituem, via de regra, antigos e decadentes lugares centrais, que são localizados em áreas agrícolas decadentes ou estagnadas, com um processo migratório notável. Suas hinterlândias são esvaziadas economicamente e demograficamente e não possuem condições de desenvolver atividades especializadas, tais centros vivem de recursos externos;

- os subúrbios-dormitório que constituem, na maioria dos casos, o resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão. Estas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima desses centros maiores, o que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem, porém trabalham na cidade maior. Aqui também há relações com o campo, sendo elas de duas maneiras: ou porque atraem mais excedentes rurais, ou porque em suas proximidades há sítios de fim de semana daqueles habitantes da grande cidade.

Já para o IBGE, podemos encontrar a conceituação de cidade pequena no estudo Regiões de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2020). Para este instituto, uma cidade pequena poderá ter atividades que realizam ligações distantes, como o turismo ou o agronegócio, contudo, a sua principal função e a maior parte de suas ocupações estarão voltadas a ser uma localidade central para o seu entorno mais ou menos imediato.

A partir das considerações feitas no decorrer deste tópico, percebemos que o entendimento acerca da conceituação das cidades pequenas perpassa, simultaneamente, por abordagens quantitativas e qualitativas, lembrando que as abordagens quantitativas levam em conta patamares mínimos e máximos de habitantes, enquanto as qualitativas levam em consideração as relações e influências na região e nas redes urbanas. Isto posto, Fernandes (2018) afirma que apesar da grande dificuldade de conceituar cidades pequenas dentro de um país como o Brasil, com características regionais distintas, um viés que para ele parece ser uma boa opção de definição acerca da temática, é aquele que considera cidades pequenas como aquelas que apresentam uma área de influência apenas na sua municipalidade ou ainda em uma área imediata ao seu entorno municipal, isto é, sobre outras cidades pequenas que dependam dela.

Para finalizar este t3pico, elaboramos o quadro a seguir (Quadro 1) para sintetizar os diversos conceitos de cidade pequena abordados neste trabalho sob um vi3s qualitativo.

Quadro 1 - CONCEITUAÇÕES DE CIDADE PEQUENA			
Autores\Conceitos	Cidade pequena	Pequena cidade	Cidade local
Sposito; Jurado da Silva (2013)	As cidades pequenas podem ser compreendidas como o n3vel mais b3sico do urbano, embora existam particularidades que precisam ser consideradas nessa afirmação, a depender do contexto geogr3fico. As cidades pequenas s3o n3cleos urbanos que representam uma extens3o menor se comparada a centros maiores, atendendo ao pressuposto da realizaç3o da vida, da produç3o do espaço, bem como da reproduç3o capitalista, ressaltando a divis3o territorial do trabalho. S3o pontos de comunicaç3o econ3mica com outros centros e a depender do contexto apresentam uma intensa relaç3o com o campo, principalmente, em seu limiar inferior. Em s3ntese, seu espaço urbano tende a ser mais bem conhecido por seus habitantes, menos complexo e menos fragmentado.		
Endlich (2006, 2017)		Localidade onde os elementos, processos ou atributos m3nimos devem estar presentes e onde pode ser reconhecida a exist3ncia de uma cidade, embora com patamares elementares.	
Santos (1982b <i>apud</i>			3 uma aglomeraç3o

Sposito; Jurado da Silva, 2013)			capaz de responder às necessidades inadiáveis da população, sendo elas reais ou criadas, com verdadeira especialização do espaço e deixando, portanto, de servir às necessidades da atividade primária.
Corrêa (2011)		A pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade ao invés de tamanho demográfico, desta forma, ela se caracteriza por ser um centro local, ou seja, um centro que exerce centralidade em relação ao seu próprio território municipal, onde vive uma população dispersa e dedicada sobretudo às atividades agrárias.	
Fernandes (2018)		Pequenas cidades são aquelas que apresentam uma área de influência apenas na sua municipalidade ou ainda em uma área imediata ao seu entorno municipal, isto é, sobre outras cidades pequenas que dependam dela.	
IBGE (2020)	Uma cidade pequena poderá ter atividades que realizam ligações distantes, como o turismo ou o agronegócio, contudo, a sua principal função e a maior parte de suas ocupações estarão voltadas a ser uma localidade central para o seu entorno mais ou menos imediato.		

Elaboração do autor.

Através desta exposição, podemos observar que todos os autores aqui expostos procuraram conceituar cidades pequenas sob um viés qualitativo, denotando mais uma vez que os dados demográficos não são suficientes para tal conceituação, embora possam nortear os estudos. Outro ponto a se considerar, como a maioria dos autores

explícita, a análise das cidades pequenas deve ser de natureza relacional e abaixo trataremos da sua relação, em específico, com a região.

2.2 A INDISSOCIABILIDADE ENTRE CIDADE PEQUENA E REGIÃO

A cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não devendo, portanto, ser analisada isoladamente, mas sim no plano de suas relações com outros centros, uma vez que elas fazem parte de uma totalidade e estão também inseridas no processo de urbanização. Temos ainda que com a consolidação do capitalismo, as cidades passaram a adquirir um caráter predominantemente econômico, se transformando em locais de mercado e da comercialização de diversos produtos, da especialização funcional, como também da desigualdade (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Devemos considerar que, atualmente, a rede urbana e a região comportam em suas dimensões constitutivas, ligações entre diferentes locais, implicando na realização de fluxos, bem como no fortalecimento de fixos e, por fim, na densa e complexa divisão territorial do trabalho. Logo, na rede urbana, as interações espaciais ocorrem, bem como trocas econômico-financeiras se multiplicam. As composições espaciais são produzidas, o que favorece a subordinação dos centros menos providos à medida que o domínio e o poder dos núcleos com maior desenvoltura na gestão do território se fortalecem (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

Segundo Sposito (2009), no que diz respeito ao par de articulação cidade e região, não há a possibilidade de compreender o que é uma cidade pequena sem entender também o que é a região, "porque a região é o próprio quadro de referências, é o próprio ambiente, socialmente construído, a partir das relações entre as cidades médias e pequenas" (SPOSITO, 2009, p. 18-19).

Ainda conforme Sposito (2009), quando falamos em cidade e região, não podemos mais pensar numa área estabelecida em que a cidade é a região que ela comanda, isso porque tem havido a ampliação dos modos e meios de circulação imaterial promovidos pela telefonia, pela televisão, pela internet e por todos os outros meios que permitem que algo saia de um ponto e chegue a outro sem haver a necessidade do deslocamento de uma pessoa ou também de uma mercadoria, ou seja, é uma circulação sem a necessidade de transporte. Logo, a circulação das informações coloca um novo elemento para que possamos compreender a realidade, sendo ele as descontinuidades, ou seja, uma cidade pequena, por exemplo, numa dada região pode

estabelecer vínculos, interações, com espaços distantes e que inclusive são descontínuos territorialmente da região a qual ela pertence.

Outro par de articulação trazido pela autora é o par concentração - dispersão, que de uma forma geral seria a concentração de bens e serviços em dados pontos da rede urbana brasileira, contudo, com o avanço da globalização, podemos perceber também que tem havido a dispersão da oferta desses bens e serviços para outros pontos da rede urbana, principalmente nas cidades consideradas médias, transformando-as em novos nós na região em que estão (SPOSITO, 2009).

Por fim, o último par de articulação proposto por Sposito (2009) é polarização/difusão, em que segundo a autora deve-se considerar que as cidades médias exerçam sim papéis de polarização e que são entidades espaciais dentro da rede urbana, desempenhando o papel de difusão de valores, de práticas, de interesses econômicos, como também políticos, sobre as cidades pequenas e isto nos leva a entender que não podemos pensar apenas em cidades médias de um lado e em cidades pequenas de outro, mas devemos sempre notar que há uma relação entre esses dois elementos, que passa por essa combinação, por essa articulação, entre polarização e difusão, sobretudo no atual período do desenvolvimento que passamos. Isto é, a atual fase do capitalismo, em que o consumo é um elemento central e também importante para a organização espacial.

Assim, para entender as cidades pequenas em sua totalidade, devemos olhar para sua inserção e o seu papel na rede urbana, além de ser necessário atentarmos para o contexto regional em que essas cidades estão localizadas, uma vez que a partir da região podemos entender os processos promotores da gênese dessas cidades, assim como o conjunto da sua formação espacial, enfatizando a particularidade de cada cidade pequena (SOARES; MELO, 2009 *apud* BARROS, 2016).

Uma característica notável das cidades pequenas em sua inserção regional é que as relações que as envolvem se dão de maneira mais efetiva por elas precisarem recorrer a centros maiores para determinadas demandas e ainda, por outro lado, servirem de apoio e também complemento em vários setores como mão de obra e mercado consumidor para tais centros maiores e mais complexos. Logo, estas cidades pequenas são cidades que não se esgotam em si, o que nos leva a necessidade de compreendê-las a partir de várias articulações (BARROS, 2016).

Barros (2019) também nos lembra que o par dialético cidade e região sempre despertou interesses geográficos, ou seja, a relação entre as cidades de um dado espaço

geográfico, assim como o provimento de bens e dos serviços de uma cidade para uma região sempre estiveram nos estudos relacionados à Geografia Urbana. A partir de uma interiorização da produção brasileira, datada na segunda metade do século XX, outros núcleos não metropolitanos começaram a ascender dentro da rede urbana, passando a oferecer certas demandas que antes eram restritas às aglomerações metropolitanas, como as cidades médias que passaram a atuar como elos dentro do sistema de cidade, isto é, mediadoras entre as cidades pequenas e grandes de uma região.

Ainda convém lembrar que a partir de 2017, o IBGE propôs uma nova divisão territorial do Brasil, objetivando abarcar os atuais processos socioeconômicos e as articulações entre as cidades, no que diz respeito à circulação de pessoas, informações e serviços. Desta forma, o Brasil é agora dividido a partir das Regiões Geográficas Intermediárias e das Regiões Geográficas Imediatas.

As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência, sendo que essas regiões são estruturadas a partir de centros urbanos próximos que vão servir como um meio para a satisfação das necessidades imediatas das populações, por exemplo: compra de bens de consumo duráveis e/ou não duráveis, procura por trabalho, por serviços de saúde e educação, por prestação de serviços públicos, etc (IBGE, 2017).

Já as regiões geográficas intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as unidades da federação e as regiões geográficas imediatas. Para a delimitação das regiões geográficas intermediárias, buscou-se preferencialmente a inclusão de metrópoles ou capitais regionais e na ausência de ambas, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão, mas que fossem representativos para o conjunto das regiões geográficas imediatas que compuseram as suas respectivas regiões intermediárias (IBGE, 2017). Em outras palavras,

As regiões geográficas intermediárias organizam o território a partir de um núcleo urbano de hierarquia superior que detém funções urbanas de maior complexidade, ou seja, é o elo entre as unidades da federação e as regiões imediatas (BARROS, 2019, p. 4).

Vale lembrar que é esta a classificação das regiões adotada neste presente trabalho.

A partir do que foi discutido, no próximo capítulo iremos caracterizar a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, expondo o seu processo histórico de formação e as regiões geográficas imediatas que a compõem, para que posteriormente seja possível compreendermos a inserção de Coimbra neste contexto regional.

3 A REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA

Ao longo das três últimas décadas, houve transformações econômicas, demográficas, políticas e ambientais no território brasileiro que justificaram uma nova divisão geográfica regional do Brasil. Assim, a atual regionalização divulgada pelo IBGE em 2017 apresenta dois recortes, sendo eles: as regiões geográficas imediatas e as regiões geográficas intermediárias, anteriormente conhecidas como microrregiões e mesorregiões geográficas, respectivamente. Desde 1989, Minas Gerais era dividida em 66 microrregiões e 12 mesorregiões. Atualmente, na nova regionalização, são 70 regiões geográficas imediatas e 13 regiões geográficas intermediárias (IBGE, 2017). Para esta pesquisa, nos interessa apenas a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e, quanto às regiões geográficas imediatas, primordialmente a de Viçosa.

Os limites das unidades da federação, bem como dos municípios, foram respeitados na formação de cada uma das regiões geográficas. Logo, cada região geográfica intermediária recebeu o nome da cidade de maior hierarquia na rede urbana. No que diz respeito à distribuição da população de Minas Gerais por região geográfica intermediária, as regiões intermediárias mais populosas são a de Belo Horizonte, com 29,6% e a de Juiz de Fora, com 11,1% da população. Quando se fala em total de municípios por região geográfica intermediária, a de Juiz de Fora é a que possui o maior número, totalizando 146 municípios (FJP, 2019).

Antes de falarmos a respeito da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora em si, é interessante, primeiramente, fazer uma caracterização histórica e econômica desta região, demonstrando os processos que levaram à sua atual conformação. Essa discussão se dará a seguir, na primeira parte deste capítulo, intitulada “Formação territorial da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora”. Na segunda parte do capítulo que é intitulada “As regiões geográficas imediatas” serão abordadas brevemente as regiões geográficas imediatas que compõem a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, a fim de identificar suas similitudes e especificidades. Por fim, na última parte, intitulada “A Região Geográfica Imediata de Viçosa” será realizada uma caracterização mais detalhada desta região imediata, tanto no que diz respeito aos aspectos mais históricos, quanto à dinâmica atual da região e o papel das cidades pequenas neste âmbito.

3.1 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA DE JUIZ DE FORA

A Zona da Mata mineira assumiu essa toponímia em função da sua vegetação natural, embora os distintos sistemas produtivos ao longo dos anos, como primeiramente as lavouras de café e posteriormente as pastagens, tenham substituído grande parte das matas. A cafeicultura foi introduzida no início do século XIX, sendo responsável até o ano de 1930 pela sustentação econômica e política da região (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2005).

A história e a geografia econômica do estado de Minas Gerais iniciaram principalmente com o ciclo do ouro, ocorrido ainda no Brasil Colônia, sendo que o estado mineiro no final do século XVII era destino preferencial de inúmeros exploradores de jazidas, induzindo o surgimento de povoados e vilas e efetivando a ocupação de toda a região mineradora. Ainda, a abertura do caminho novo datado do início do século XVII transformou a Zona da Mata mineira em uma região acessória às áreas de mineração, ou seja, uma zona de passagem dos caminhos do ouro até o porto do Rio de Janeiro. Contudo, com o declínio desta atividade em meados do século XVII, Minas Gerais se encontrou estagnada, necessitando de outra atividade econômica para se destacar no cenário nacional e isso ocorreu com a injeção da atividade exportadora da cafeicultura (BARROS, 2020).

A Zona da Mata que até então era apenas passagem começou a receber esta nova atividade econômica e aos poucos ia testemunhando a substituição de suas matas pelas lavouras de café. Em Minas Gerais, a introdução da economia cafeeira data do início do século XIX e localizou-se primeiramente nos solos virgens da Zona da Mata, donde a sua rápida difusão foi a principal responsável pelo povoamento e também desenvolvimento de infraestruturas na região (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2005). Além de trazer desenvolvimento à região da Zona da Mata, a cafeicultura foi ainda responsável por organizar a economia e o espaço de Minas Gerais, sendo durante muitas décadas a sua principal fonte de renda. A Zona da Mata foi no início do século XIX aquela que representou quase a produção cafeeira total do estado de Minas Gerais (BARROS, 2020).

Contudo, vale ressaltar que a organização da produção da Zona da Mata se diferenciava da produção encontrada nas fazendas de São Paulo, principalmente devido à desorganização herdada das velhas estruturas econômicas e sociais da região. Desta

forma, o trabalho organizado e o envolvimento dos trabalhadores na produção de café levaram esta economia a despontar no planalto paulista, assumindo verdadeiras relações capitalistas e abrindo frente para o crescimento econômico do estado de São Paulo, enquanto na Zona da Mata as relações regrediram ao ponto de se assemelharem com as semifeudais (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2005).

A estagnação econômica da Zona da Mata teve início com a crise cafeeira que foi oriunda de inúmeros fatores, como a regressão econômica vivenciada pela região e por todo o mundo na década de 1930, como consequência da queda da bolsa de Nova York, em 1929, levando o Governo Federal a erradicar grande parte dos cafezais. O segundo fator importante foi a expansão cafeeira encontrando terrenos melhores e mais sólidos ao sul de Minas Gerais e no oeste paulista, devido ao caráter itinerante dessa cultura. Contudo, para além da crise do café, a estagnação econômica da Zona da Mata também leva em consideração a reorganização territorial do estado mineiro que, ao garantir a transferência de grande parte dos seus recursos para a construção da nova capital, Belo Horizonte, sacrificou por outro lado as capacidades de investimento do estado para suas demais regiões. Desta forma, a cafeicultura que era responsável por colocar a Zona da Mata participante ativa de um ciclo econômico, ao estagnar-se na região levou toda ela a sofrer com tais consequências, enfraquecendo a sua importância econômica frente aos contextos estadual e nacional (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2006).

Mas é importante lembrar que a cafeicultura foi responsável por induzir outros investimentos na região, principalmente relacionados ao surto de industrialização vivenciado na cidade de Juiz de Fora. Ainda, tais investimentos tomaram mais vigor a partir da política protecionista implementada pelo Governo após a proclamação da república, sendo que destas indústrias a maioria era de pequeno e médio porte e relacionados aos setores têxtil e alimentício (LIMA, 1981; BARROS, 2020). E até o final da década de 1930, a cafeicultura ainda era o carro-chefe da economia do estado, sendo tal economia substituída pela vocação siderúrgica e a crescente exploração de recursos naturais que Minas Gerais passou a sofrer, sobretudo, na região do Vale do Rio Doce (BARROS, 2020).

A cafeicultura foi responsável por modernizar o sistema de transportes na Zona da Mata, além de expandir o capital mercantil e modernizar os sistemas financeiros. Logo, a abertura de rodovias no final do século XIX proporcionou a expansão e a

facilitação do escoamento da produção em Juiz de Fora e outras cidades do sul da região. A implementação das ferrovias também foi outro marco importante, pois permitiu a expansão da cultura para o norte e leste da Zona da Mata, em cidades como Muriaé e Ponte Nova (PAULA, 2006).

Juiz de Fora passou a ser o principal centro urbano e econômico da Zona da Mata, ocupando por muitos anos o posto de primeiro lugar na produção de café de todo estado mineiro (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2005). Além disso, Juiz de Fora também tornou-se o foco de concentração do capital cafeeiro em detrimento aos outros municípios da Zona da Mata, devido aos investimentos que a cidade recebeu no que tange às infraestruturas de transporte e ao escoamento da produção, como a implementação da Estrada de Ferro Pedro II e a construção da rodovia União e Indústria, permitindo que a cidade tornasse o principal entreposto comercial da região e assumindo, portanto, o papel de capital regional, levando os seus impulsos econômicos a atingirem até mesmo as fronteiras do Campo das Vertentes (VALVERDE, 1958; BARROS, 2020).

O crescimento de Juiz de Fora já estava delineado na segunda metade do século XIX, uma vez que para além da economia cafeeira a cidade também era responsável por ser o centro de referência no provimento de bens e serviços para toda a região, se tornando ainda um espaço cada vez mais interessante para investimentos (PIRES, 2004).

O contínuo crescimento populacional de Juiz de Fora, acompanhado também pelo crescimento econômico, além da sua consolidação na infraestrutura de transportes, proporcionou a geração de um mercado interno diversificado e a ampliação dos serviços urbanos da cidade, bem como permitiu a atração de investimentos, levando a cidade a assumir um crescente desenvolvimento industrial (PIRES, 2004).

As mudanças nas relações sociais que ocorreram devido à amplitude regional que Juiz de Fora já conhecia nesta época, ocasionaram a interconexão de todo o espaço interurbano da cidade, considerando ainda os elos de encadeamentos de consumo que a monetarização da economia propiciou. Desta forma, sabe-se que os investimentos em infraestruturas de transporte ofereceram diversos benefícios à cidade de Juiz de Fora, colocando-a numa posição privilegiada como centro urbano de referência da região. Neste momento, já era possível delinear não só uma rede interligada, mas hierarquizada de cidades e mercados de consumo (PIRES, 2004).

Estas redes também foram importantes para o processo de industrialização, assim como propiciou a formação de um mercado local e regional. Os mercados locais das cidades menores, pouco dinâmicos e isolados entre si, quando integrados por uma rede de transporte ao centro de referência mais pujante, potencializa a economia deste, corroborando com o seu desenvolvimento, levando a ampliação na sua capacidade de consumo e a geração de economias de escala que tornam, no centro urbano de referência, o processo de diversificação econômica ainda mais rico (PIRES, 2004).

Além do mercado regional ter sido um dos pilares de sustentação da industrialização em Juiz de Fora, outro ponto para esta sustentação merece destaque: a própria posição geográfica da cidade, permitindo que ela desenvolvesse relações com espaços mais longínquos, como o estado do Rio de Janeiro, que tornou-se um mercado em potencial (BARROS, 2020).

Ainda em relação à posição geográfica da cidade de Juiz de Fora, nota-se que ela se encontra no centro de gravitação econômica no triângulo Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, o que permitiu que ela fosse beneficiada pela economia e vida urbana e social dessas metrópoles (BARROS, 2020).

A industrialização que Juiz de Fora experimentou foi diretamente relacionada ao setor agroexportador. Com isso, a consolidação do mercado urbano também se atrelou a estes fatos e com o decorrer dos anos foi ganhando cada vez mais importância. O crescimento da cidade e do consumo de bens e serviços tipicamente urbanos passa então a ser um encadeamento prospectivo² engendrado pelo setor agrícola (BARROS, 2020).

Ainda é importante ressaltar que a diversificação industrial em Juiz de Fora estava longe de esgotar-se em si, ou seja, ainda era necessária a importação de grande parte dos insumos, principalmente aqueles de aprimoramento tecnológico mais avançado. Tal dependência alinhada com a posição de Juiz de Fora no interior de uma região com pouca interligação ao mercado internacional, se constituíram como alguns dos componentes que justificaram a estagnação industrial da cidade a partir da década de 1930 (PIRES, 2004).

² Em 1961, o economista Albert Hirschman elaborou os conceitos de encadeamento para frente e para trás, permitindo a associação entre as estruturas de uma economia, tanto no que tange as cadeias produtivas, quanto nas de valor. Assim, os encadeamentos para trás ou regressivos se referem a indução de novos investimentos produtivos no setor fornecedor, já os encadeamentos para frente ou prospectivos se referem àqueles que se utilizam da sua própria produção enquanto insumo para uma nova atividade (BARROS, 2020).

Voltando a análise sobre a Zona da Mata, assim como o declínio da cafeicultura na região em 1930, a queda industrial sofrida por Juiz de Fora também condicionou a estagnação da região dado seu caráter urbano-regional. Entre 1930 e 1960, a Zona da Mata assumiu a agricultura enquanto seu principal meio econômico, sendo esta época considerada uma fase de decadência com surtos de crescimento isolados de acordo com dados do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) do ano de 2000. Logo, pode-se concluir que a estagnação econômica da região está diretamente relacionada ao declínio de Juiz de Fora (BARROS, 2020).

Tem-se ainda, como já citado, que Minas Gerais tomou para si as vocações siderúrgica e metalúrgica como principais fontes econômicas, o que levou o governo estadual a deslocar os seus principais recursos para a região central, por exemplo, em municípios como Belo Horizonte, Nova Lima e Ouro Preto, causando fortes assimetrias regionais no interior do estado (PIRES, 2004). Além disso, o governo federal também direcionava os seus investimentos para a consolidação das indústrias de base, o que favoreceu ainda mais estas regiões de Minas Gerais (BARROS, 2020).

Esta negligência por parte do poder público a respeito da Zona da Mata mineira também é lembrada por Silveira (2014). A autora afirma:

Do ponto de vista do planejamento regional, o foco dirige-se especificamente para as regiões menos desenvolvidas – Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri –, mas a Zona da Mata não é contemplada, apesar do seu baixo nível de desenvolvimento e da sua condição de estagnação econômica (SILVEIRA, 2014, p. 21).

A Zona da Mata também não foi contemplada pelos planos desenvolvidos através do Projeto Estratégico de Planejamento e Desenvolvimento Regional Integrado, do Programa Estruturador Cidades: Espaço de Integração, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU). Estes planos até então, dirigem-se ao Norte de Minas, ao Médio Espinhaço e ao Vale do Jequitinhonha e Mucuri (SILVEIRA, 2014).

Silveira (2014) ainda conclui que o processo histórico marca de forma veemente a economia da Zona da Mata, estando ligada fortemente à expansão e ao declínio da cafeicultura. Sabe-se, portanto, que o critério econômico foi fundamental para a delimitação desta região, mas a sua situação de estagnação econômica não é ressaltada no planejamento estadual, de modo que ela permanece como uma das menos desenvolvidas do estado, chegando até a apresentar índices de desenvolvimento

inferiores àqueles observados nas regiões que são historicamente reconhecidas como deprimidas.

Observa-se, portanto, que ocorreram na Zona da Mata com o declínio da economia cafeeira, movimentos regressivos que ocasionaram a estagnação econômica da área, fazendo com que cidades de maior destaque assumissem, principalmente, a centralidade em detrimento a espaços menos complexos. Com base no que foi exposto até aqui, observamos também que Juiz de Fora sempre exerceu o papel de capital regional para a Zona da Mata dentre as diferentes reestruturações espaço-temporais, organizando e comandando os fluxos de toda a região (BARROS, 2020).

Desta forma, buscando abarcar a articulação entre as cidades, em 2017 o IBGE atualizou a regionalização do Brasil dividindo-o em regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas, em que as primeiras muito se identificam com as mesorregiões e as segundas com as microrregiões. Logo, a Zona da Mata muito se assemelha com a atual Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

Todavia, é importante ressaltar que nenhuma regionalização é melhor que outra. O que acontece é que para cada regionalização há diferentes objetivos, o que contribui com a presença de algumas diferenciações entre elas, mas nunca uma relação de superioridade. Isto posto, a seguir exploraremos algumas conceptualizações de região e regionalização.

Segundo Paula (2006) a região agrega vários espaços, como o natural, o econômico, o político, o cultural e o histórico com o qual a região, considerada uma categoria espacial, expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade, o que a configura como um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla com a qual se articula.

Já a regionalização corresponde a uma delimitação de espaços ou porções territoriais visando determinados objetivos. Logo, uma regionalização significa “partir” o território de acordo com um critério predefinido. A regionalização está ligada ao processo de análise subordinada a certo objetivo (SILVEIRA, 2014). A diferença, portanto, é que enquanto a regionalização é o processo, a região é o recorte.

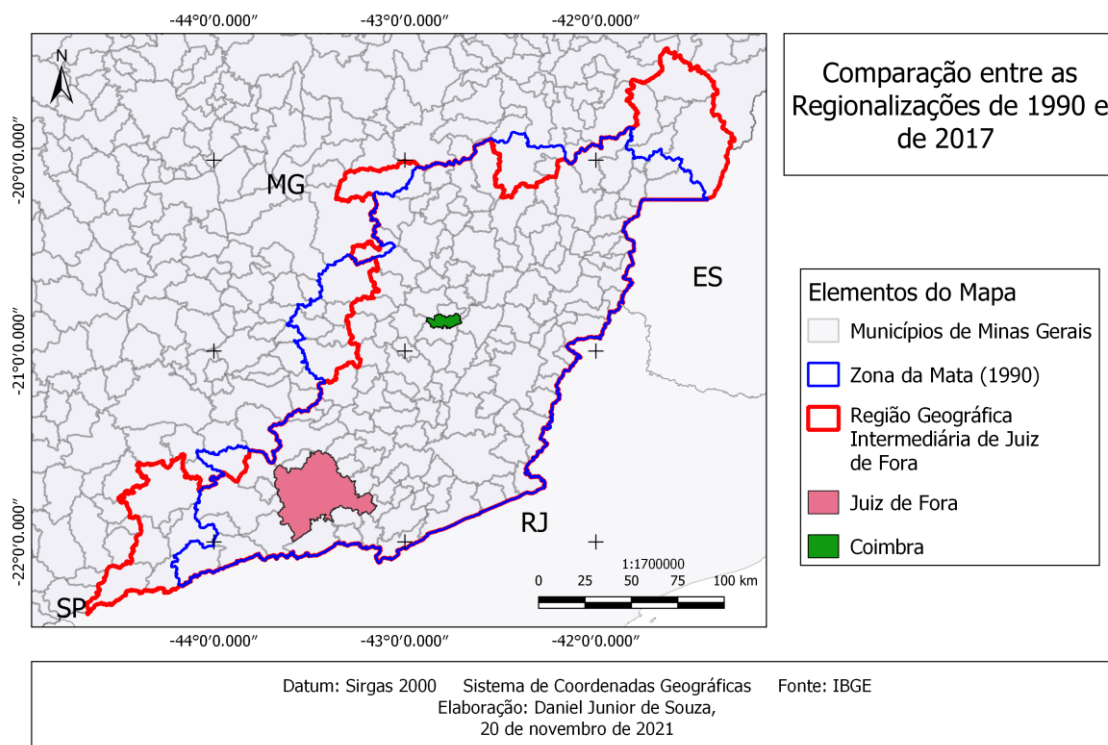
A Zona da Mata foi uma região definida muito em razão da economia cafeeira, que atribuiu características econômicas e sociais na área, contribuindo para sua diferenciação frente ao restante do território de Minas Gerais (MERGAREJO NETTO; DINIZ, 2005; 2006). Também, como já vimos, o ciclo econômico do café foi

responsável por engendrar a modernização da região ainda no século XIX, sendo que a implementação das ferrovias e também das rodovias possibilitou a expansão de sua teia de relações, tornando ainda a cidade de Juiz de Fora o principal entreposto comercial neste contexto regional (BARROS, 2020).

As vantagens locacionais e a primazia industrial da cidade de Juiz de Fora possibilitaram que ela obtivesse uma posição de destaque frente a sua região, consolidando seu papel de capital regional, uma vez que atendia todas as demandas de sua hinterlândia, principalmente no que diz respeito ao provimento de bens e serviços. Outro fator que também levou Juiz de Fora a obter tal destaque foi a sua influência sobre cidades do sul fluminense. Dada a crise na região, a partir da década de 1930, observa-se que algumas cidades cresceram em detrimento a outras, ocasionando forte dependência de centros urbanos menos complexos para com aqueles de complexidade maior (BARROS, 2020).

Logo, a fim de apreender a constante articulação entre as cidades, em 2017 o IBGE atualizou a regionalização do Brasil passando a considerar os atuais processos socioeconômicos e os fluxos de pessoas e capitais, principalmente relacionados ao setor de bens e serviços. Deste modo, os antigos espaços mesorregionais e microrregionais assumiram as formas de regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas, respectivamente, sendo que as primeiras são responsáveis pela organização do território a partir de um polo de hierarquia superior, com serviços e funções urbanas mais complexos, enquanto as segundas são estruturadas a partir de centros urbanos próximos que atendam as necessidades mais imediatas das populações de suas respectivas hinterlândias (IBGE, 2017). A figura abaixo mostra a diferenciação geográfica entre a Zona da Mata e a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

Figura 3 - Comparação entre as regionalizações de 1990 e de 2017



Fonte: IBGE. Organização do autor.

A Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é composta por 10 Regiões Geográficas Imediatas, sendo elas: Juiz de Fora, Manhuaçu, Carangola, Ponte Nova, Viçosa, Ubá, Muriaé, Cataguases, São João Nepomuceno - Bicas e Além Paraíba. Nota-se que cada região imediata recebe o nome daquela cidade ou arranjo populacional de maior complexidade urbana em relação ao seu entorno imediato. A Região Intermediária de Juiz de Fora é composta por 146 municípios, sendo que apenas 49 apresentavam no último censo uma população superior a 10 mil habitantes. Juiz de Fora era o município com maior contingente populacional, sendo ele 516247 habitantes, seguido por Ubá, com 101519 habitantes, Muriaé, com 100765 habitantes, Manhuaçu, com 79574 habitantes e Viçosa, com 72220 habitantes. Estes cinco municípios juntos representavam um pouco mais de 40% da população total da região em 2010 (BARROS, 2020).

A economia também segue um padrão de concentração, uma vez que os maiores PIB's registrados no ano de 2017 estão em cidades com grande contingente populacional segundo dados da Fundação João Pinheiro de 2020. Para esta região intermediária, Juiz de Fora apresenta os maiores valores adicionados no que diz respeito

aos setores industriais e de comércio e serviços, enquanto no setor agropecuário Viçosa e Manhuaçu se tornam as maiores referências, de acordo com dados do PIB de 2019³.

Assim, para o ano de 2019 a participação da Região Imediata de Juiz de Fora chegava a mais de 40% de todo o PIB da região intermediária, sendo seguidos pela participação da Região Imediata de Ubá, Manhuaçu e Muriaé, respectivamente⁴.

A grande maioria dos municípios da região no ano de 2019 apresentaram PIB's poucos significativos, com um pouco mais de 60% dos municípios não atingindo R\$ 100.000 a preços correntes e deste contingente grande parte era valor adicionado da administração pública, o que denota a pouca pujança econômica destes municípios. Logo, é possível constatar que a região é composta por um grande número de cidades pequenas e de pouco dinamismo econômico, o que as leva a ter necessidade de recorrer a polos maiores para suas demandas de bens e serviços, o que justifica a responsabilidade regional dos polos de cada região imediata, conforme foi previsto na nova metodologia para a regionalização do Brasil formulada pelo IBGE. Estes polos imediatos estão, por sua vez, sob influência direta da cidade de Juiz de Fora que é o centro de maior complexidade e importância para a região (BARROS, 2020).

Com base no que foi explicitado até aqui, podemos fazer algumas considerações. A primeira é que vale lembrar que as regionalizações são atualizadas face às novas demandas que vão surgindo a partir das alterações territoriais, bem como a partir de novos conceitos históricos, geográficos e também políticos, sendo que cada regionalização é proposta em um contexto específico. Desta forma, uma regionalização não é mais importante nem anula a anterior, mas se configura apenas como uma nova forma de configuração do território, que passará a servir como base para divulgação de dados estatísticos oficiais, como também para a ação do governo na implementação de projetos (IBGE, 2017).

A partir, portanto, de estudos pretéritos, observa-se que a regionalização de 2017 baseou-se na identificação de cidades-polo e de destaque na rede urbana, sendo responsáveis por articular municípios vinculados a cada uma delas (IBGE, 2017).

³ Os dados do PIB de 2019 foram encontrados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Contudo, mesmo os dados sendo referentes ao ano de 2019, ou seja, posterior à nova regionalização do Brasil de 2017, o SIDRA continuou adotando a antiga regionalização. Logo, os dados disponíveis ainda estão de acordo com o recorte das antigas microrregiões geográficas.

⁴ Idem nota 3.

As mudanças teórico-metodológicas entre as regionalizações reverberaram outros recortes regionais para abarcar as novas dinâmicas do território. Tem-se, portanto, que a divisão regional de 1990 ainda preservou as antigas identidades regionais como um de seus pressupostos, bem como buscou levantar dados sobre a estrutura produtiva e os fluxos agrícolas e agropecuários, enquanto a nova divisão de 2017 teve como fundamento a rede urbana e os fluxos, principalmente, dos bens e serviços (BARROS, 2021).

Todavia, nota-se a similitude das duas regionalizações ao zelarem pelos limites político-administrativos, uma vez que se tratam de divisões regionais oficiais e, portanto, são operacionalizadas para divulgação de dados estatísticos. Há também de ressaltar que as duas divisões regionais se propuseram analisar a articulação entre as cidades, partindo de um contexto de divisão social e territorial do trabalho (BARROS, 2021).

Com base no que foi exposto até aqui, na próxima parte do capítulo, procuramos descrever brevemente as semelhanças e diferenças entre as regiões geográficas imediatas da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

3.2 AS REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS

A estrutura socioeconômica de um centro urbano reproduz o tamanho, as funções de oferta de bens e serviços e a posição relativa desta centralidade em uma região econômica. Em um sistema urbano típico, as centralidades maiores polarizam sucessivas cidades menores, dominando, portanto, áreas e hinterlândias de menor população (MCCANN, 2002 *apud* FARIA *et al*, 2018). Em razão da polarização regional, a dependência espacial ou os fluxos de bens e serviços comumente privilegiam as tendências competitivas daqueles centros de hierarquia superior em detrimento daqueles de hierarquia inferior, o que acentua o problema da desigualdade regional. A exceção dessa assertiva ocorre quando o efeito de complementaridade entre os centros urbanos for maior que o competitivo, de maneira que o mesmo seja capaz de induzir uma realocação das atividades produtivas nos locais até então desfavorecidos, contribuindo com a melhora da posição relativa de certas centralidades com o crescimento do nível de emprego e também do Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo (FARIA *et al*, 2018).

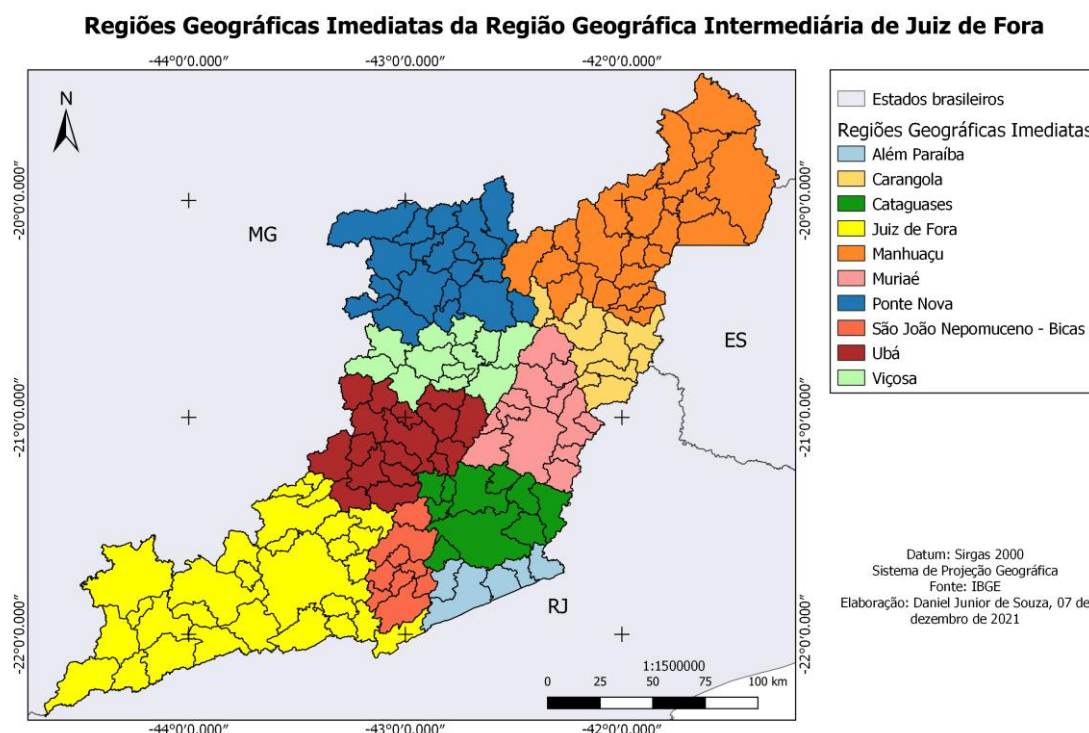
Historicamente, as políticas territoriais tanto de caráter concentrador quanto integrador dos governos militares até as ações de interiorização do desenvolvimento do período do governo de Juscelino Kubitschek, contribuíram para que houvesse a integração de várias regiões brasileiras, mas também beneficiaram as capitais e os principais centros urbanos no Sudeste (MONTE-MÓR, 2006; SANTOS, 1993). Assim, foram estabelecidas estruturas hierárquicas em diversos espaços localizados com centros urbanos polarizadores. As periferias metropolitanas, as capitais estaduais e as cidades médias exibiram grande crescimento entre os anos de 1960 e 1970, o que foi ratificado também pela estratégia do Segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND), que foi lançado pelo governo Geisel (1974 - 1979) na procura da redução das desigualdades regionais (MONTE-MÓR, 2005 *apud* FARIA *et al*, 2018).

Essa relativa desconcentração econômica gerou efeitos positivos no estado de Minas Gerais. Conforme o IBGE, entre 1970 a 2000 a participação do estado mineiro na composição do valor adicionado da indústria brasileira aumentou de 6,8% para 8,4%. Então, considerando que a industrialização e a urbanização sempre estiveram articuladas, a expansão e a integração da rede mineira acompanhou o próprio processo de formação da indústria brasileira. A partir disso constata-se que várias centralidades das diversas regiões mineiras passaram a se destacar em seu respectivo contexto regional, levando o padrão regional a sinalizar uma discrepância entre os centros polarizadores e as demais cidades, com estrutura socioeconômica e vantagens competitivas diferenciadas (FARIA *et al*, 2018).

Um exemplo disso se dá na própria estrutura hierárquica da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, onde Juiz de Fora representa o principal centro urbano classificado como Capital Regional B, conforme a pesquisa sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2018, divulgada pelo IBGE em 2020 (FARIA *et al*, 2018).

A região geográfica intermediária de Juiz de Fora é atualmente dividida em 10 regiões geográficas imediatas (Figura 4) que recebem o nome daquelas cidades ou arranjos populacionais que mais se destacam no contexto regional imediato, sendo elas: Juiz de Fora, Manhuaçu, Ponte Nova, Carangola, Viçosa, Muriaé, Ubá, Cataguases, São João Nepomuceno - Bicas e Além Paraíba. Vale ressaltar que entre essas regiões imediatas existem certas particularidades, o que veremos brevemente a seguir.

Figura 4 - Regiões Geográficas Imediatas da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora



Em relação a indicadores econômicos, é possível verificar uma heterogeneidade entre estas regiões imediatas, sendo ainda possível a constatação da concentração em termos de estrutura produtiva na região intermediária de Juiz de Fora. Segundo dados do SIDRA/IBGE relativos ao ano de 2019, o município de Juiz de Fora detinha 36,6% do valor adicionado da indústria e 40,3% do valor adicionado de serviços, exclusive a administração pública. Outro município de destaque na região é Ubá, que detinha 9,9% do valor adicionado da indústria e 5,3% do valor adicionado de serviços, exclusive a administração pública, ocupando o terceiro lugar na região, enquanto que o segundo lugar era ocupado por Muriaé, que detinha 5,7% do valor adicionado de serviços. Ainda para o ano de 2019, em termos de PIB, Juiz de Fora teve participação de 35,5%, seguido por Ubá (5,8%) e Manhuaçu (4,9%). Por outro lado a agropecuária era mais desenvolvida em Ervália (pertencente à Região Geográfica Imediata de Viçosa) e Santa Margarida (pertencente à Região Geográfica Imediata de Manhuaçu) com participações no valor adicionado de 4,2% e 3,6%, respectivamente.

A partir destes dados é interessante observar a tamanha discrepância existente entre o município de Juiz de Fora e os demais municípios da região intermediária,

mesmo aqueles que exercem forte centralidade em suas respectivas regiões imediatas. Isto serve para constatar a grande importância de Juiz de Fora em seu contexto regional e justificar a sua classificação como Capital Regional B pelo REGIC de 2018 (IBGE, 2020).

A região imediata de Juiz de Fora se destaca por concentrar atividades industriais diversas, que englobam produção automobilística, de aço, de materiais bélicos e outras mais especializadas. Já a região imediata de Ubá é conhecida por ser um polo moveleiro de destaque e, além disso, possui indústria de produção de alimentos e bebidas, especialmente carnes e produtos congelados e sucos (FARIA *et al*, 2018). Outro município que se destaca na região imediata de Ubá é Visconde do Rio Branco, pela sua fruticultura desenvolvida e por sediar a Pif Paf, grande empresa do ramo alimentício (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF, 2011). Entre 2009 e 2019, nota-se que a região imediata de Ubá aumentou sua participação no valor adicionado industrial de 18,3% para 21,7%, especialmente em detrimento da participação de Juiz de Fora, que teve uma queda de 50,6% para 45,5%⁵. A principal explicação para isso foi a queda do nível de atividade industrial da região imediata de Juiz de Fora em resposta ao fechamento de várias indústrias e perdas de postos de trabalho, majoritariamente ligadas a construção civil (FARIA *et al*, 2018).

Neste período em questão, Juiz de Fora perdeu então participação em todos os valores adicionados (exceto na agropecuária) e também no PIB, isso contribuiu para a redução da concentração das atividades econômicas dentro da região geográfica intermediária em estudo, por outro lado, o valor adicionado da agropecuária ficou mais concentrado na região imediata de Viçosa e de Manhuaçu, que aumentaram suas participações para 19,7% e 18,9%, respectivamente.

A região imediata de Cataguases tem como principais atividades industriais os setores de confecção têxteis, alimentar, química e papel e papelão, já a região imediata de Muriaé destaca-se na indústria têxtil-confeccionista (UFJF, 2011).

⁵ Estes dados foram encontrados no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Contudo, mesmo parte dos dados sendo referentes ao ano de 2019, ou seja, posterior à nova regionalização do Brasil de 2017, o SIDRA continuou adotando a antiga regionalização. Logo, os dados disponíveis ainda estão de acordo com o recorte das antigas microrregiões geográficas.

A Tabela 1 a seguir mostra o valor adicionado bruto e PIB a preços correntes (mil reais) para os anos de 2009 e 2019 considerando a regionalização de 1990⁶, ou seja, quando a região ainda era denominada Zona da Mata e dividida em sete microrregiões.

Tabela 1 - Valor Adicionado Bruto e PIB a preços correntes (mil reais)

Microrregião	Valor adicionado Agropecuária		Valor adicionado Indústria		Valor adicionado Serviços		PIB	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Ponte Nova	172.464	243.223	172.125	520.821	593.932	1.641.465	1.454.945	3.651.640
Manhuaçu	344.906	330.035	249.224	807.949	1.039.348	2.518.589	2.357.158	5.443.482
Viçosa	166.409	343.544	123.501	282.984	638.071	1.676.439	1.467.499	3.552.108
Muriae	184.565	190.033	253.464	500.446	1.047.539	2.574.179	2.205.054	4.978.601
Ubá	124.209	224.871	763.192	1.979.951	985.263	2.711.325	2.646.788	6.827.363
Juiz de Fora	160.085	254.984	2.086.915	4.151.164	4.959.556	11.830.261	10.222.836	22.785.183
Cataguases	95.727	155.865	512.451	881.400	1.087.870	2.084.144	2.436.462	4.664.996

Fonte: SIDRA/IBGE (2009, 2019)

A partir destes dados, é possível fazer algumas considerações. Nota-se que as microrregiões mais ricas são a de Ubá e Juiz de Fora, não se destacando apenas no setor agropecuário, em que Manhuaçu e Viçosa são as microrregiões mais pujantes, muito em razão da produção cafeeira. Por outro lado, a microrregião de Viçosa é aquela mais estagnada economicamente. Tal fato é perceptível ao compararmos os valores do PIB a preços correntes das microrregiões. Observa-se ainda que no período de 10 anos, todas as microrregiões apresentaram aumento no PIB, inclusive a de Viçosa, contudo, o seu aumento não foi suficiente para fazer com que ela se destacasse no cenário regional.

Quanto às regionalizações, uma diferença notável entre elas, é a formulação de três novas regiões geográficas imediatas na atual regionalização, sendo elas a de São João Nepomuceno - Bicas, Além Paraíba e Carangola. Uma vez que na nova regionalização o IBGE procurou apreender a constante articulação entre as cidades, considerando os atuais processos socioeconômicos e os fluxos de pessoas e capitais, principalmente relacionados ao setor de bens e serviços, podemos inferir que no período de tempo correspondente entre a última regionalização do Brasil até a atual, estas cidades passaram a se destacar em seu contexto regional imediato, o que possibilitou, portanto, a criação destas novas regionalizações imediatas.

São João Nepomuceno se destaca e figura entre os principais polos de vestuário de Minas Gerais, atraindo turistas de diversos pontos do estado, interessados nas peças

⁶ Idem nota 5.

que lá são produzidas. Além disso, a cidade carrega também em sua história um povo talentoso no artesanato e em outras expressões culturais (MINAS, 2021). Enquanto no município de Bicas são desenvolvidas atividades nos três setores da economia, no entanto, o comércio e o setor de prestação de serviços são os que merecem maior destaque, pois estão entre as mais importantes atividades econômicas do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE BICAS, 2016).

Em Carangola destacam-se o café, o leite, a pecuária, a indústria de laticínios, a construção civil e também a prestação de serviços, sem contar a localização estratégica do município, uma vez que está bem próximo dos limites administrativos do estado de Minas Gerais com os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (CÂMARA MUNICIPAL DE CARANGOLA, 2021). Já para o município de Além Paraíba, podemos destacar a população estimada em 35.438 habitantes (IBGE, 2021) e sua posição estratégica, isto é, na divisa com o estado do Rio de Janeiro, estando inclusive mais próxima da capital fluminense do que da capital mineira.

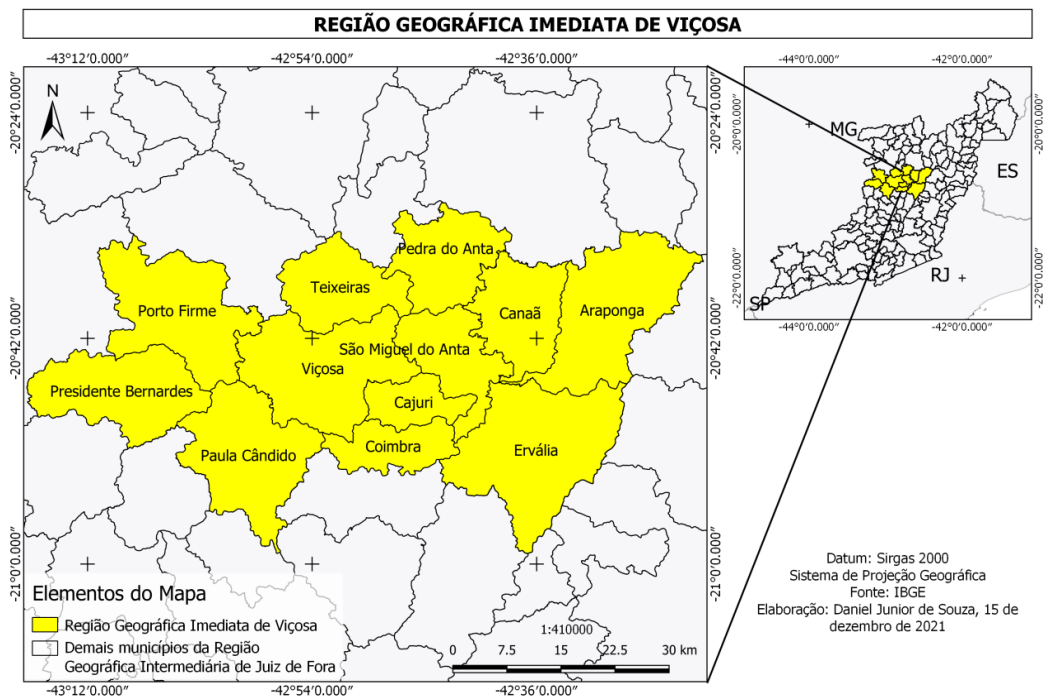
Portanto, nota-se que a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora é composta por regiões imediatas com similitudes e particularidades entre elas, sendo que as regiões imediatas com melhor dinamismo econômico são as de Juiz de Fora, Ubá, Manhuaçu e Muriaé. Por outro lado, as regiões imediatas de Ponte Nova e Viçosa são as que apresentam maiores deficiências, levando a necessidade de se ter uma maior atenção para com elas, buscando um desenvolvimento socioeconômico mais significativo através de políticas públicas e maiores incentivos a investimentos.

Nesta parte do capítulo, buscamos fazer uma breve caracterização das regiões imediatas presentes na região intermediária de Juiz de Fora. Contudo, Coimbra, nossa cidade de análise, está inserida na Região Geográfica Imediata de Viçosa e, portanto, iremos agora dar um foco especial para esta região.

3.3 A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE VIÇOSA

Os papéis de Viçosa enquanto uma cidade média só podem ser entendidos ao olhar para o quadro comparativo de sua região imediata, região esta que é estagnada economicamente e composta por municípios muito pouco complexos, sendo que além do polo apenas Ervália possui mais de 15.000 habitantes. Tal região imediata é composta por 12 municípios (Figura 5), em sua maioria estagnados urbano-economicamente (BARROS, 2020).

Figura 5 - Região Geográfica Imediata de Viçosa



Fonte: IBGE. Organização do autor.

A construção da centralidade da cidade de Viçosa se deu a partir do ensino superior, visto que a cidade é conhecida nacionalmente como "cidade universitária", uma vez que a construção e a expansão dos centros universitários foram, bem como ainda são, responsáveis pela ascensão da cidade em suas escalas intra e interurbanas (BARROS, 2020). Em um primeiro momento, a economia de Viçosa, bem como de grande parte da sua região, foi marcada pela cafeicultura que ocupava os morros e as encostas, possibilitando com que a Estrada de Ferro Leopoldina chegasse à cidade, ligando-a com outros núcleos e se expandindo (ALENCAR, 1959 *apud* BARROS, 2020).

Porém, como já mencionado, o grande protagonista da expansão viçosense foi o ensino superior, que iniciou-se em 1920 com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), que mais tarde foi federalizada, em 1969, passando a se chamar Universidade Federal de Viçosa - UFV (BARROS, 2020), feito esse que contribuiu sobremaneira com a expansão da cidade, atraindo ainda fluxos de pessoas não só da região imediata de Viçosa, mas também de todo o Brasil.

Além da UFV, Viçosa ainda conta com outras duas instituições de ensino superior, estas, porém, de caráter privado, que também são responsáveis por movimentar a cidade, já que juntas as três disponibilizam 92 cursos de graduação presenciais (BARROS, 2020).

As atividades de saúde também são responsáveis por colocar Viçosa em posição de centralidade frente à sua região imediata, apesar da cidade estar submetida à Superintendência Regional de Saúde de Ponte Nova (BARROS, 2020). A partir de dados contabilizados pelo DataSUS em dezembro de 2021 para a região imediata de Viçosa, dentre as 3441 pessoas ocupadas na área da saúde, 2109 estavam na cidade de Viçosa, sendo seguida pela cidade de Ervália com 175 ocupações e a cidade de Teixeiras com 85. A centralidade de Viçosa também é verificada em relação aos leitos de internação, uma vez que grande parte deles também se concentram em Viçosa segundo a contabilização do DataSUS de dezembro de 2021, sendo que dos 383 leitos contabilizados para a região imediata, 245 localizavam na cidade.

O setor de comércio e serviço é outro ramo bastante diversificado em Viçosa, sendo inclusive o que mais contribui para o PIB do município. Logo, a cidade pode ser considerada um centro de serviços, uma vez que abriga inúmeras redes de eletrodomésticos, como Magazine Luiza e Casas Bahia, supermercado de nível regional, como o Bahamas, que incrementam o setor terciário do município, e ainda vivencia na contemporaneidade a chegada de vários estabelecimentos de alimentação do tipo *fast food* para agregar ao estilo de vida estudantil (ANDRADE, 2015). Vale destacar ainda que mais recentemente chegou a Viçosa outro supermercado de nível regional, o Mineirão Atacarejo, localizado no trevo da cidade para outras cidades pequenas, como Teixeiras, Cajuri e Coimbra.

Ainda, o setor de serviços incrementa também a vida financeira da cidade, tanto que nela estão contidas cinco agências bancárias e 20 postos de atendimento, proporcionando assistência a toda hinterlândia viçosense. No que diz respeito aos órgãos de gestão federal do território, Viçosa apresenta uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na qual são atendidas outras nove cidades, uma subseção da Justiça Federal e ainda um Juizado Especial (BARROS, 2020).

A conformação urbano-regional da região imediata de Viçosa, em muito, também se articula as emancipações que se deram a partir do polo, mostrando que a dependência em relação à Viçosa é pretérita ao considerar o quadro econômico pouco

pujante da região. Assim, excluindo Viçosa, das demais 11 cidades localizadas na região imediata de Viçosa, 8 emanciparam-se a partir dela, sendo elas: Ervália e Teixeiras em 1938, a partir das quais em 1962, emanciparam-se Araponga e Pedra do Anta, respectivamente; Coimbra em 1948; São Miguel do Anta em 1953, da qual emancipou-se Canaã, em 1962; e Cajuri em 1962 (BARROS, 2020).

Rocha (2008 *apud* SILVEIRA, 2014) considerou que os desmembramentos precoces que ocorreram na região, foram determinados única e exclusivamente por questões de cunho político, criando municípios caracterizados pela reduzida capacidade de investimento, contribuindo para o surgimento de índices socioeconômicos muito baixos. Logo, os desmembramentos não somente implicaram na redução de área das cidades, mas também na redução das suas potencialidades e capacidades, reduzindo sua área de influência, como também enfraquecendo suas interações (SILVEIRA, 2014).

Viçosa toma para si uma posição central na sua região imediata, sendo classificada como Centro Sub-Regional B de acordo com o estudo da REGIC de 2018, o terceiro nível hierárquico de gestão do território, ou seja, contando apenas com centros de gerência dos órgãos administrativos e com a primeira instância da Justiça Federal Comum e com um Juizado Especial. Contudo, em razão das outras cidades de sua região imediata não apresentarem nenhum desses equipamentos, permite com que Viçosa se comporte como centro para as cidades pequenas no que diz respeito a esses serviços. Logo, por Viçosa ser o único centro sub-regional de sua região imediata, ela polariza os demais no que diz respeito à gestão do território (BARROS, 2020).

Outro ponto a se destacar a respeito desta região imediata é a centralidade exercida pelo município de Ervália, embora em um grau menor que a centralidade de Viçosa. Esta cidade também apresenta certa centralidade uma vez que atrai um considerável número de municípios e é o segundo município que mais emprega trabalhadores externos, tais fatos se associam com a sua importância econômica no setor da agropecuária, estando inclusive presente entre a lista dos pequenos municípios que mais contribuem com esse setor no estado mineiro (BARROS, 2020).

Como já visto, o ensino superior ocupa um lugar de destaque na cidade viçosense, logo, a busca por Viçosa está principalmente relacionada à busca por educação, permitindo que a cidade mantenha interações com outros núcleos da sua região imediata, bem como com praticamente todo o território mineiro e com grande parte dos outros estados brasileiros. Já os fluxos que chegam à Viçosa buscando apenas

o trabalho, por sua vez, tem suas origens majoritariamente na região imediata de Viçosa, sendo que Teixeira é a cidade que mais origina fluxos para Viçosa com relação a este fim, seguida de Porto firme, Paula Cândido e Cajuri, isso demonstra a fragilidade econômica das cidades pequenas circunscritas ao espaço regional de Viçosa, assim como a dependência direta para com o polo (BARROS, 2020).

Mas de Viçosa também saem fluxos que, em sua grande maioria, são em busca de trabalho e destinam-se tanto para cidades do espaço imediato quanto para cidades de mesmo porte ou maior, sendo as mais procuradas Coimbra, Belo Horizonte, Teixeira, Ponte Nova e Rio de Janeiro, respectivamente. Em relação aos fluxos para estudos, estes vão para cidades maiores como Belo Horizonte, Ouro Preto, Rio de Janeiro e Juiz de Fora, respectivamente (BARROS, 2020).

Uma caracterização socioeconômica das cidades da região imediata de Viçosa pode ser feita por meio da análise dos índices de desenvolvimento social e do PIB. Em relação a dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que abrange três dimensões básicas, sendo elas: renda, educação e saúde, possui uma classificação que considera como muito alto os índices entre 0,800 a 1,000, alto entre 0,700 a 0,799, médio de 0,600 a 0,699, baixo entre 0,500 a 0,599 e muito baixo os índices iguais ou menores a 0,4999 (SILVEIRA, 2014). Tendo como base os anos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 2), assim como a média do IDHM do estado de Minas Gerais, observa-se que com exceção de Viçosa, as cidades da região estudada possuem IDHM inferior ao da média do estado, sendo que Viçosa mais uma vez se destaca com uma posição que vem melhorando gradativamente, enquanto Araponga desponta como uma das piores cidades em IDHM e isso não apenas dentro da área de estudo, mas no cenário estadual também. Nota-se ainda que alguns municípios mostraram progresso neste índice, porém, nenhuma situação foi expressiva (SILVEIRA, 2014).

Tabela 2 - IDHM, ranking do estado de Minas Gerais nos anos de 1991, 2000 e 2010

Município	IDHM 1991 (posição)	IDHM 2000 (posição)	IDHM 2010 (posição)
Araponga	0,277 (773º)	0,393 (841º)	0,536 (852º)
Cajuri	0,334 (645º)	0,534 (505º)	0,617 (723º)
Canaã	0,358 (560º)	0,516 (580º)	0,649 (553º)
Coimbra	0,413 (352º)	0,581 (293º)	0,669 (432º)
Ervália	0,375 (501º)	0,516 (580º)	0,625 (686º)
Paula Cândido	0,386 (462º)	0,504 (630º)	0,637 (614º)
Pedra do Anta	0,307 (713º)	0,497 (644º)	0,624 (692º)
Porto Firme	0,356 (565º)	0,482 (688º)	0,634 (627º)
Presidente Bernardes	0,308 (710º)	0,470 (719º)	0,632 (642º)
São Miguel do Anta	0,392 (443º)	0,536 (499º)	0,644 (581º)
Teixeiras	0,404 (399º)	0,549 (443º)	0,675 (385º)
Viçosa	0,517 (42º)	0,677 (18º)	0,775 (11º)
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731

Fonte: Adaptado de Silveira (2014).

Outro ponto que podemos destacar a partir dos dados do IDHM, é que apesar de todas as cidades da região imediata de Viçosa terem experimentado aumentos em seus índices no decorrer dos anos, a maioria se encontrava em uma posição muito baixa no ranking de IDHM do estado de Minas Gerais, em 2010, o que nos permite inferir que a região imediata de Viçosa apresentou um desenvolvimento socioeconômico ínfimo se comparado a outras regiões imediatas do estado. Contudo, é interessante ainda o fato que cidades como Teixeira e Coimbra estão razoavelmente bem classificadas no ranking do estado, e para o recorte da região imediata estão em segundo e terceiro lugar, respectivamente.

Uma situação parecida é observada quando se analisa o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que também é baseado nas dimensões renda, saúde e educação, possuindo os seguintes parâmetros: $0,8 \leq \text{alto} \leq 1$; $0,6 \leq \text{moderado} < 0,8$; $0,4 \leq \text{regular} < 0,6$ e $\text{baixo} < 0,4$. Com base nos dados do IFDM (Tabela 3), notam-se as deficiências apresentadas pelas cidades que compõem a região imediata e mais uma vez Viçosa é a única cidade com índice classificado como alto, mas a maioria pode ser classificada como de desenvolvimento moderado. Porém, é interessante ressaltar que 54,6% dos municípios mineiros possuem IFDM entre 0,6 e 0,7, ou seja, também se enquadram na situação de moderado desenvolvimento municipal (SILVEIRA, 2014).

Tabela 3 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), edição 2018 - ano base 2016

Município	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Araponga	0,6407	0,7076	0,9036	0,3110
Cajuri	0,6739	0,7677	0,8318	0,4221
Canaã	0,7296	0,8377	0,9456	0,4055
Coimbra	0,7412	0,8505	0,8369	0,5361
Ervália	0,6885	0,8451	0,8413	0,3791
Paula Cândido	0,6445	0,8033	0,8381	0,2922
Pedra do Anta	0,6626	0,7700	0,8795	0,3383
Porto Firme	0,6417	0,7778	0,8742	0,2731
Presidente Bernardes	0,7175	0,7877	0,8503	0,5145
São Miguel do Anta	0,6803	0,7800	0,9345	0,3264
Teixeiras	0,6620	0,8530	0,7769	0,3560
Viçosa	0,8024	0,8675	0,8539	0,6859

Fonte: Firjan, disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>.

É notável ainda um fato comum a grande maioria das cidades da região imediata de Viçosa: os índices de emprego e renda muito baixos, o que nos permite inferir a necessidade dos habitantes dessas localidades recorrerem a outros municípios na busca por trabalho. O destino destes na grande maioria das vezes é para Viçosa, uma vez que é a cidade polo da região imediata.

A cidade que motivou esta pesquisa, Coimbra, mais uma vez se destaca no contexto da região imediata, apresentando o segundo melhor IFDM da região, perdendo apenas para Viçosa.

Quanto ao PIB (Tabela 4), observa-se que os municípios apresentam baixos valores relativos quando comparados a Viçosa. A composição deste índice está principalmente composta pelo setor de serviços, seguido pelo setor agropecuário, o que reforça a relação das cidades pequenas da região imediata em estudo com a área rural (SILVEIRA, 2014). O setor industrial tem pouca expressão, até mesmo na cidade de Viçosa, representando apenas 9,8% do seu PIB, enquanto que o setor de serviços alcança 80,4%, sendo alavancado pela presença da UFV e pelas demais faculdades particulares.

Tabela 4 - PIB municipal e participação dos setores na economia dos municípios da Região Geográfica Imediata de Viçosa, em 2019

Município	PIB (mil reais)	Atividade (%)		
		Agropecuária	Indústria	Serviços
Araponga	73.213,01	16,6%	4,1%	75,3%
Cajuri	72.035,36	9,2%	26,1%	56,4%
Canaã	59.831,89	32,3%	4,0%	59,8%
Coimbra	117.179,03	14,5%	6,9%	70,4%
Ervália	308.521,12	24,5%	5,8%	64,6%
Paula Cândido	100.555,94	14,5%	7,7%	72,2%
Pedra do Anta	40.506,29	19,9%	5,9%	70,5%
Porto Firme	99.123,17	10,6%	5,9%	78,3%
Presidente Bernardes	53.186,78	12,6%	4,7%	78,5%
São Miguel do Anta	80.209,54	19,9%	5,5%	70,0%
Teixeiras	148.698,43	11,0%	7,3%	76,4%
Viçosa	1.749.051,39	1,0%	9,8%	80,4%

Fonte: IBGE Cidades, 2022.

Ainda a respeito do setor industrial, uma cidade que se destaca na região imediata é Cajuri, apresentando a maior contribuição da indústria para o PIB de uma cidade da região, correspondendo a 26,1%, isto talvez possa ser explicado pela presença de uma grande empresa do setor alimentício no município, a cerealista Pereira, localizada no trevo de Cajuri, na divisa com os municípios de Coimbra e Viçosa.

Portanto, nota-se que dada a fragilidade socioeconômica da região imediata de Viçosa, observa-se que o papel do polo é, em grande medida, atender as demandas imediatas de seu espaço interurbano menos complexo, seja através de serviços públicos ou privados, principalmente aqueles que dizem respeito aos serviços básicos, como saúde e educação.

Contudo, apesar da centralidade exercida por Viçosa, é notável que a mesma distancia-se de Ponte Nova e Ubá por não apresentar nenhum elemento de gerência e superintendência regional, o que a leva a ser subordinada por estas duas cidades em relação a serviços básicos como saúde, educação e segurança pública. Desta forma, uma vez que Viçosa a elas se subordina, as outras cidades de sua região imediata também irão ser subordinadas a Ponte Nova ou a Ubá, nem sempre acompanhando Viçosa. Um exemplo disso diz respeito à educação básica, em que Viçosa está associada à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Ponte Nova, enquanto outras três

idades (Paula Cândido, Coimbra e Ervália) associam-se a SRE de Ubá (BARROS, 2020).

Logo, apesar de Viçosa não prover de serviços públicos importantes de gestão do território, a sua centralidade é mantida à medida que consegue ofertar serviços especializados para o seu entorno imediato (BARROS, 2020). Ainda há que se considerar que a presença de um ensino superior forte, destacando-se especialmente a UFV, também contribui significativamente para a centralidade de Viçosa.

Constata-se que os serviços e funções das cidades pequenas da região imediata de Viçosa não exercem domínio sobre outras cidades, tendo influência apenas no nível local. As suas economias não promovem a cooperação e troca entre elas. As funções destas cidades encerram-se em si mesmas e possuem um papel de fornecedoras de mão de obra e abastecedoras do mercado da cidade polo (SILVEIRA, 2014). Barros (2020) também segue a mesma linha ao afirmar que as cidades pequenas da região demonstram fragilidade, ou seja, elas, em muito, não apresentam vidas urbanas próprias que garantem que a população permaneça nelas. Em outras palavras, por não desenvolverem atividades econômicas autônomas, as cidades pequenas da região não garantem a sua sustentação, dependendo de repasses do governo, não apresentando grande dinamismo econômico.

Portanto, dada a discussão deste capítulo, depreende-se que a Zona da Mata foi uma região definida muito em razão da economia cafeeira, que por sua vez foi responsável por engendrar a modernização da região, com a implementação de ferrovias e rodovias, possibilitando a expansão de sua teia de relações e contribuindo ainda com a ascensão de Juiz de Fora no contexto regional.

Na nova regionalização do Brasil, o IBGE buscou apreender a constante articulação das cidades, considerando os atuais processos socioeconômicos e os fluxos de pessoas e capitais, principalmente em relação ao setor de bens e serviços, criando assim, dentre as várias regiões intermediárias do Brasil, a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora. Contudo, tal região é caracterizada pela estagnação econômica, sendo composta majoritariamente por municípios com pouca pujança econômica. Estes por sua vez, necessitam recorrer a polos maiores para suas demandas de bens e serviços.

É importante frisar que as regionalizações vão sendo atualizadas à medida que novas demandas vão surgindo em razão de alterações territoriais socioeconômicas.

Logo, cada regionalização é proposta em um contexto diferente e uma regionalização não é mais importante do que a anterior, nem a anula, mas se configura apenas como uma nova forma de ver o território.

Na nova regionalização, as regiões geográficas intermediárias são responsáveis por organizar o território a partir de um polo de hierarquia superior, com funções urbanas mais complexas, já as regiões geográficas imediatas se estruturam a partir de centros urbanos próximos que satisfazem as necessidades imediatas das populações.

Isso pode ser verificado na Região Geográfica Imediata de Viçosa, em que Viçosa é o polo que atende as demandas imediatas dos demais municípios da região, menos complexos e frágeis socioeconomicamente. Esta região imediata é a que se apresenta mais deprimida economicamente dentro da região intermediária de Juiz de Fora, se destacando dentre as demais apenas no setor agropecuário.

Desta forma, os serviços e funções exercidas pelas cidades pequenas da região imediata de Viçosa tem influência apenas no nível local, suas funções encerram-se em si mesmas, além de serem fornecedoras de mão de obra e abastecedoras do mercado da cidade polo. A partir disso, no próximo capítulo iremos estudar Coimbra enquanto uma cidade pequena na região, buscando identificar a estruturação da cidade a partir dos processos, principalmente, econômicos e urbanos. Em seguida, será feita uma leitura mais contemporânea da cidade, buscando abordar seus conteúdos atuais, principalmente, os referentes às dinâmicas econômicas e urbanas.

4 COIMBRA ENQUANTO CIDADE PEQUENA

Uma das possibilidades para a análise das cidades, sejam elas grandes, médias ou pequenas, é partir da investigação de sua estruturação e da morfologia urbana. Para nossa análise de Coimbra enquanto cidade pequena, buscamos abordar os elementos que contribuíram com sua estruturação, lembrando que o conceito de estruturação da cidade difere do de estruturação urbana, distinção que iremos abordar ao longo deste capítulo.

Desta forma, este capítulo está estruturado em duas partes. Na primeira, intitulada “A estruturação da cidade”, procuramos identificar a estruturação da cidade de Coimbra a partir dos processos, principalmente, econômicos e urbanos. Essa etapa foi importante para identificarmos o papel de Coimbra na divisão territorial e regional do trabalho e, conseqüentemente, sua inserção na rede urbana regional.

Na segunda parte, intitulada “Uma leitura contemporânea”, foi feita uma abordagem dos conteúdos atuais da cidade, principalmente, os referentes às dinâmicas econômicas e urbanas, por exemplo, dados de produção, comércio e serviço que foram levantados a partir das bases disponibilizadas pelo IBGE e pela Prefeitura Municipal.

4.1 A ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE

Antes de trabalharmos as noções de estruturação urbana e estruturação da cidade, discutiremos sobre morfologia urbana e forma urbana, uma vez que estes termos se relacionam diretamente aos primeiros.

Isto posto, considerando a cidade como uma concretização do trabalho humano adquirindo uma dinâmica particular contínua, temos que a forma urbana é uma primeira possibilidade de investigação das essências, ou seja, dos conteúdos que constroem e movimentam o urbano. Logo, as formas urbanas seriam os resultados da organização física dos elementos da cidade, dos seus padrões arquitetônicos, dos seus planos e traçados, dos seus aspectos culturais, da disposição e distribuição dos meios e equipamentos urbanos e de sua morfologia (SILVA, 2006).

A relação da forma urbana com a morfologia urbana torna-se indissociável, uma vez que a forma urbana como elemento constitutivo da morfologia e o plano urbano como arcabouço dessa forma, nos permite reconhecer a extensão urbana como designativa da morfologia de uma cidade. Por outro lado, a extensão do plano ou da planta urbana é o que orienta a expansão territorial urbana, dando materialidade real ou potencial à redefinição da morfologia urbana (SPOSITO, 2004 *apud* SILVA, 2006).

Temos que o plano e a estrutura urbana, que estão indissociavelmente imbricados, compõem a forma urbana, já que são articulados a processos que remontam às dinâmicas econômicas e que são associadas à base física. A forma urbana é então analisada pela morfologia urbana, através da busca do desvendamento da origem e consolidação das formas, versando sobre suas conexões e relações com os demais elementos do espaço geográfico, muitas vezes remontando a processos biológicos, por exemplo, a morfologia do organismo, fazendo alusão ao chamado organismo urbano (SILVA, 2006).

A morfologia urbana não se refere apenas a uma dada forma urbana (extensão e volume) tal como ela se apresenta configurada espacialmente, mas também ao processo de sua gênese e desenvolvimento, segundo os quais se torna possível explicar essa morfologia e não somente descrevê-la ou representá-la gráfica ou cartograficamente. Sendo esta perspectiva aceita, a morfologia urbana refere-se não apenas à forma, mas também aos conteúdos que orientam essa forma e são por ela redefinidos continuamente (SPOSITO, 2004 *apud* SILVA, 2006).

A morfologia urbana é uma das vertentes de estudo da Geografia Urbana, permitindo a aferição das permanências e transformações no espaço da cidade, em outras palavras, é o campo de estudo das formas espaciais que se estabelecem nas cidades (COCATO, 2021).

Segundo Cocato (2021), as formas urbanas podem ser, resumidamente, definidas por três elementos físicos, sendo eles as edificações e seus espaços abertos relacionados, as parcelas ou lotes e o plano urbano; compreendidos em diferentes níveis escalares, por exemplo da edificação à aglomeração urbana ou mesmo em nível regional; e considerados em suas dimensões histórica e processual, para além da delimitação física.

Quanto à estruturação urbana e à estruturação da cidade, temos que a primeira se refere a processos que ocorrem nas escalas meso e macro, ou seja, correlacionadas à rede urbana, enquanto a segunda se relaciona aos processos em escala micro, ou seja, referentes à escala da cidade (SPOSITO, 2004 *apud* SILVA, 2006). Desta forma, a estruturação da cidade pode ser percebida por meio da expansão físico-territorial de suas formas, tornando-se indispensável a articulação desses elementos com a lógica mais ampla de produção do espaço capitalista (COCATO, 2021).

Dito isso, é preciso ainda que a análise avance do que está fixo, referente às localizações das diversas funções urbanas, para incluir o movimento, isto é, o conjunto

de relações que são estabelecidos entre os distintos usos do solo da cidade, no sentido de apreender a produção do espaço em sua associação com dinâmicas multiescalares. Estes processos nos auxiliam a diferenciar o espaço entendido enquanto palco das ações sociais, do espaço entendido enquanto produto, condição e meio para e das ações que são estabelecidas socialmente (SILVA, 2006).

Ao falar do assunto, Sposito (2004, 2007 *apud* MIYAZAKI, 2015) argumenta que o espaço urbano é constituído por um amplo conjunto de usos e funções, refletindo em uma estrutura urbana complexa e heterogênea. Essa heterogeneidade, baseando-se no arranjo dos diferentes usos do solo resultantes do processo de alocação das atividades econômicas e das funções, tais como residencial, de lazer e de circulação, consiste na estruturação da cidade que, por sua vez, é pautada na dinâmica do processo social que determina a sua organização. Isso se deve ao fato de que a estrutura da cidade deve ser tomada como rebatimento da estrutura social, a partir de diferentes lógicas e interesses de cada momento histórico.

Neste sentido, a estrutura da cidade leva em consideração as dinâmicas que são próprias do processo social, sendo a estrutura em cada corte do tempo do processo de estruturação aquela que determina também os momentos seguintes do processo. Aqui, é ainda importante reforçar a necessidade da articulação existente entre as escalas intra e interurbana no estudo da morfologia urbana (MIYAZAKI, 2015).

A estrutura urbana pode ser considerada por si só como apenas um momento específico de certo recorte espacial, enquanto a ideia de estruturação abarca o movimento constante de produção e transformação urbana e da cidade em suas bases socioespaciais, portanto, percebemos que não é uma visão da cidade como um conjunto estático, mas sim em seu movimento de constituição que nunca finda (COCATO, 2021).

A cidade de Coimbra tem raízes lusitanas, uma vez que o português e imigrante Manoel Coimbra foi o primeiro a desbravar, em meados do século XVIII, o que hoje compreende o centro da cidade de Coimbra. Logo, o topônimo Coimbra é uma homenagem ao seu benfeitor Manoel Coimbra (BALTAZAR, 1996; IBGE, 2022).

Os desbravamentos do local continuaram sendo resultado da fixação de pessoas que se deslocavam das regiões auríferas que estavam em decadência. Tem-se notícias ainda que a região já era habitada por índios botocudos, bugres ou puris que moravam em cavernas (BALTAZAR, 1996; IBGE, 2022). Com o tempo, o povoado que deu origem à cidade de Coimbra foi surgindo, ao que parece em meados do século XVIII,

em torno da capela erguida em honra a São Sebastião, em terras doadas pelo então benfeitor da cidade, Manoel Coimbra (IBGE, 2022).

No início da sua história e formação, Coimbra era vinculada à cidade de Viçosa, sendo um distrito desta. Conforme já visto no capítulo 3, a emancipação de Coimbra só veio ocorrer em 1948, mais especificamente em 27 de dezembro do referido ano (IBGE, 2022). Isto denota que a centralidade exercida por Viçosa na região imediata de mesmo nome e, por conseguinte, a relação de dependência de Coimbra e outras cidades da região em relação à Viçosa, são oriundas de laços pretéritos.

Ainda a respeito da relação de Coimbra com outros municípios da região, Baltazar (1996) constatou que no início da década de 1920, já havia registro de evasão de coimbrenses para centros maiores na busca de trabalho e melhores condições de vida, assim como Coimbra recebia de outros centros maiores as novidades que iam surgindo a respeito dos avanços tecnológicos da época, por exemplo.

Quanto ao crescimento de Coimbra podemos dizer que este sempre esteve muito atrelado à agricultura. A década de 1920 foi rica e próspera, tendo o café como a maior fonte de renda dos fazendeiros. Em 1966, chegou ao município de Coimbra a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que mais tarde passou a se denominar Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG). A chegada deste órgão contribuiu muito para o desenvolvimento econômico do município, em especial no que condiz ao setor agropecuário (BALTAZAR, 1996).

Assim, foi implantado no município o plantio de milho híbrido para a produção de sementes e houve a procura pelo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas. Também através de financiamentos públicos permitiu-se que os produtores rurais melhorassem o seu rebanho bovino e ampliasse a sua área de cultivo. Mais tarde, a EMATER diversificou a sua atuação e o desenvolvimento agropecuário obteve um melhor desempenho, contribuindo com uma melhora significativa do rebanho leiteiro e o confinamento de bois para abate passou a ser praticado por muitas propriedades. A suinocultura que até então era ignorada, foi inserida na economia do município atingindo um bom desempenho. A avicultura, contudo, foi que despertou maior interesse e crescimento, não só pela participação dos técnicos da EMATER, mas também por conta da proximidade do abatedouro de Visconde do Rio Branco, Pif-Paf (BALTAZAR, 1996).

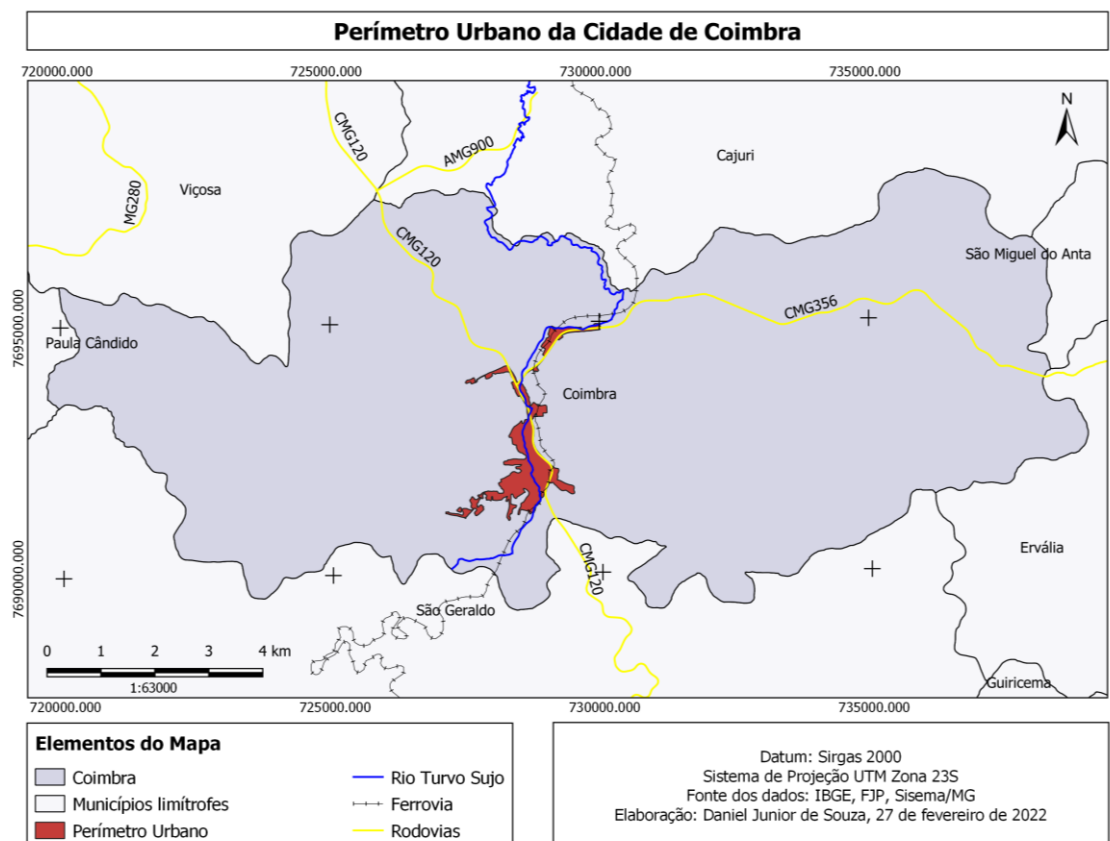
Na agricultura, o município despertou mais para a produção de hortigranjeiros, mudando o hábito do coimbreense não só de produzir, mas também de consumir. As famílias que após o plantio do milho e feijão, culturas tradicionais, ficavam com seus membros ociosos, passaram a ter uma atividade na entressafra destas culturas, o que contribuiu para um expressivo aumento da renda familiar (BALTAZAR, 1996). Assim, Coimbra no final da década de 1990, produziu uma grande variedade de hortigranjeiros, principalmente tomate e pimentão que, uma vez colhidos em grandes quantidades, foram transportados para o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, sendo o tomate colhido mais verde levado até para a Argentina (BALTAZAR, 1996). Em momento posterior neste capítulo, veremos que o tomate continua sendo o principal produto produzido em Coimbra.

Por volta de 1990, chegou a Coimbra o sistema de água tratada, contribuindo para um salto no desenvolvimento do município. O governo de Minas Gerais então implantou na cidade a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), que veio para trazer uma melhor qualidade de vida para os coimbreenses. Ainda, outra marca para o progresso foi a implantação do sistema DDD de comunicação, inaugurado oficialmente em julho de 1990, sendo o primeiro telefonema realizado pelo então prefeito da época (BALTAZAR, 1996).

O município ainda ganhou a partir de 1993 diversas obras importantes que contribuíram com seu desenvolvimento, tais como: a construção da usina de reciclagem de lixo, que além de tornar a cidade limpa também foi importante para a diminuição da incidência de algumas doenças; muitas ruas também foram calçadas; redes de esgoto e de captação pluvial foram construídas; foram estendidas as redes de água da COPASA, bem como a rede elétrica da cidade, beneficiando muitas famílias; além da instalação de um posto de saúde mais moderno (BALTAZAR, 1996).

No que diz respeito à situação geográfica, Coimbra é cortada pelas rodovias BR-120 e MG-356, pela antiga Estrada de Ferro Leopoldina (desativada em 1996), bem como pelo Rio Turvo Sujo, sendo a nascente deste no próprio município. O crescimento da cidade acompanhou o traçado das rodovias, da ferrovia e do rio, mas obteve também uma expansão considerável no sentido oeste do município, conforme pode ser observado na Figura 6, onde consta ainda a mancha urbana atual do município.

Figura 6 - Perímetro Urbano da Cidade de Coimbra



Fonte: IBGE, FJP, Sisema/MG. Organização do autor⁷.

Com base no que foi exposto até aqui, é possível perceber que a morfologia urbana de Coimbra se deu a partir de processos semelhantes ao das demais cidades da região, sendo o início da sua ocupação resultado da migração da população da região aurífera, em declínio econômico, para a região intermediária de Juiz de Fora, que despontava no cenário estadual por conta do grande potencial das culturas de café. Contudo, mais tarde, a economia cafeeira também entrou em declínio e Coimbra encontrou no tomate um grande potencial agrícola para a sua economia, sendo ainda hoje o principal produto agrícola do município, como veremos no próximo tópico deste capítulo.

Podemos inferir também que as rodovias e a ferrovia foram importantes instrumentos que influenciaram a forma urbana da cidade e, por conseguinte, a sua estruturação. Assim como o fato de Coimbra ser por muito tempo distrito de Viçosa,

⁷ A rodovia BR-120 se refere à CMG-120 no mapa. A diferença na nomenclatura se deve à fonte dos dados buscados para a confecção do mapa.

sendo que mesmo após a sua emancipação, os laços de dependência continuaram existindo, mantendo Coimbra em uma posição de dependência com o polo regional e ratificando o seu papel de cidade pequena na divisão territorial do trabalho e, por conseguinte, na rede urbana regional.

Isto posto, no próximo tópico será realizada uma leitura mais contemporânea de Coimbra, abordando aspectos econômicos, sociais e estruturais, tais como a disposição dos elementos na cidade, os distintos usos do solo urbano, entre outros, que tem contribuído com a forma urbana e a estruturação de Coimbra.

4.2 UMA LEITURA CONTEMPORÂNEA

Segundo o censo de 2010, Coimbra possuía 7054 habitantes, sendo que 5156 se encontravam na zona urbana e 1898 na zona rural. A população rural significativa denota que o município possui uma vida rural ativa, tendo a agropecuária a segunda maior participação no PIB municipal, como visto no capítulo anterior (Tabela 4). Em 2021, segundo estimativa do IBGE, a população de Coimbra era de 7631 habitantes. Logo, se esta estimativa se confirmar no próximo censo demográfico, podemos concluir que a cidade apresentou um crescimento demográfico razoável nesse período de pouco mais de 10 anos.

Retomando a Tabela 4, é possível então perceber que as atividades agropecuárias são expressivas para o município, sendo responsáveis, em 2019, por 14,5% do PIB municipal. A partir disso, podemos inferir que grande parte da população economicamente ativa (PEA) no município está ocupada no setor agropecuário, como pode ser verificado na Tabela 5 a seguir, que mostra o percentual da população ocupada por setores de atividade.

Tabela 5 - Distribuição percentual da população ocupada por setores de atividade em Coimbra

Setores\Ano	2000	2010
Agricultura	50,1	39,9
Indústria	14,9	16,4
Serviços	34,9	43,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, 2010. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/apps/sniq/v1/index.html?loc=311670&cat=-1,-2,112,113,114,128,129&ind=4741>.

Ao observarmos os dados contidos nesta tabela, notamos que do ano 2000 para o ano 2010, o setor agropecuário apresentou uma queda de pessoal ocupado, sendo compensada pelo crescimento da população ocupada nos setores industrial e de serviços. Embora ele tenha sofrido uma queda, é possível perceber que em 2010 o setor agropecuário ainda apresentou um percentual considerável da população ocupada no município, sendo este de 39,9%, perdendo apenas para o setor de serviços, com 43,6%.

Ao estudar os mesmos dados para a cidade de Brás Pires, Soares (2018) faz uma interpretação que também podemos fazê-la em relação à Coimbra. Ainda que os dados econômicos e demográficos atestem a influência e a importância do setor agropecuário para Coimbra, eles também tornam possível a percepção do aumento da significância das atividades urbanas nas últimas décadas. A urbanização contemporânea, atrelada ao processo de expansão do modo de produção capitalista, conduz à formação de uma sociedade eminentemente urbana (SOARES, 2018).

Ainda, assim como as cidades têm sido profundamente impactadas pelo setor terciário e suas consequências econômicas, sociais, culturais e espaciais, o campo também vem sofrendo tais impactos e se transformando, tanto em si quanto em suas relações. Com isso, tem-se observado um progressivo aumento das inter-relações entre cidade e campo. As lógicas de produção e consumo que orientam a vida na cidade pós-industrialização, também tem chegado às áreas e populações rurais como parte do processo de expansão do próprio sistema capitalista (SOARES, 2018). Logo, os dados apresentados indicam a inserção de Coimbra no conjunto das tendências gerais da urbanização brasileira, embora revestido de uma temporalidade específica e de certas particularidades que caracterizam a urbanização nos pequenos municípios atualmente (SOARES, 2018).

Ainda a respeito do campo, na Tabela 6 que segue podemos ver os principais produtos agropecuários de Coimbra referentes ao ano de 2020, tendo destaque a produção do tomate.

Tabela 6 - Principais produtos agropecuários do município de Coimbra - MG, em 2020

Pecuária	Quantidade produzida	Valor da produção (x 1000) R\$
Leite de vaca	4250 (x 1000) L	6758
Tilápia	28115 kg	309,26
Ovos	18 (x 1000) dúzias	100
Produção Agrícola - Lavoura Permanente	Quantidade produzida	Valor da produção (x1000) R\$
Café	846 t	6840
Banana	400 t	496
Produção Agrícola - Lavoura Temporária	Quantidade produzida	Valor da produção (x1000) R\$
Tomate	5180 t	8814
Feijão	1134 t	4831
Milho	4200 t	3717

Fonte: IBGE Cidades, 2022.

Com base nesses dados, podemos analisar que o destaque para a produção de tomate não é à toa, uma vez que somente sua produção corresponde a significativos R\$ 8.814.000,00. Seguindo o tomate, temos o café com uma produção de R\$ 6.840.000,00 e o leite de vaca com um valor total de produção próximo ao do café, sendo de R\$ 6.758.000,00. Com esses valores, temos mais uma evidência de como o setor agropecuário ainda é muito importante para o PIB do município, conhecido regionalmente como um grande produtor de tomate. Neste cenário, torna-se também importante o papel da EMATER-MG, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coimbra e do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente do atual governo municipal, que juntos tem buscado fomentar a produção agropecuária do município, por meio de assistência técnica, cursos profissionalizantes e outras políticas públicas para o setor.

Desta forma, nas pequenas cidades da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora podemos perceber que a maior presença do mundo rural se dá por meio de diversos indicadores socioeconômicos e demográficos, entre eles temos: a proporção da população rural em relação à população municipal como um todo; o número de pessoas que trabalha no meio rural, embora resida nas áreas urbanas; e a proporção do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias sobre o conjunto da PEA do município. Além disso, a cidade pequena ainda apresenta outras características que são específicas do mundo rural, por exemplo: o povoamento reduzido, a predominância de paisagens naturais e das relações sociais de interconhecimento (WANDERLEY, 2001). Tais

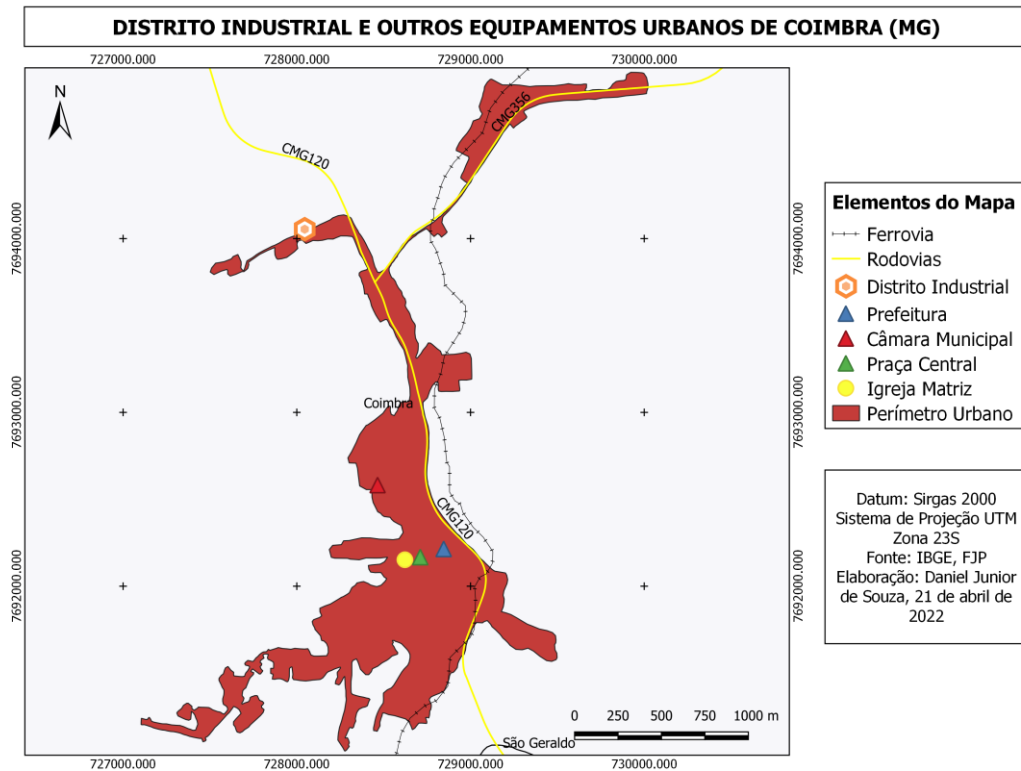
características podem ser observadas em Coimbra. Em diversos pontos da cidade, por exemplo, é possível ter um contato visual com as paisagens naturais e até mesmo agrícolas, além da população mais reduzida, que contribui com as relações sociais de interconhecimento.

Coimbra atualmente possui alguns elementos urbanos importantes para a sua estruturação enquanto uma cidade pequena. A Acero Agronegócios, por exemplo, é uma empresa especializada em soluções e desenvolvimento sustentável para o agronegócio, atuando em mais de 250 municípios mineiros (ACERO AGRONEGÓCIOS, 2022), e para isso, a empresa possui atualmente seis unidades em seis cidades que atendem suas respectivas regiões, sendo que Coimbra é contemplada com uma destas unidades, “fortalecendo a presença na Zona da Mata”, segundo a empresa. Aqui, mais uma vez, o setor agropecuário mostra sua importância tanto no contexto municipal, quanto no contexto regional.

Em Coimbra ainda está presente a Rede Uai Supermercados, com duas unidades na cidade, sendo uma importante rede de supermercados presente em mais de 30 cidades de Minas Gerais (REDE UAI SUPERMERCADOS, 2022). No ramo financeiro, Coimbra conta com duas agências bancárias, sendo uma referente ao Banco do Brasil e a outra do Sicoob União dos Vales, além de uma agência das casas lotéricas e uma agência dos correios.

Algo importante também para a economia do município, diz respeito ao que comumente é chamado de “Distrito Industrial”. Este distrito é uma área no bairro Estiva destinado à implantação de indústrias voltadas a diferentes ramos. Hoje, por exemplo, encontram-se lá indústrias/empresas dos ramos alimentício, de confecção e serralheria. O governo municipal, através de alguns programas para fomento da indústria no município, também tem procurado incentivar a instalação de novas indústrias na localidade. A localização deste distrito, assim como de outros equipamentos importantes da cidade, pode ser verificada na figura abaixo.

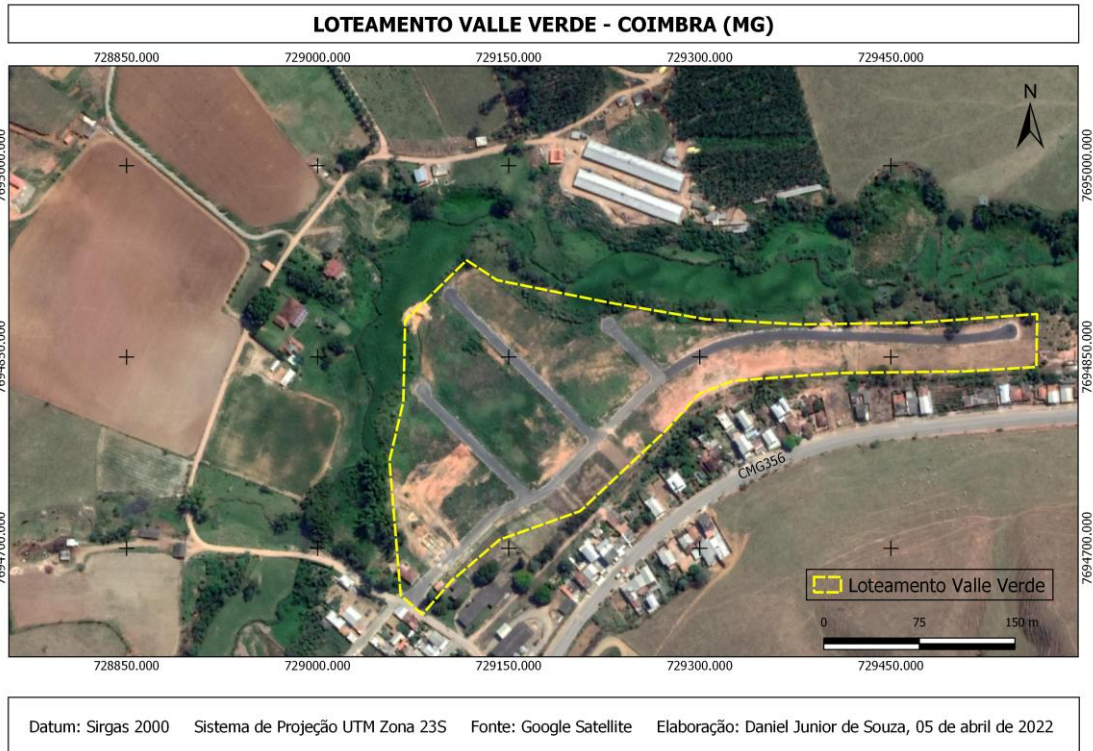
Figura 7 - Distrito Industrial e outros equipamentos urbanos de Coimbra (MG)



Fonte: IBGE, FJP. Organização do autor.

Ainda, movimentos significativos têm ocorrido ultimamente na cidade de Coimbra, sendo eles a abertura de vários loteamentos e construções de edifícios, contendo juntamente apartamentos residenciais e salas comerciais em alguns deles. Abaixo podem ser observadas imagens e fotos de alguns destes edifícios e loteamentos.

Figura 8 - Loteamento Valle Verde – Coimbra (MG)



Fonte: Google Satellite. Organização do autor.

Figura 9 - Loteamento sentido à zona rural Pedro Teixeira – Coimbra (MG)



Fonte: Google Satellite. Organização do autor.

Figura 10 - Loteamento no bairro São Sebastião – Coimbra (MG)



Fonte: Google Satellite. Organização do autor.

Figura 11 - Loteamento no bairro São Sebastião – Edificações



Fonte: O autor.

Figura 12 - Loteamento José Chequer – Coimbra (MG)



Fonte: Google Satellite. Organização do autor.

Figura 13 - Loteamento José Chequer – Edificações



Fonte: O autor.

Figura 14 - Compilação de Alguns Edifícios Construídos ou em Fase Final de Construção





Fonte: O autor.

Em relação aos loteamentos, dos que foram aqui exemplificados, dois deles estão mais avançados no que diz respeito à ocupação humana, enquanto os outros dois estão mais estagnados em sua ocupação. Os primeiros são o loteamento José Chequer e o loteamento no bairro São Sebastião. No loteamento José Chequer têm sido construídos edifícios de alto padrão arquitetônico, o que nos remete a inferir que as pessoas que tem comprado lotes e construído seus edifícios possuem maior poder aquisitivo. Logo, podemos considerar o bairro que compreende este loteamento, como um dos mais ricos da cidade. Neste loteamento ainda foi erguido o novo prédio da Câmara Municipal, inaugurada em dezembro de 2020.

O loteamento no bairro São Sebastião é outro que já está bem ocupado, porém, aqui as edificações não possuem um padrão arquitetônico tão alto como no loteamento José Chequer, sendo edificações mais simples. Infelizmente, desde a sua criação, tal loteamento não recebe a devida atenção do poder público, tendo, por exemplo, as suas ruas uma pavimentação com pedras irregulares e a presença de matos ao longo dos seus percursos.

O mesmo ocorre com o loteamento vizinho no sentido à zona rural Pedro Teixeira. Este, além de uma ocupação ainda muito reduzida, possui uma pavimentação com pedras irregulares, ruas com bastante matos e covas profundas quase que escondidas totalmente por eles em alguns pontos das ruas. A sensação que nos passa é de abandono por parte do poder público, ou mesmo da iniciativa privada, que em parceria com o primeiro poderiam buscar uma valorização desses loteamentos que, por sinal, são áreas interessantes para a expansão da mancha urbana de Coimbra, mas que dadas as circunstâncias atuais, não tem sido atrativas para mais investimentos.

Ainda, quanto às construtoras e incorporadoras de tais loteamentos, vale destacar algumas informações interessantes. A MVC Construtora e Incorporadora, atuando há mais de 50 anos no ramo de loteamentos e condomínios e sediada em Viçosa, é a empresa responsável pelo loteamento José Chequer, enquanto que a Imobiliária Chequer, com sede também em Viçosa, é a empresa que projetou o loteamento/residencial Valle Verde. Isso, além de reforçar o laço entre Viçosa e Coimbra, demonstra o papel de Coimbra na divisão territorial do trabalho, ou seja, podemos inferir que os excedentes de dinheiro dos rentistas de Viçosa estão corroborando com a estruturação de Coimbra.

Os outros dois loteamentos citados, o do bairro São Sebastião e o do sentido à zona rural Pedro Teixeira, não tiveram nenhuma construtora e incorporadora formalizada de modo transparente. Eles foram loteamentos idealizados pelos próprios donos das terras nas quais eles estão respectivamente inseridos.

Outro ponto que podemos destacar aqui e que podem ser observados nas imagens são as áreas cultiváveis e granjas presentes ao lado de alguns destes loteamentos, o que denota mais uma vez a proximidade e a forte interação do rural com o urbano nas cidades pequenas.

Quanto aos edifícios construídos ou em fase final de construção, exemplificados pelas fotografias da Figura 14, bem como outros que estão em fase inicial de construção, tornam-se equipamentos urbanos que tem contribuído com certa alteração da paisagem urbana e, por conseguinte, da estruturação da cidade e de sua forma urbana. Obviamente, se formos analisar sob o contexto de uma cidade média ou grande, tais edificações seriam irrisórias. Contudo, no contexto de uma cidade pequena, tais edificações chamam a atenção no conjunto da paisagem urbana, e no caso de Coimbra, como já dito, a construção destes tipos de edifícios tem se constituído em um movimento interessante na cidade.

Isto posto, a abertura de novos loteamentos e o surgimento de edificações com mais de três pavimentos permite-nos inferir que tem havido um crescimento da população urbana no município de Coimbra e uma maior complexidade da estruturação da cidade. Tem-se que as cidades pequenas, ao que parece, estão conseguindo absorver parte do êxodo rural e o crescimento de suas populações urbanas pode estar relacionado ainda a uma parcela de migração de retorno. Logo, percebe-se que a urbanização nos pequenos municípios tem apresentado uma intensificação considerável na atualidade (SOARES, 2018).

Dado esse ritmo relativamente mais acentuado de crescimento das áreas urbanas nas cidades pequenas, tem surgido novos desafios para a gestão das mesmas. Problemas devido ao crescimento urbano, tais como a ocupação de áreas alagáveis e encostas, desmatamento, problemas de saneamento básico, questões relacionadas ao tráfego de veículos e à violência urbana, vem surgindo também nas cidades pequenas (SOARES, 2018).

Inclusive Coimbra tem sofrido com esses problemas, como exemplos mais recentes podemos citar os seguintes episódios: alagamentos em diversos pontos da

cidade por conta da forte chuva na madrugada do dia 02 de janeiro de 2020; ocupação de encostas; explosão de agência bancária do Banco do Brasil numa tentativa de assalto na madrugada do dia 06 de setembro de 2021; assaltos a supermercados no dia 08 de abril de 2022.

Com base no que foi discutido neste capítulo, percebemos que Coimbra tem problemas semelhantes aos encontrados em cidades médias e grandes, todavia não tanto expressivos como nestas últimas. Logo, percebemos que Coimbra também possui desigualdades sociais, com bairros mais pobres e outros mais ricos, negligência por parte do poder público com algumas localidades, ocupação de encostas, alagamentos, violência urbana, entre outros. Vimos também que o setor agropecuário ainda permanece forte no município, sendo o segundo que mais contribui com o PIB municipal. Tal fato reflete inclusive nas grandes áreas cultiváveis e granjas presentes praticamente no perímetro urbano da cidade. Isso pode entrar na análise das formas urbanas e da estruturação da cidade, bem como os novos loteamentos e edifícios que tem contribuído com uma nova conformação da paisagem urbana de Coimbra, com suas particularidades e singularidades, assim como qualquer outra cidade.

Vale salientar que estes dados nos ajudam a caracterizar Coimbra e a sua posicionalidade na rede urbana, bem como delimitar as possíveis relações desta cidade com outras maiores e menores. Com isso, no próximo capítulo, procuramos abordar a inserção da cidade de Coimbra no seu contexto regional, explicitando o seu papel na região enquanto uma cidade pequena e suas relações com outras cidades da região, levando em consideração a divisão territorial do trabalho.

5 A INSERÇÃO DA CIDADE DE COIMBRA NO CONTEXTO REGIONAL

Para entendermos a inserção de uma cidade em seu contexto regional, assim como o seu papel na divisão territorial do trabalho, torna-se necessário analisar suas relações com as outras cidades do mesmo contexto regional, bem como com cidades de outras regiões. Lembrando que, como já discutido anteriormente, o estudo de cidades é indissociável ao de região.

Partindo desse pressuposto, neste capítulo procuramos entender a inserção de Coimbra em seu contexto regional. Para tanto, ele segue dividido em duas partes. Na primeira, intitulada “Coimbra e suas relações regionais”, procuramos explicitar qual o papel de Coimbra na região enquanto uma cidade pequena, trabalhando com a ideia de divisão territorial do trabalho e procurando demonstrar as relações de Coimbra com outras cidades da região para além da Região Geográfica Imediata de Viçosa, como Ubá e Visconde do Rio Branco. Mas nos voltaremos também para o papel de Coimbra na região imediata de Viçosa, uma vez que a hipótese é de que ela estabeleça relações mais próximas com as cidades deste recorte regional.

Na segunda parte, “Sintetizando o papel de Coimbra”, realizamos uma suma de tudo o que foi abordado, procurando abordar os pontos principais e a análise do papel de Coimbra no quadro regional e na rede urbana regional em que está inserida.

5.1 COIMBRA E SUAS RELAÇÕES REGIONAIS

De acordo com a tradição geográfica, um fator de grande importância para entender as cidades pequenas e médias diz respeito à análise das cidades a partir de suas relações regionais. Isso não significa que essa perspectiva não tenha importância para a compreensão de cidades grandes e metropolitanas, porém, acontece que nestes casos, a amplitude dos fluxos que se estabelecem ultrapassa em muito a escala regional das ações e dos movimentos (SPOSITO, 2010).

Desta forma, os estudos sobre as cidades pequenas e médias se estabelecem, via de regra, a partir da análise regional. Com isso, há um reconhecimento de determinadas cidades médias como cidades regionais que polarizam ou coordenam as cidades pequenas que estão em sua região (SPOSITO, 2010).

Isto posto, cidades pequenas de uma região ou inseridas em áreas geográficas que foram reconhecidas como regiões, seja por padrões políticos ou científicos, se

articulam atualmente com cidades maiores, desde médias a metropolitanas, localizadas ou não em sua região mais imediata (SPOSITO, 2010).

Deste modo, constata-se que Coimbra possui ligações com outras cidades para além da Região Geográfica Imediata de Viçosa, tendo maior destaque suas ligações com as cidades de Ubá e Visconde do Rio Branco, pertencentes a Região Geográfica Imediata de Ubá, que compõe a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora.

Para começar, Coimbra faz parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde de Ubá e Região (SIMSAÚDE). O SIMSAÚDE é uma instituição pública de direito público com a finalidade de prestar serviços de saúde, consultas e exames especializados, aos municípios consorciados (SIMSAÚDE, 2022). Além das cidades da região imediata de Ubá, integra o consórcio outras duas cidades da região imediata de Cataguases e três cidades da região imediata de Viçosa, sendo elas Ervália, Presidente Bernardes e Coimbra, conforme já dito, contabilizando ao todo 22 cidades consorciadas.

Assim como na saúde, a ligação de Coimbra com Ubá também se dá em relação à educação. Isto porque Coimbra está subordinada à Superintendência Regional de Ensino de Ubá (SRE-Ubá) e à Gerência Regional de Saúde de Ubá (GRS-Ubá). Lembrando que, segundo o que se encontra no site institucional da SRE-Ubá (2020), as SREs buscam desenvolver e coordenar políticas públicas de educação básica, inclusivas e de qualidade, garantindo as condições plenas para o funcionamento da rede pública, especialmente a rede estadual. Já as Superintendências e Gerências Regionais de Saúde têm como “finalidade garantir a gestão do Sistema Estadual de Saúde nas regiões do Estado, assegurando a qualidade de vida da população” (SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE - SES, 2021).

A relação de Coimbra com Visconde do Rio Branco também tem a saúde como o elo mais forte. Visconde do Rio Branco possui um tradicional hospital, o Hospital São João Batista, sendo ele uma referência em atendimentos mais complexos relacionados à área da saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA, 2019). Desta forma, casos que requerem pronto atendimento e serviços de urgência e emergência, que não seja possível saná-los no posto de saúde de Coimbra, na grande maioria das vezes são encaminhados para o Hospital São João Batista em Visconde do Rio Branco.

Ainda quanto à saúde, Coimbra faz parte de outro consórcio, sendo ele o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CIS-MIV), composto

atualmente por 10 municípios, todos eles da região imediata de Viçosa (CIS-MIV, 2022).

Foi possível descobrir ainda que Coimbra faz parte do Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga (CIMVALPI). De acordo com o que se encontra no site institucional do CIMVALPI (2022), tal consórcio é uma entidade de direito público com a finalidade de atender as demandas dos municípios consorciados, possuindo facilidade para administrar recursos públicos municipais, captá-los de outros entes da federação, realizar compras compartilhadas de produtos e serviços, por meio do registro de preços, garantindo assim economia, eficiência e agilidade nos serviços públicos municipais. O CIMVALPI conta atualmente com 44 municípios consorciados oriundos das Regiões Geográficas Intermediárias de Juiz de Fora e de Belo Horizonte (CIMVALPI, 2022).

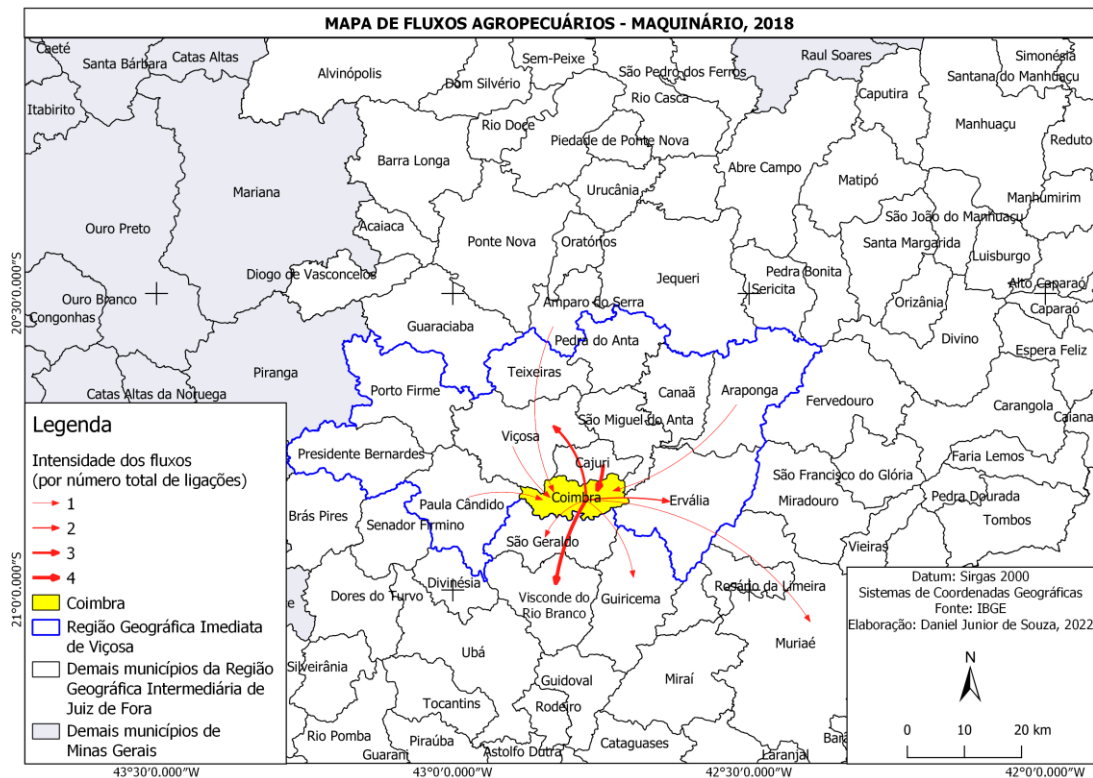
Coimbra ainda faz parte da Associação dos Municípios da Microrregião da Zona da Mata Norte (AMMAN), com sede em Viçosa (SILVEIRA, 2014).

O estudo do IBGE, Regiões de Influência das Cidades – REGIC (IBGE, 2020), ainda nos trouxe informações importantes que nos ajudam a compreender a inserção de Coimbra em seu contexto regional, e logo, seu papel na divisão territorial do trabalho. Desta forma, estudos sobre os fluxos agropecuários, as ligações entre municípios e a atração dos mesmos foram utilizados para a análise e os dados organizados no mapa e nas tabelas que seguem. Convém ressaltar ainda que tivemos o cuidado de deixar as células que representam a relação de Coimbra com cidades fora de sua região imediata e até mesmo de sua região intermediária, levemente destacadas em verde oliva.

Primeiramente, quanto aos fluxos agropecuários, o objetivo do estudo do IBGE foi a investigação dos fluxos entre municípios gerados pela origem dos insumos (como adubos, fertilizantes, vacinas e sementes), maquinário e implementos agrícolas (incluindo ferramentas), serviços técnicos especializados e destino da produção dos principais produtos agropecuários como articuladores de redes próprias, influenciando a hierarquização urbana, sobretudo nas regiões de forte produção agropecuária (IBGE, 2020).

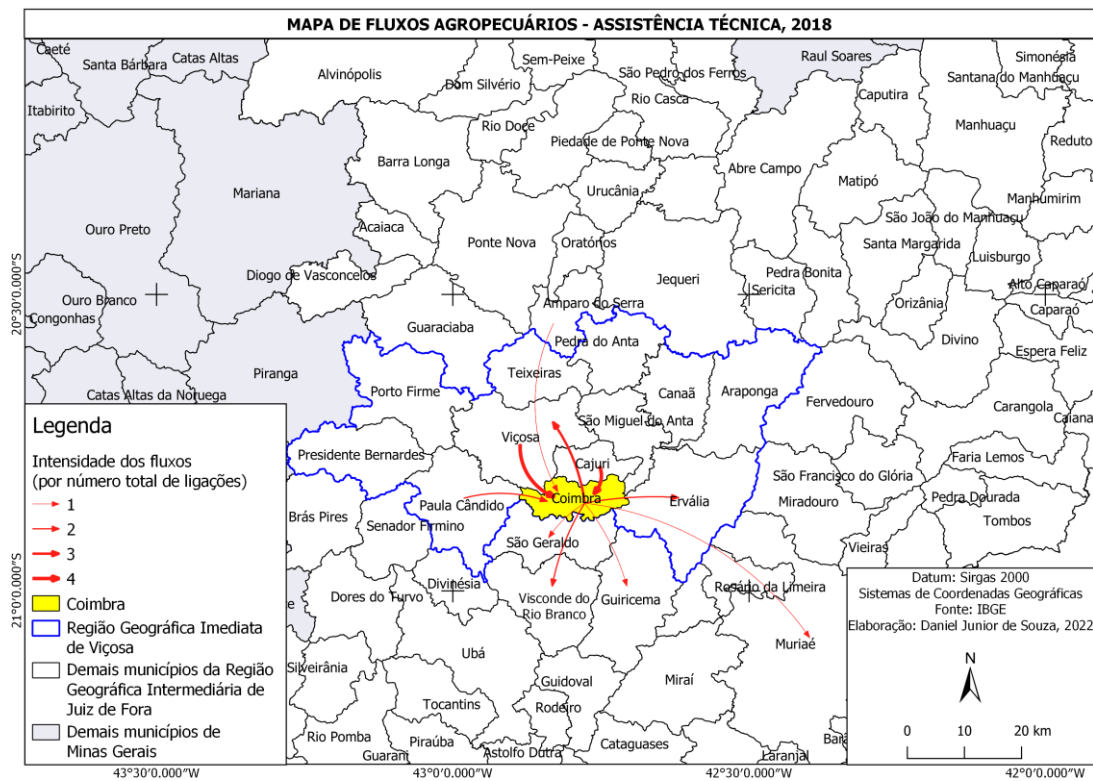
A partir disso, elaboramos alguns mapas de fluxos agropecuários com relação à Coimbra (Figura 15 a 18). Para a confecção deles, levamos em consideração apenas o número total de ligações que um município mantém com Coimbra para cada categoria investigada pelo IBGE, isto é, origem dos insumos, maquinário, assistência técnica e

Figura 16 - Mapa de fluxos agropecuários - maquinário, 2018



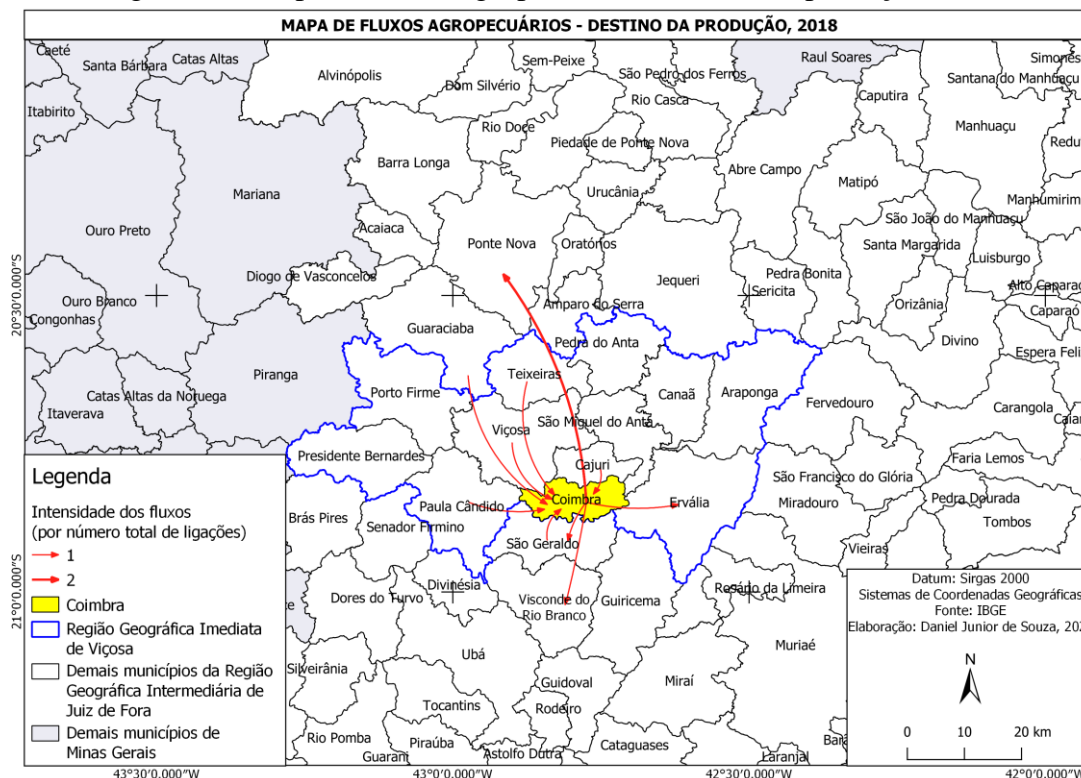
Fonte: IBGE. Organização do autor.

Figura 17 - Mapa de fluxos agropecuários - assistência técnica, 2018



Fonte: IBGE. Organização do autor.

Figura 18 - Mapa de fluxos agropecuários - destino da produção, 2018



Fonte: IBGE. Organização do autor.

Observando os mapas, torna-se perceptível que, segundo os dados divulgados pelo IBGE (2020), Coimbra mantém ligações apenas com cidades da região intermediária de Juiz de Fora, e principalmente com cidades vizinhas, em relação a fluxos agropecuários. No entanto, para mais detalhes destas ligações, conferir os Apêndices A a D.

Para além da sua região imediata, algo que destaca é a totalidade da produção de frango de corte em Coimbra destinada à Visconde do Rio Branco e a totalidade da produção de suínos em Coimbra destinada à Ponte Nova, o que pode ser melhor verificado no Apêndice D. Tais fatos podem ter algumas explicações. No primeiro caso, em Visconde do Rio Branco, está presente a Pif Paf, grande indústria do ramo alimentício e de frigoríficos na região. Logo, a produção de frango de corte pelos produtores coimbrenses, deve ser destinada a essa indústria. No segundo caso, Ponte Nova possui frigoríficos de grande porte como a Saudali, especializada em alimentos a base de carne suína, além de lá está a sede da Cooperativa dos Suinocultores de Ponte Nova e Região. Com isso, podemos inferir que Ponte Nova, com tais frigoríficos e cooperativa, deve exercer uma influência sobre a produção de suínos em Coimbra,

importando a totalidade de sua produção, levando em consideração ainda que as duas cidades estão próximas uma da outra.

Isto posto, percebemos que Coimbra é fonte de matéria prima para algumas grandes indústrias localizadas em cidades maiores da região, como Visconde do Rio Branco e Ponte Nova, mas por outro lado, em algumas situações precisa também recorrer a outras cidades, para a busca de insumos e assistência técnica, por exemplo. Aqui, já é possível notar um papel de Coimbra na região, o de fornecedora de produtos primários para cidades maiores.

A REGIC (IBGE, 2020), considerando a pertinência do recorte político-administrativo do município como ente federativo que formula e executa políticas públicas, divulgou ainda bases de dados com informações dos questionários para quase a totalidade dos municípios, expandindo a publicação de informações para além do recorte territorial da cidade.

O questionário foi aplicado com o intuito de levantar os principais destinos dos moradores quando estes se deslocam para busca de bens e serviços em outros municípios. Desta forma, a unidade espacial da pesquisa é a cidade, podendo ser constituída por municípios isolados ou por Arranjos Populacionais – recorte composto por dois ou mais municípios fortemente integrados (IBGE, 2020).

Logo, a disponibilização dos dados propõe ao usuário a possibilidade de investigar fenômenos de articulação de municípios dentro de Arranjos Populacionais, analisar o comportamento de subcentralidades dentro de um mesmo aglomerado urbano, assim como permitir um nível de detalhe maior do papel de determinado município na rede urbana em que está inserido (IBGE, 2020).

Isto posto, a Tabela 7 apresenta as ligações de Coimbra com outros municípios, ora sendo município de origem, ora sendo município de destino, constando os respectivos percentuais de citação para as questões selecionadas do questionário, além do percentual total ponderado para esses destinos.

Tabela 7 - Ligações entre municípios, 2018.

Município de origem	Município de destino	Percentual estimado de participação do destino sobre o total de deslocamentos dos moradores do município de origem para								Percentual estimado de participação do município de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo partindo do município de origem	Percentual estimado de participação do destino sobre o total de deslocamentos dos moradores do município de origem para busca de bens e serviços em outros municípios
		compra de vestuário e calçados	compra de móveis e eletroeletrônicos	saúde de baixa e média complexidades	serviços de saúde de alta complexidade	ensino superior	atividades culturais	atividades esportivas	aeroporto		
Cajuri	Coimbra	8,333333	—	—	—	—	6,666667	—	—	—	0,015
Ervália	Coimbra	—	—	—	—	—	—	8,333333	—	41,41689	0,04975
Viçosa	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	—	25,61983	0,02562
Coimbra	Viçosa	83,33333	70	55	28,33333	93,33333	36,66667	33,33333	—	38,52527	0,538525
Coimbra	Ervália	13,33333	6,666667	—	—	—	16,66667	6,666667	—	12,59321	0,055927
Coimbra	Teixeiras	—	—	—	—	—	13,33333	—	—	—	0,013333
Coimbra	Araponga	—	—	—	—	—	—	5	—	—	0,005
Coimbra	Cajuri	—	—	—	—	—	—	5	—	—	0,005
São Geraldo	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	—	17,82787	0,019809
Ubá	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	—	13,92919	0,013929
Visconde do Rio Branco	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	—	20,2138	0,020214
Coimbra	Ubá	1,666667	16,66667	25	35	3,333333	13,33333	16,66667	—	19,88401	0,131551
Coimbra	Visconde do Rio Branco	1,666667	—	20	23,33333	3,333333	16,66667	—	—	17,23281	0,082233
Coimbra	Juiz de Fora	—	—	—	—	—	—	—	40	11,76471	0,051765
Coimbra	São Geraldo	—	6,666667	—	—	—	3,333333	—	—	—	0,01
Coimbra	Muriae	—	—	—	8,333333	—	—	—	—	—	0,008333
Coimbra	Belo Horizonte	—	—	—	5	—	—	33,33333	43,33333	—	0,081667
Coimbra	Rio de Janeiro	—	—	—	—	—	—	—	16,66667	—	0,016667

Fonte: REGIC (IBGE, 2020).

A partir da observação destes dados, podemos notar ligações mais fortes de Coimbra com outras quatro cidades: Viçosa, Ervália, Ubá e Visconde do Rio Branco. Destas quatro principais ligações, o destaque maior fica para a ligação de Coimbra com Viçosa. Esta, cidade polo de sua região imediata, é a que atrai o maior percentual de coimbrenses para busca de bens e serviços em outros municípios. Podemos inferir que Coimbra é polarizada pela cidade de Viçosa, sendo o destino de maior expressão para os coimbrenses para a compra de vestuários e calçados, de móveis e eletroeletrônicos, para busca de serviços de saúde de baixa e média complexidades e para busca por ensino superior. Este último caso possivelmente é influenciado pela UFV e outras importantes faculdades particulares presentes em Viçosa.

Ervália é outro município da região imediata de Viçosa com o qual Coimbra possui ligações consideráveis, destacando a busca por atividades culturais. Isso pode ocorrer em razão de Ervália possuir uma população maior do que a de Coimbra, sendo estimada em 19.019 pessoas (IBGE, 2021), sendo a segunda cidade mais populosa da

região imediata de Viçosa. Desta forma, uma população maior pode indicar mais atividades culturais, como festas, por exemplo, destacando a festa da cidade, referente ao aniversário do município.

Ubá e Visconde do Rio Branco, ambas pertencentes à região imediata de Ubá, são outras cidades com as quais Coimbra mantém ligações mais fortes, destacando a busca por serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades, como mesmo já foi abordado em momento anterior. Dentre essas duas, Ubá é a cidade com a qual Coimbra possui mais relações, sendo a cidade polo de sua região imediata, podendo ainda destacar o deslocamento dos moradores de Coimbra para a compra de móveis e eletroeletrônicos em Ubá, levando em consideração ser esta um polo moveleiro de destaque.

A partir desta análise, a Tabela 8 apresenta de forma geral a atração que o município de Coimbra exerce sobre outras localidades. Se faz necessário aqui explicar de forma breve o que vem a ser o Índice de Atração proposto pela REGIC. Para tal, o percentual indicado nos questionários foi base para a sua construção para cada cidade (IBGE, 2020). Ainda segundo a REGIC (IBGE, 2020, p. 73),

Esse índice foi calculado a partir da população residente nos Municípios entrevistados e o percentual dos destinos:

$$IA_j = (Pa * \%a \rightarrow j + Pb * \%b \rightarrow j + \dots + Pn * \%n \rightarrow j)$$

Onde:

IA é o Índice de Atração da Cidade J;

Pa é a população da Cidade A; e

$\%a \rightarrow j$ é o percentual atribuído pela Cidade A ao destino j.

Por exemplo, as Cidades A e B, cada uma com 100 mil habitantes, mencionam a J como destino com, respectivamente, 50% e 10%. O Índice de Atração da Cidade J será a soma de (100 mil x 0,5) e (100 mil x 0,1), resultando em 60 mil. Esse valor não corresponde ao número de pessoas que efetivamente se deslocam à Cidade J, mas oferece um parâmetro comparativo da atração entre diferentes Cidades.

Tabela 8 - Atração do município de Coimbra – MG, 2018.

Índice de atração geral como destino para moradores de outros municípios para consumo de bens e serviços	Índice de atração como destino para moradores de outros municípios para								Índice de atração do município de destino sobre os mais frequentes de transporte público coletivo
	compra de itens de calçados e vestuário	compra de móveis e eletroeletrônicos	serviços de saúde de baixa e média complexidades	serviços de saúde de alta complexidade	ensino superior	atividades culturais	atividades esportivas	aeroporto	
5687,016	333,5	0	0	0	0	266,8	1569,083	0	54459,82

Fonte: REGIC (IBGE, 2020)

Com a observação destes dados, percebemos que Coimbra é uma cidade que exerce baixa atração para moradores de outros municípios para consumo de bens e serviços, evidenciando que sua influência se dá de forma restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo ainda atrair alguma população moradora de outras cidades para temas específicos, porém nada sendo tão relevante que a torna destino principal de outra cidade (IBGE, 2020). Coimbra ainda, assim como outros centros locais, apresenta fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, fazendo com que outros centros urbanos de maior hierarquia se tornem referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, assim como o acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial (IBGE, 2020).

A REGIC (IBGE, 2020) ainda analisou os dados em termos de ordem das ligações entre as cidades, variando entre 1 e 3. Logo, ligações de ordem 1 são as maiores, isso implica que nestes casos há um maior fluxo entre duas cidades, e representa ainda uma maior dependência de uma cidade para a cidade destino analisada. Por outro lado, ligações de ordem 3 são mais fracas, estabelecendo menor dependência entre as cidades analisadas (CASTRO, 2020; IBGE, 2020).

Tem-se ainda que quanto maior o número total de ligações, principalmente se forem de ordem 1 e 2, maior será o nível de relacionamento destas cidades, o que nos permite inferir uma maior dependência da cidade de origem para a cidade de destino (CASTRO, 2020; REGIC, 2018). Dito isso, na Tabela 9 que segue, podemos observar as ligações de Coimbra com outras cidades ou arranjos populacionais e suas respectivas ordens. Tais dados comprovam a intensa ligação de Coimbra com Viçosa, sendo majoritária sobre as demais ligações, e prova ainda a polarização da última sobre a primeira.

Tabela 9 - Ligações entre cidades, 2018.

Cidade de origem	Cidade de destino	Ligação de ordem 1, 2 ou 3 para								
		compra de vestuário e calçados	compra de móveis e eletroeletrônicos	saúde de baixa e média complexidades	saúde de alta complexidade	ensino superior	atividades culturais	atividades esportivas	transporte público	para aeroporto
Arranjo Populacional de Viçosa	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Ervália	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	1	—
São Geraldo	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Visconde do Rio Branco	Coimbra	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Coimbra	Arranjo Populacional de Viçosa	1	1	1	2	1	1	1	1	—
Coimbra	Arranjo Populacional de Juiz de Fora	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Coimbra	Arranjo Populacional de Ubá	—	—	—	1	—	—	—	—	—
Coimbra	Visconde do Rio Branco	—	—	—	3	—	—	—	—	—
Coimbra	Arranjo Populacional de Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—	2	—	1

Fonte: REGIC (IBGE, 2020).

Um dado que chama atenção aqui é a ligação de ordem 1 que Coimbra possui com Ubá na busca por serviços de saúde de alta complexidade, fazendo com que a ligação de Coimbra com Viçosa com este mesmo objetivo seja de ordem 2. Com isso, percebemos que nesse cenário há uma perda de importância da ligação entre Coimbra e Viçosa quando os coimbrenses procuram por serviços de saúde de alta complexidade.

Tendo em vista o que foi apresentado até aqui, podemos discutir sobre centralidade interurbana. Segundo Sposito (2010), o estudo da centralidade interurbana é colocado em aberto tanto pelas relações entre cidade e região, como pelas articulações entre o rural e o urbano. Para ela, a respeito das cidades pequenas e médias, esse tema é importante uma vez que a força da cidade média possui relação direta com o número de cidades pequenas que lhes são tributárias, bem como com a qualidade dos papéis econômicos que elas desempenham, podendo ser uma relação de ordem direta ou inversa.

Existem cidades médias que desempenham papéis regionais, relativamente a um grande número de cidades pequenas, cujas atividades econômicas (mesmo que a agropecuária seja dominante) estão fortemente sediadas em termos de origem dos capitais e de poder político, tanto nas escalas local quanto regional. Quando isso ocorre, as cidades pequenas são fortalecidas, tanto quanto a cidade média, já que ampliará seus

papéis de intermediação entre as menores e as maiores na rede urbana. Desta forma, a diversificação agropecuária e as estruturas fundiárias menos concentradas são importantes elementos que contribuem com a manutenção do vigor das cidades pequenas, mesmo que os papéis mais importantes estejam centralizados na cidade média. Assim, pode-se afirmar que a relação é de ordem direta, uma vez que quanto mais se ampliam os papéis das cidades pequenas, mais são reforçados os da cidade média que as polariza, podendo suportar o desenvolvimento de atividades industriais ou comerciais e de serviços (SPOSITO, 2010).

Por outro lado, quando as cidades médias exercem centralidade interurbana sobre um número grande de cidades pequenas, caracterizadas por estruturas fundiárias mais concentradas, produtivas ou não, voltadas à agricultura ou à pecuária, observam-se dinâmicas de centralização econômica e política em favor das cidades médias e em detrimento das pequenas. Logo, aqui a relação é de ordem inversa, ou seja, quanto mais perdem as cidades pequenas, mais ganham as cidades médias. Assim, o crescimento da maior cidade regional resulta em grande parte da debilidade demográfica e econômica, isto é, da capacidade de consumo das cidades pequenas (SPOSITO, 2010).

Em linhas gerais, neste último caso temos a centralidade interurbana monocêntrica, enquanto que o primeiro caso se aproxima da centralidade interurbana difusa ou policêntrica (SPOSITO, 2010). Ainda segundo a autora, numa centralidade interurbana policêntrica, uma cidade média que está em território altamente integrado à economia capitalista possuirá, relativamente, poucas cidades pequenas que comanda. Logo, a centralidade é policêntrica, pois as espacialidades podem ser constituídas tanto por relações de competição como de cooperação.

Isto posto, é possível compreender que a relação de Coimbra com outras cidades da região, principalmente com Viçosa, se aproxima da centralidade interurbana monocêntrica, com Viçosa exercendo tal centralidade. Desta forma, quando as economias das cidades pequenas atendem mais a interesses de capitais de pequeno e médio porte ou que são organizados por eles, as cidades médias que polarizam essas pequenas são consideradas cidades regionais, estando articuladas ao sistema urbano por fluxos de tipo hierárquico, ou seja, os papéis intermediários que são exercidos por elas são através de relações de natureza próxima, já que cidades pequenas demandam seus serviços, enquanto elas estabelecem fluxos com os maiores centros de produção e consumo, em favor de sua região (SPOSITO, 2010).

Tem-se que quanto mais frágil o sistema urbano, seja ele constituído por menor número de cidades e/ou por cidades que possuem poucos papéis urbanos, mais ampla será a área sob o comando de uma cidade média considerada como regional. Logo, a centralidade interurbana é de estrutura monocêntrica, já que as espacialidades são constituídas por dinâmicas de centralização econômica e política na referida cidade média (SPOSITO, 2010).

Tem-se com isso, portanto, que Viçosa é esta cidade média considerada como regional, concentrando papéis econômicos e políticos de maior relevância, numa região caracterizada pela fragilidade econômica dos demais municípios, todos pequenos, e aqui se inclui Coimbra, sendo polarizados por Viçosa.

5.2 SINTETIZANDO O PAPEL DE COIMBRA

Com base no que foi discutido no decorrer deste capítulo, podemos perceber que Coimbra mantém relações com cidades pertencentes à sua região imediata, bem como com outras cidades de outras regiões imediatas, sobretudo da região imediata de Ubá. Foi possível perceber também que são três as principais cidades que Coimbra mantém ligações mais fortes, sendo elas: Viçosa, Ubá e Visconde do Rio Branco.

A ligação de Coimbra com Viçosa se dá por vários motivos: compra de vestuário e calçados, compra de móveis e eletroeletrônicos, busca por serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades, ensino superior, atividades culturais e esportivas, e transporte público. Destes motivos, destacam-se a busca por ensino superior, a compra de vestuário e calçados e de móveis e eletroeletrônicos, nesta ordem. Isso se deve pelo fato de Viçosa ser uma cidade média e polo de uma região imediata (BARROS, 2020) e, portanto, se comparada a Coimbra, possui uma melhor gestão do território e consequentemente mais ofertas de bens e serviços, inclusive instituições de ensino superior, tanto pública quanto privadas. Segundo o REGIC, vimos que praticamente todas as ligações de Coimbra com Viçosa são de primeira ordem, indicando uma maior dependência de Coimbra para com Viçosa.

Já a ligação de Coimbra com Ubá e Visconde do Rio Branco, ocorre mais frequentemente pela busca por serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades, sendo inclusive uma ligação de primeira ordem com Ubá em relação a serviços de saúde de alta complexidade, justamente a única ligação de segunda ordem que Coimbra mantém com Viçosa. Nesse cenário, podemos dizer que há uma perda de importância da

ligação de Coimbra com Viçosa quando os coimbrenses procuram por serviços de saúde de alta complexidade. Outra ligação que podemos destacar entre Coimbra e Ubá, diz respeito à compra de móveis e eletroeletrônicos, podendo isso ser explicado pela razão de Ubá ser um importante polo moveleiro.

Logo, podemos afirmar que Coimbra recebe a influência de duas cidades médias e polos de suas respectivas regiões imediatas, tornando-se esse um caso interessante. Ainda, vimos que as ligações de Coimbra com outras cidades são majoritariamente unidirecionais, isto é, Coimbra sendo o município de origem dos deslocamentos. Isso reflete nos baixos índices de atração de Coimbra como sendo o destino para moradores de outros municípios para o consumo de bens e serviços.

Isto posto, Coimbra se insere no quadro regional como fornecedora de mão de obra e abastecedora do mercado de Viçosa, principalmente. Silveira (2014) também chegou à mesma conclusão quando analisou a região imediata de Viçosa. Segundo ela, as análises realizadas constataram que os serviços e funções desempenhadas pelas cidades pequenas da referida região imediata não exercem domínio sobre outras, possuindo influência apenas no nível local e, logo, a economia destas cidades pequenas não promove a cooperação e troca entre elas.

Tem-se então que Viçosa supre as demandas de primeira ordem dos municípios ao seu redor, o que gera “em sua direção um fluxo de pessoas em busca de oportunidades de emprego e de serviços de educação e saúde, que trabalham e consomem na cidade, movimentando sua economia” (SILVEIRA, 2014, p. 90).

Coimbra também se aproxima mais de um dos tipos ideias de cidades pequenas proposto por Corrêa (2011), que seriam as cidades pequenas classificadas como subúrbios-dormitório. Tais cidades “constituem, em muitos casos, o resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão” (CORRÊA, 2011, p. 12). Guardadas as devidas proporções, no nosso caso, Viçosa representaria essa grande cidade em crescimento e expansão.

Corrêa (2011, p. 12) termina sua análise dizendo que

Estas pequenas cidades localizam-se a uma distância próxima que viabiliza migrações pendulares daqueles que ali vivem mas trabalham na cidade maior. O mercado de trabalho da cidade em expansão, a acessibilidade e a perda do papel de lugar central de núcleos que foram afetados pela valorização da terra para fins urbanos em detrimento de usos agrícolas, parecem explicar a transformação dessas pequenas cidades. As relações com o mundo rural se fazem de duas maneiras, ou porque atraem mais excedentes rurais ou porque em suas

proximidades há sítios de fim-de-semana de habitantes da grande cidade. Localizam-se sobretudo no Centro-Sul.

Isto pode ser aplicado a Coimbra, uma vez que ela se localiza a uma distância próxima de Viçosa, viabilizando migrações pendulares daqueles que nela vivem, mas trabalham, estudam e/ou buscam outros serviços em Viçosa. Além das relações com o mundo rural como Corrêa (2011) propôs, devemos lembrar ainda, conforme analisado no capítulo quatro, que os excedentes de dinheiro dos rentistas de Viçosa estão corroborando com a estruturação de Coimbra, como vimos a respeito dos novos empreendimentos de loteamentos na cidade.

Ainda, segundo Santos (1993), as cidades locais se especializam tanto mais quanto na região imediata respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho. Assim, quanto mais intensa a divisão do trabalho numa região, tanto mais especializações urbanas as cidades terão, e logo, as funções serão mais distribuídas entre elas, não havendo o acúmulo de funções em uma cidade só.

Por outro lado, nas regiões onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, tem-se uma acumulação de funções numa mesma cidade e, como consequência, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes uma das outras (SANTOS, 1993).

Portanto, em linhas gerais é possível afirmar que a região imediata de Viçosa possui uma divisão territorial do trabalho menos densa, o que contribui com a acumulação de funções na cidade de Viçosa. Logo, Coimbra e as demais cidades pequenas da região imediata, não possuem especializações urbanas de grande relevância e acabam sendo polarizadas por Viçosa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo, os esforços se voltaram para os estudos sobre cidades grandes, enquanto as médias e pequenas eram deixadas ao esquecimento. Todavia, esse cenário começou a mudar nos últimos anos, quando as cidades pequenas começaram também a obter a atenção dos pesquisadores em suas análises geográficas em função das alterações no processo de urbanização, tais como aumento da população urbana e do recebimento de fluxos da rede urbana, em outras palavras, maior inserção no modo capitalista de produção do espaço. Contudo, os estudos sobre as cidades pequenas ainda são pouco se comparados aos estudos sobre as cidades grandes e médias, levando-nos à necessidade de que mais e mais estudos sejam voltados às cidades pequenas, uma vez que elas são a maioria no cenário nacional, bem como possuem um considerável contingente populacional.

Ainda, a tarefa de conceituar cidades pequenas não é fácil. O entendimento acerca da conceituação das mesmas leva em consideração aspectos quantitativos e qualitativos, sendo que as abordagens quantitativas levam em conta patamares mínimos e máximos de habitantes, enquanto as qualitativas consideram as relações e influências na região e nas redes urbanas. Isto posto, percebe-se que o viés quantitativo e o qualitativo precisam ser correlacionados, ou seja, embora possam nortear os estudos, o viés quantitativo apenas não é suficiente para a conceituação de cidades pequenas, como muitas vezes fazem o senso comum, devendo sempre buscar uma interpretação qualitativa das mesmas também, em uma análise de natureza relacional.

Assim, os estudos sobre as cidades são indissociáveis aos de região. Logo, estudar uma cidade pequena, implica também estudar a região na qual ela está inserida. Para analisarmos o papel de Coimbra enquanto uma cidade pequena, foi necessário, ainda que de forma breve, analisarmos também a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora e a Região Geográfica Imediata de Viçosa, além de considerarmos cidades da Região Geográfica Imediata de Ubá, em função da proximidade de Coimbra para com elas.

Tal análise partiu de um estudo histórico, no qual vimos que a Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, muito correspondente a até então Zona da Mata, denominação que perdurou até 2017, possuía a economia cafeeira como seu carro-chefe no início do século XIX, sendo ainda a região que chegou a representar quase a totalidade da produção cafeeira do estado de Minas Gerais. Contudo, com a

crise cafeeira, a região passou a enfrentar uma estagnação econômica, sendo até hoje uma das menos desenvolvidas do estado.

Vimos ainda que Juiz de Fora sempre exerceu o papel de capital regional para a região, mas com o declínio da economia cafeeira levando à estagnação econômica da cidade, como também de toda a região, obrigou toda ela a buscar seu desenvolvimento em outros setores da economia, permitindo com que cidades de maior destaque no contexto regional assumissem a centralidade em detrimento a espaços menos complexos.

Foi então em 2017, com o intuito de apreender a constante articulação entre as cidades, muito comum atualmente, dado o intenso processo de globalização ao qual atravessamos, que o IBGE atualizou a regionalização do Brasil passando a considerar os atuais processos socioeconômicos e os fluxos de pessoas e capitais, principalmente relacionados ao setor de bens e serviços. Assim, o Brasil foi dividido em regiões geográficas intermediárias e regiões geográficas imediatas, em que as primeiras muito se identificam com as antigas mesorregiões e as segundas com as antigas microrregiões. Sendo que as regiões geográficas intermediárias são responsáveis pela organização do território a partir de um polo de hierarquia superior, que possui serviços e funções urbanas mais complexos, enquanto as regiões geográficas imediatas são estruturadas a partir de centros urbanos próximos que atendem as necessidades mais imediatas de suas respectivas hinterlândias.

Desta forma, Coimbra insere-se na Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, que é dividida em 10 regiões geográficas imediatas, sendo uma delas a Região Geográfica Imediata de Viçosa, caracterizada por estagnação econômica e sendo aquela na qual Coimbra se insere num contexto imediato.

Para compreendermos o papel de Coimbra, ainda foi necessário abordar outros conceitos como o de estruturação urbana e estruturação da cidade. A primeira se refere a processos que ocorrem nas escalas meso e macro, isto é, que estão correlacionados com a rede urbana, já a segunda se relaciona aos processos que ocorrem em escala micro, isto é, que se referem à escala da cidade.

Desta forma, foi possível analisarmos Coimbra mais especificamente, uma cidade que é cortada por rodovias e por uma ferrovia, hoje desativada, além de abrigar a nascente do Rio Turvo Sujo, elementos importantes que influenciaram a forma urbana da cidade e, por conseguinte, a sua estruturação. Bem como o fato de Coimbra ter sido

durante muito tempo distrito de Viçosa, mas que mesmo depois de sua emancipação, continuou com os laços de dependência com a cidade viçosense, mantendo assim uma posição de dependência com o polo regional e ratificando também o seu papel de cidade pequena na divisão territorial do trabalho.

Contudo, desde a sua emancipação, Coimbra vem apresentando alguns avanços, sendo que os mais recentes, e que tem contribuído com um novo padrão de sua estruturação, refere-se aos empreendimentos de loteamentos e as construções de edifícios com três ou mais pavimentos, mas ainda assim, não deixando de estar ligada à Viçosa, uma vez que dois destes novos loteamentos são empreendimentos de empresas viçosenses.

Assim, a urbanização que Coimbra vem experimentando acentua alguns problemas encontrados na cidade, tais como desigualdades sociais, com bairros mais pobres e outros mais ricos, negligência por parte do poder público com algumas localidades, ocupação de encostas, alagamentos, violência urbana, dentre outros. Também foi possível verificar que o setor agropecuário ainda permanece forte no município, sendo o segundo que mais contribui com o PIB municipal (o primeiro é o setor de serviços) e tendo o tomate como o principal produto. Tal fato reflete inclusive nas grandes áreas cultiváveis e granjas que estão presentes praticamente no perímetro urbano da cidade. Uma relação urbano-rural comum em muitas cidades pequenas.

Por fim, os resultados alcançados corroboraram com a hipótese sugerida no início do trabalho de que Coimbra possua uma relação de subordinação e dependência com cidades mais complexas no que diz respeito à gestão do território, como Viçosa, Ubá e Visconde do Rio Branco, mas principalmente com a primeira, com a qual as ligações são praticamente todas de primeira ordem, sugerindo que os fluxos de Coimbra para Viçosa são muitos e intensos. Tais relações ainda tornam o caso de Coimbra algo interessante, já que ela mantém ligações fortes com duas cidades polos de regiões imediatas distintas, a saber: Viçosa e Ubá.

A relação de subordinação e dependência com centros maiores ainda é constatada no fato de Coimbra exercer baixa atração para moradores de outras localidades para consumo de bens e serviços, o que evidencia uma influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo ainda atrair alguma população moradora de outras cidades, mas nada que seja tão relevante que a torne destino principal de outra cidade. Isso ainda pode ser evidenciado nas ligações de Coimbra com outras cidades,

que na grande maioria são unidirecionais, com Coimbra sendo o município de origem dos deslocamentos.

Tem-se ainda que, como Coimbra apresenta fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, faz com que centros urbanos de maior hierarquia se tornem referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como o acesso a atividades do poder público, estudos e trabalho.

Assim, este trabalho surge como uma contribuição para o estudo de cidades pequenas, porém, gostaríamos de frisar que os estudos sobre essa categoria de cidades não estão esgotados, muito pelo contrário, há ainda muito para ser estudado. O universo de cidades pequenas no Brasil é enorme, e elas, mesmo que com suas histórias e dinâmicas atuais particulares (e isso é o que as fazem diversas e complexas), também estão inseridas, articuladas e conectadas à rede urbana, sendo também influenciadas pelo modo de produção capitalista e pela globalização, exercendo assim seus respectivos papéis nos respectivos contextos regionais. Tudo isso torna as cidades pequenas importantes objetos de pesquisas geográficas, bem como de outras áreas da ciência, que busquem contribuir com projetos de melhoria da qualidade de vida para aqueles que nelas vivem.

REFERÊNCIAS

ACERO AGRONEGÓCIOS. Inicial. Quem Somos. Disponível em: <https://www.acerogronegocios.com.br/>. Acesso: 15/04/2022.

ANDRADE, I. L. **Aplicação do modelo de zoneamento morfológico-funcional para o estudo do espaço intraurbano de cidades médias: análise da cidade de Viçosa-MG**. 75p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Viçosa (MG), 2015.

BALTAZAR, Geraldo Magela. **Coimbra, sua história e sua gente**. 1ª ed. Coimbra, 1996.

BARROS, Samarane Fonseca de Souza. Elementos para análise da relação cidade – região: estudo de caso de uma cidade pequena em posição de contato entre duas cidades médias mineiras. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 163 – 179, 2016.

_____. Cidade média e região: Análise a partir da Região Intermediária de Juiz de Fora. XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. **Anais...**, Natal/RN, 2019, pp. 01- 19.

_____. **Análise comparativa de três cidades médias mineiras: Ponte Nova, Viçosa e Ubá no contexto da rede urbana da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG**. 2020. 194 f. Dissertação (mestrado acadêmico) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós Graduação em Geografia, Juiz de Fora, 2020.

_____. Da Zona da Mata/MG à Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora/MG: continuidades e descontinuidades nas propostas de regionalização do IBGE. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia/MG, v. 22, n. 80, p. 15-33, abr./2021.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. 347 p.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARANGOLA. Município. Disponível em: <https://www.camaracarangola.mg.gov.br/a-cidade/municipio>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

CASTRO, Alexandre. REGIC 2018 – Regiões de Influência das Cidades. **Rede Urbana**, 26/06/2020. Disponível em: <https://aredeurbana.com/2020/06/26/regic-2018-regioes-de-influencia-das-cidades/>. Acesso em: 25/05/2022.

CIMVALPI. O que é. Disponível em: <https://cimvalpi.mg.gov.br/cimvalpi/o-que-e>. Acesso em: 10/05/2022.

CIS-MIV. Quem somos. Disponível em: <https://cismiv.mg.gov.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 10/05/2022.

COCATO, Guilherme Pereira. Estruturação da cidade e incorporação urbana: uma leitura a partir da expansão físico-territorial de Londrina-PR. **GeoTextos**, v. 17, n. 2, p. 37-63, dez. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. - jun., 1999.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 30, pp. 05 - 12, 2011.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505 p. Tese (Produção do espaço urbano) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2006.

_____. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. *In: BOVO, Marcos Clair; COSTA, Fábio Rodrigues da (orgs.) Estudos Urbanos: conceitos, definições e debates*. Unespar/Campo Mourão: Fecilcam, 2017. p. 33-53.

FARIA, Weslem Rodrigues *et al.* Estrutura socioeconômica, vantagens competitivas e padrão regional: avaliando as disparidades da Zona da Mata de Minas Gerais em 2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (RBERU)**, vol. 12, n. 1, pp. 51-73, 2018.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Georaguaia**, Barra do Garças-MT, v. 8, n. 1, p. 13 – 31, jan/jun 2018.

FJP. **Informativo FJP: Divisão Regional de Minas Gerais**, Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2019.

_____. **Produto Interno Bruto da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora**, Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2020.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

_____. **Regiões de influência das cidades: 2018**, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

_____. Cidades@. Coimbra. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/coimbra/panorama>. Acesso em: 30/03/2022.

LIMA, J. H. **Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MERGAREJO NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A estagnação sócio-econômica da Zona da Mata de Minas Gerais: uma abordagem geohistórica. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, pp. 9342-9367.

_____. A formação geohistórica da Zona da Mata de Minas Gerais. **RA'EGA**. Curitiba, n. 12, pp. 21-34, 2006.

MINAS. São João Nepomuceno. Disponível em: <https://www.minasgerais.com.br/pt/destinos/sao-joao-nepomuceno>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. Morfologia urbana e estruturação da cidade: aspectos sobre cidades de porte médio do estado de São Paulo. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 6, n. 2, p. 205-217, jul./dez. 2015.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é urbano, no mundo contemporâneo**. Texto para discussão n. 281. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006a, 14 p.

OLIVEIRA, C. A.. Externalidades Espaciais e o Crescimento Econômico das Cidades do Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 36, p. 319-337, 2005.

PAULA, R. Z. A. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. Vol 1, N. 1, Jul/Dez, 2006, pp. 66-80.

PEREIRA, Anete Marília. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2007. 347 p.

PIRES, A. **Café, finanças e banco: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889/1930)**. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 425p, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BICAS. Dados Geográficos. 2016. Disponível em: <https://www.bicas.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/dados-geograficos/6510>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA. Prefeitura envia para a Câmara Municipal projeto que autoriza subvenção social ao Hospital São João Batista. 2019. Disponível em: <https://www.coimbra.mg.gov.br/noticias/detalhe/18144>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

REDE UAI SUPERMERCADOS. Quem somos. Disponível em: <https://redeuai.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 15/04/2022.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SES. Superintendências Regionais de Saúde (SRS) e Gerências Regionais de Saúde (GRS). 06/12/2021. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/superintendencias-regionais-de-saude-e-gerencias-regionais-de-saude>. Acesso em: 10/05/2022.

SILVA, William Ribeiro da. **Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

SILVEIRA, Tamyres Virgínia. **O papel das pequenas cidades na rede urbana: um estudo acerca do desenvolvimento da microregião de Viçosa-MG**. 2014. 98f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, 2014.

SIMSAÚDE. Apresentação. Disponível: <https://www.simsaude.mg.gov.br/portal/institucional.php>. Acesso em: 10/05/2022.

SOARES, Josarlete Magalhães. **Capitalismo, urbanização e campesinato: transformações socioespaciais nos municípios de Brás Pires e Viçosa (MG) na segunda metade do século XX**. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. 189 f.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana**. In: II Simpósio Internacional “Cidades Médias: Produção do Espaço e Dinâmicas Econômicas”, Uberlândia, 2006.

_____. **Para Pensar as Pequenas e Médias Cidades Brasileiras**. Belém: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA; Observatório Comova, 2009.

_____. Novas Redes Urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**. Rio Claro, v. 35, n. 1, pp. 51-62, 2010.

SRE-UBÁ. Missão e Valores. 21/02/2020. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/servicos-18/missao-e-valores>. Acesso em: 10/05/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Agenda de Desenvolvimento da Zona da Mata**. Juiz de Fora: UFJF. 22p. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Cursos e Eventos. Disponível em: <https://www.ufv.br/cursos-e-eventos/>. Acesso em: 13 de junho de 2022.

VALVERDE, O. O estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. 20 (1), pp. 3-82, jan/mar, Rio de Janeiro, 1958.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. ROMA, Cláudia Marques. MIYAZAKI, Vitor Koiti. Cidades médias e pequenas: uma leitura geográfica. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente-SP, nº 29, p. 133 – 155, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Recife. UFPE, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Fluxos agropecuários por produto e município - Insumo, 2018

Município de origem	Produto	Município de destino	Percentual
Cajuri	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	40
Cajuri	Café arábica	Coimbra	45
Cajuri	Milho	Coimbra	35
Cajuri	Tomate	Coimbra	40
Ervália	Café arábica	Coimbra	10
Ervália	Milho	Coimbra	10
Paula Cândido	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	20
Paula Cândido	Café arábica	Coimbra	30
Paula Cândido	Feijão	Coimbra	15
Paula Cândido	Frango de Corte	Coimbra	10
Paula Cândido	Leite	Coimbra	10
Teixeiras	Café arábica	Coimbra	15
Viçosa	Café arábica	Coimbra	20
Viçosa	Leite	Coimbra	20
Viçosa	Milho	Coimbra	20
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	40
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Ervália	20
Coimbra	Café arábica	Coimbra	60
Coimbra	Café arábica	Ervália	30
Coimbra	Café arábica	Viçosa	10
Coimbra	Feijão	Coimbra	90
Coimbra	Feijão	Viçosa	5
Coimbra	Feijão	Ervália	5
Coimbra	Suínos	Coimbra	100
Amparo do Serra	Café arábica	Coimbra	15
Brás Pires	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	10
Guidoval	Banana	Coimbra	60
Guidoval	Horticultura	Coimbra	40
Sem-Peixe	Milho	Coimbra	5
Tocantins	Horticultura	Coimbra	10
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Rio Pomba	20
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Ponte Nova	20
Coimbra	Frango de Corte	Visconde do Rio Branco	100

Fonte: REGIC (IBGE, 2020).

APÊNDICE B - Fluxos agropecuários por produto e município – Maquinário, 2018.

Município de origem	Produto	Município de destino	Percentual
Araponga	Café arábica	Coimbra	30
Cajuri	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	50
Cajuri	Café arábica	Coimbra	25
Cajuri	Milho	Coimbra	30
Cajuri	Tomate	Coimbra	30
Paula Cândido	Feijão	Coimbra	15
Viçosa	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	10
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	80
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Viçosa	10
Coimbra	Café arábica	Ervália	20
Coimbra	Café arábica	Coimbra	20
Coimbra	Café arábica	Viçosa	20
Coimbra	Feijão	Coimbra	25
Coimbra	Feijão	Viçosa	25
Coimbra	Feijão	Ervália	25
Coimbra	Suínos	Coimbra	90
Amparo do Serra	Café arábica	Coimbra	30
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	São Geraldo	10
Coimbra	Café arábica	Muriaé	20
Coimbra	Café arábica	Visconde do Rio Branco	20
Coimbra	Feijão	Visconde do Rio Branco	25
Coimbra	Frango de corte	Visconde do Rio Branco	90
Coimbra	Frango de corte	Guiricema	10
Coimbra	Suínos	Visconde do Rio Branco	10

Fonte: REGIC (IBGE, 2020).

APÊNDICE C - Fluxos agropecuários por produto e município – Assistência Técnica, 2018.

Município de origem	Produto	Município de destino	Percentual
Cajuri	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	40
Cajuri	Café arábica	Coimbra	35
Cajuri	Milho	Coimbra	35
Cajuri	Tomate	Coimbra	30
Paula Cândido	Café arábica	Coimbra	50
Paula Cândido	Feijão	Coimbra	20
Viçosa	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	20
Viçosa	Café arábica	Coimbra	40
Viçosa	Leite	Coimbra	20
Viçosa	Milho	Coimbra	20
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	80
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Viçosa	10
Coimbra	Café arábica	Coimbra	40
Coimbra	Café arábica	Viçosa	20
Coimbra	Café arábica	Ervália	20
Coimbra	Feijão	Coimbra	80
Coimbra	Feijão	Ervália	10
Coimbra	Feijão	Viçosa	10
Coimbra	Suínos	Coimbra	100
Amparo do Serra	Café arábica	Coimbra	25
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	São Geraldo	10
Coimbra	Café arábica	Visconde do Rio Branco	10
Coimbra	Café arábica	Muriáe	10
Coimbra	Frango de corte	Visconde do Rio Branco	90
Coimbra	Frango de corte	Guiricema	10

Fonte: REGIC (IBGE, 2020).

APÊNDICE D - Fluxos agropecuários por produto e município – Destino da Produção, 2018.

Município de origem	Produto	Município de destino	Percentual
Cajuri	Tomate	Coimbra	5
Paula Cândido	Feijão	Coimbra	40
Teixeiras	Milho	Coimbra	25
Viçosa	Milho	Coimbra	10
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Coimbra	25
Coimbra	Café arábica	Coimbra	80
Coimbra	Café arábica	Ervália	20
Coimbra	Feijão	Coimbra	100
Guaraciaba	Feijão	Coimbra	20
São Geraldo	Café arábica	Coimbra	40
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	São Geraldo	50
Coimbra	Bovino e bubalino de corte	Ponte Nova	25
Coimbra	Frango de corte	Visconde do Rio Branco	100
Coimbra	Suínos	Ponte Nova	100

Fonte: REGIC (IBGE, 2020).